

# Plano Director Municipal Valença

Câmara Municipal de Valença do Minho



Ventura da Cruz, Planeamento | Lugar do Plano, Gestão do Território e Cultura

## 01. Relatório do Plano

## Índice

A. Introdução.....	4
B. Enquadramento Estratégico.....	9
B.1. A Condição Concelhia, Regional e Ibérica.....	9
B.2. A Demografia.....	11
B.3. Habitação.....	16
B.4. Sócio-economia.....	20
B.5. A Condição Natural e Urbana.....	27
B.6. O Rural Disperso e as Dinâmicas em Rede.....	29
B.7. Potencialidades e Debilidades no Contexto Regional e Local.....	31
C. O Território de Valença.....	33
C.1. Perspectiva Geral do Território: Três Tipologias de Organização do Território.....	33
C.2. Perspectiva Particular do(s) Território(s): Formas de Ocupação e Desenvolvimento.....	38
C.2.1. Territórios Interiores.....	38
C.2.2. Territórios de Transição.....	40
C.2.3. Territórios Ribeirinhos.....	42
C.3. A Vila de Valença.....	45
C.3.1. A Vila de Valença. Espaço Urbano Alargado.....	45
C.3.2. A Vila Histórica.....	47
C.3.3. A Vila Urbana Densa Ascensão e Queda de uma ‘ Inner - City ’.....	49
C.3.3.1. Projectos Urbanos Estruturantes.....	51
C.3.4. O Espaço Urbano Extensivo da Vila de Valença.....	56
C.3.5. O Perímetro Urbano Alargado da Vila.....	57
D. A Estrutura de Ordenamento.....	60
D.1. Solo Rural.....	60
D.1.2. Espaço Agrícola em RAN.....	61
D.1.3. Espaço Agrícola Complementar.....	61
D.1.3.1. Espaço Florestal de Produção.....	62
D.1.3.2. Espaço Florestal de Protecção e Conservação.....	62
D.1.4. Espaço Natural.....	63
D.1.5. Outros Espaços.....	63
D.2. Solo Urbano.....	64
D.3. A ‘Consolidação’ do Espaço Natural.....	66
D.3.1. Estrutura Ecológica Municipal.....	66
A estrutura ecológica municipal tem ainda por objectivo a preservação e a promoção dos valores ecológicos e ambientais do território, assegurando a defesa e a valorização dos elementos patrimoniais e paisagísticos relevantes, a protecção das zonas de maior sensibilidade biofísica e a promoção dos sistemas de lazer e recreio. ....	68
D.3.2. Espaço Florestal.....	69
Regime Florestal.....	70
D.3.3. REN.....	70
D.3.4. RAN.....	71
E. Os Números do Ordenamento.....	71

F. As Novas Dinâmicas.....	75
F.1. As Áreas Logísticas, Empresariais, e Industriais.....	75
F.1.1. Porto Seco de Salvaterra do Minho ( Espanha ).....	75
F.1.2. Parque Empresarial de Valença (Gandra).....	77
F.1.3. Zona Industrial de S. Pedro da Torre.....	79
F.2. Perspectiva sobre o Turismo.....	81
F.2.1. Produtos Turísticos.....	82
F.2.1.1. Turismo Cultural.....	83
F.2.1.2. Turismo Religioso .....	84
F.2.1.3. Turismo Gastronómico .....	84
F.2.1.4. Turismo de Natureza / Turismo Activo.....	84
F.2.2. Oferta de Alojamento.....	85
F.2.3. Fomentar o Desenvolvimento Turístico .....	87
Turismo Cultural e Gastronómico.....	88
Turismo de Paisagem / Activo .....	88
Golfe.....	88
F.3. Investimentos Estratégicos do Estado.....	89
F.3.1. Plataforma Logística de Valença e Comboio de Alta Velocidade.....	89
F.4. As Zonas Lúdico - Ambientais.....	91
F.4.1. Eco - Pista.....	91
F.4.2. Marginal do Rio Minho e a Senhora da Cabeça.....	92
F.4.3. Área Montanhosa do Interior.....	92
F.4.4. Caminhos de Santiago.....	92
F.4.5. Parque Ambiental.....	94
G. Rede Viária, Caracterização:	
Potencialidades e Debilidades.....	95
G.1. Via Colectora.....	95
G.2. Vias Distribuidoras Principais	
- Variante ao «Perímetro Urbano Alargado da Vila de Valença».....	97
G.3. Vias Distribuidoras Secundárias e Avenida Urbana.....	98
G.4. Perfis Tipo Propostos Segundo o Tipo de Vias.....	100
H. Pedreiras.....	102
I. Anexo.....	104
J. Referências.....	105

## A. Introdução

O actual Plano Director Municipal encontra-se em vigor desde a data da sua publicação em Diário da República, ocorrida a 7 de Setembro de 1994. Estão hoje decorridos mais de 10 anos da sua vigência, prazo sobre o qual se deveria proceder à sua revisão. Entendeu a Câmara Municipal de Valença proceder à revisão do seu Plano Director Municipal antes de findo esse lapso temporal de 10 anos, tendo dado início ao seu processo de revisão em Julho de 2000, passados que estavam 6 anos após a sua publicação.

A tramitação desse processo ocorreu já conforme a nova legislação na matéria, possibilitada com a publicação da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo ( Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto ) e consequente regulamentação, através do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial ( Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro ), onde relativamente à dinâmica de alteração, revisão e suspensão dos instrumentos de gestão territorial refere que:

- A alteração dos instrumentos de gestão territorial pode decorrer:
  - . Da evolução das perspectivas de desenvolvimentos económico e social que lhes estão subjacentes e que os fundamentam, desde que não ponham em causa os seus objectivos globais;
  - . Da ratificação de planos municipais ou da aprovação de planos especiais de ordenamento do território que com eles não se compatibilizem;
  - . Da entrada em vigor de leis ou regulamentos que colidam com as respectivas disposições ou que estabeleçam servidões administrativas ou restrições de utilidade pública que afectem as mesmas.
- A revisão dos planos municipais e especiais de ordenamento do território decorre da necessidade de actualização das disposições vinculativas dos particulares contidas nos regulamentos e nas plantas que os representem.
- A suspensão dos instrumentos de gestão territorial pode decorrer da verificação de circunstâncias excepcionais que se repercutam no ordenamento do território pondo em causa a prossecução de interesses públicos relevantes.

Refere ainda, mais adiante, que a revisão dos planos especiais e dos planos municipais de ordenamento do território pode decorrer:

- Da necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que determinaram a respectiva elaboração, tendo em conta os relatórios de avaliação da execução dos mesmos;



- De situações de suspensão do plano e da necessidade da sua adequação à prossecução dos interesses públicos que a determinaram.

Ao caso específico do Concelho de Valença, e ao seu Plano Director Municipal, a necessidade de revisão deste instrumento de gestão territorial decorre da evolução das perspectivas de desenvolvimento económico e social e da necessidade de adequação a essa evolução, das condições económicas, sociais, culturais e ambientais; da necessidade de actualização das disposições vinculativas dos particulares; e do estabelecimento de servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Desde logo as substanciais alterações ocorridas decorrentes da integração numa sociedade e mercado cada vez mais globalizados, e ainda das decisões de macro-política ao nível da União Europeia, nomeadamente na construção de um espaço europeu de livre circulação de pessoas, bens e serviços e capitais, a que correspondeu a 'abolição' das fronteiras internas entre os países membros da União e a constituição do mercado único europeu, eliminando direitos aduaneiros e controlos nas fronteiras internas.

Num contexto macro-regional estes factores actuam sobremaneira na constituição de um espaço ibérico, e nomeadamente no fortalecimento de relações muito próximas e intensas entre a Região Noroeste de Portugal e a Galiza. Valença, que já detinha um papel importante enquanto fronteira, neste novo contexto ganhou através do seu posicionamento geo-estratégico de rótula, uma importância acrescida no interrelacionamento entre estas duas sub-unidades: intensificaram-se as dinâmicas e as relações comerciais e empresariais entre os dois lados da fronteira, bem como as actividades ligadas ao sector do turismo.

Este novo contexto trouxe consigo novas dinâmicas que de um modo ou de outro colocam alguma pressão quer nas infra-estruturas de suporte, nomeadamente as infra-estruturas referentes às vias de comunicação, quer do ponto de vista da organização dos espaços: os espaços urbanos, espaços industriais, e os espaços de cultura, recreio e lazer.

Um contexto pautado com novas macro-estruturas, não só em território nacional, mas também em território vizinho, destacando-se o papel da futura plataforma logística de Valença, do comboio de alta velocidade, e do futuro Porto Seco de Salvaterra (Galiza, Espanha), cujas novas dinâmicas necessitam de ampla consideração da redefinição da estratégia de desenvolvimento do Concelho de Valença, quanto à disponibilização de áreas logísticas, empresariais e de serviços de apoio, bem como na qualificação do tecido e ambiente urbanos de suporte às actividades.

Complementarmente, a representação conceptual e a forma como se olha para a cidade e a sua envolvente é diferente da de outrora, assistindo-se a uma diluição das fronteiras urbano / rural e centro / periferia, através de padrões comportamentais diversos dos de outrora, auxiliados pelo valor atribuído à componente ambiental, pelas novas possibilidades construtivas, pelos novos factores de mobilidade e por conceitos valorizados de semi-periferia.

Existem assim elementos que devem ser repensados, quando estas tendências são também corroboradas pela prática da gestão territorial da Câmara Municipal de Valença, entretanto empreendida, que sugere a necessidade da revisão dos perímetros urbanos e das áreas que permitem edificabilidade, e respectivos parâmetros de uso do solo, nomeadamente face à extrema divisão cadastral, num ambiente de minifúndio, onde se afigura extremamente importante repensar as áreas mínimas e outros parâmetros, afim de proporcionar uma intervenção no território mais agilizada e libertando-a de bloqueamentos, tendo em conta a estrutura fundiária de base característica desta região do país.

A própria Divisão de Urbanismo e Ambiente da Câmara Municipal de Valença inventariou uma série de dificuldades sentidas na gestão e na implementação do actual Plano Director Municipal, traduzidas em dificuldades relativas à interpretação e representação das plantas de ordenamento e de condicionantes, e outras no âmbito das normas expressas no âmbito do Regulamento do Plano.

Nesse sentido a Divisão de Urbanismo e Ambiente refere, desde logo, o desajustamento da delimitação das classes de espaços urbanos e urbanizáveis com a realidade construída, proveniente da elaboração da planta de ordenamento sobre cartografia desactualizada, originando que os espaços urbanos previstos deixassem de fora as expansões dos núcleos urbanos surgidos na década de oitenta. A própria representação gráfica das plantas impede a correcta identificação das classes de espaços e da respectiva delimitação. Verificou-se também a existência de erros na transposição da Carta da REN para a Carta de Condicionantes, agravadas pela ocorrência de incoerências entre a Carta de Ordenamento e a Carta de Condicionantes (casos de locais classificados em espaços urbanos e incluídos na REN).

No que respeita às disposições enunciadas no Regulamento do Plano, os Serviços da CMV encontraram também várias situações que criavam dificuldades na gestão. O Regime de Cedências enumerado no dito Regulamento ( artigos 18.º e 25.º ) é um dos aspectos focados, uma vez que impõe a cedência ao domínio público numa situação contrária à Portaria n.º 1136 ( que fixa parâmetros de dimensionamento não impondo a cedência ), podendo ser substituídas por compensações monetárias ou em espécie ao município. É que em muitas situações, sobretudo loteamentos em zonas rurais não tem qualquer interesse a cedência de espaços verdes, dado o meio envolvente em que se inserem e acarretarão a prazo elevados custos de manutenção ao município. Acrescenta-se ainda que o Regime de Cedências é também muito diferente dos parâmetros da Portaria e por exemplo nos perfis de arruamento ( mínimo de 8,00 m ) é exagerado para situações de moradias isoladas – não adequa os perfis às densidades de construção.

Verificou-se que a imposição de afastamentos laterais de 3,00 m, quer haja ou não fenestração, é contraditória com uma lei geral ( RGEU ), que impõe os 10 m entre janelas de compartimentos habitáveis, que se traduzem em 5,00 m de afastamento ao limite da parcela, assim como a imposição de alinhamentos através de afastamentos mínimos e máximos nos Espaços Urbanizáveis ( artigo 25.º ) é desadequada, e em muitas situações o que origina são desalinhamentos com a envolvente construída.

A ausência de possibilidade de construção de edificações de carácter agro-pecuário e industriais visando o aproveitamento ou valorização dos recursos agrícolas; a não possibilidade de instalação de pequenas

actividades de carácter industrial em parcelas habitacionais; e o facto de os anexos estarem limitados aos usos de garagem e arrumos, não sendo permitido por exemplo o uso de apoio e fruição do logradouro, são também referenciados como elementos que dificultam a operacionalização da gestão quotidiana nos Serviços Técnicos da Câmara Municipal, por evidenciarem regras não consentâneas com a realidade local.

Complementarmente, e a outros níveis, também a concretização de grandes infra-estruturas no âmbito de planos sectoriais com incidência no Concelho de Valença trazem consigo novas dinâmicas, nomeadamente quanto ao Plano Rodoviário Nacional 2000, a concretização do Itinerário Principal n.º 1 ( IP 1 ), que convém repensar, e que se tornam mais prementes quando no PDM'94 se consideravam 'nos seus desenhos e também na estratégia de uso e ocupação do solo três alternativas de traçado do IP 1 que vieram a resultar na prática num quarto traçado que difere parcialmente de todas aquelas hipóteses', ao que se deve também considerar as hipóteses para a passagem do Itinerário Complementar n.º 1.

Ainda no campo das infra-estruturas e vias de comunicação, se bem que a um nível mais local de circulação interna e de percursos urbanos, verificaram-se crescimentos axiais ao longo das EENN 13, 101, 13-1 e 101-1, acarretando-lhes problemas que facilmente se depreendem, não servindo nem compatibilizando da melhor forma o tráfego de passagem e o tráfego local, funcionamento muito deficientemente em termos urbanos, pelo que se justifica um repensar da estrutura de circulação externa e interna da vila e concelhia.

Terá de haver lugar à definição e proposição de novas variantes e ou providenciar futuros corredores, uma vez que as vias existentes, nomeadamente as já referidas, se encontram sobre grandes pressões urbanas e de tráfego de longo curso, agravadas pela abertura de fronteiras que induz um acréscimo de circulação, elevando os custos de circulação, quer em termos financeiros quer em termos de tempo de acesso aos locais, sendo extremamente penalizante para quem nelas circula.

Surge assim, com a abertura da revisão do PDM, a oportunidade de trabalhar ao nível das propostas em tornar essas vias referidas em verdadeiros eixos urbanos, avenidas à escala humana, e ao mesmo tempo trabalhar na constituição de um esquema viário alternativo para o grande tráfego.

De igual forma, a concretização da instalação do gasoduto principal da rede de gás natural veio também contribuir para a imposição de condicionantes e deturpar estratégias territoriais que devem ser corrigidas, aliadas à necessária actualização das disposições vinculativas dos particulares.

Noutro âmbito de actuação, a crescente consciencialização e 'imposição' da condição natural como factor estratégico de desenvolvimento, é outro elemento que conduz à inevitável revisão e justa consideração na actual proposta do plano.

A forte presença de elementos como o rio Minho, o monte de Faro, o Castelo Natural do Frioão, a paisagem da vinha, a veiga de Ganfei e Verdoejo, os investimentos na agricultura, com os casos de projectos de emparcelamento rural, e elevado valor ambiental e ecológico, que se supõe na leitura do

território, e reforçada pelos regimes relativos à rede natura, reserva ecológica, reserva agrícola e regime florestal, remetem para a necessidade da sua justa consideração enquanto valores fundamentais na definição da estratégia de desenvolvimento do concelho.

Na realidade correspondem a cerca de 80% da área concelhia, que se refere a um uso não urbano na proposta que agora se define ( ver capítulo E. ), procurando-se a sua valorização enquanto espaço de recreio, lazer e contemplação com dinâmicas de utilização pontuais e equilibradas, de que são exemplo os espaços de equipamento, dando espaço à sua apropriação segundo regras de respeito mútuo.

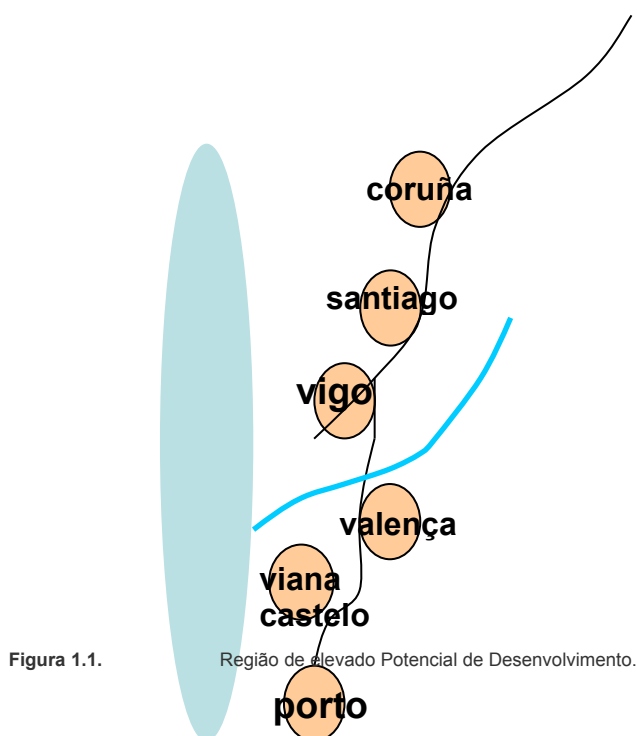
É também preocupação do plano a implementação de percursos atractivos e de áreas estratégicas de intervenção capazes de responder às novas formas de procura turística havendo com isso lugar à definição de regras específicas de ocupação do território.

As formas de valorização dos recursos naturais, que acontecem nesta proposta de revisão do plano, decorreram num processo de interrelacionamento, que são o resultado de momentos de concertação que constituíram referenciais em torno dos agentes e actores envolvidos, nomeadamente a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia, os Serviços Técnicos, a Equipa do Plano, e as entidades públicas com responsabilidades de tutela de regimes legais com incidência territorial, e que envolveram a construção e consensualização acerca das mais valias em termos ambientais e paisagísticos, bem como do ponto de vista ecológico e da conservação da natureza a ter especialmente em conta.

## B. Enquadramento Estratégico

### B.1. A Condição Concelhia, Regional e Ibérica

O Concelho de Valença com cerca de 115 km<sup>2</sup>, que se distribuem por dezasseis freguesias, define parcialmente o limite Norte de Portugal. A sua localização na região do Alto Minho confere-lhe características particulares naturais e de vivência, identitárias, que vão para além das fronteiras nacionais. Esta identidade estende-se e é reforçada pelos concelhos com os quais confronta e estabelece relações de interdependência.



Num contexto ibérico de intervenção e num mercado progressivamente globalizado, é fundamental tirar partido das suas vantagens competitivas, tornando-as duradouras. Nesse sentido, identificamos um conjunto de condições que importa potenciar e ultrapassar e que se constituem como quadro actual de intervenção que ao instrumento de planeamento - Plano Director Municipal - importa considerar e tratar em condições úteis - de flexibilidade e polivalência - à Câmara Municipal.

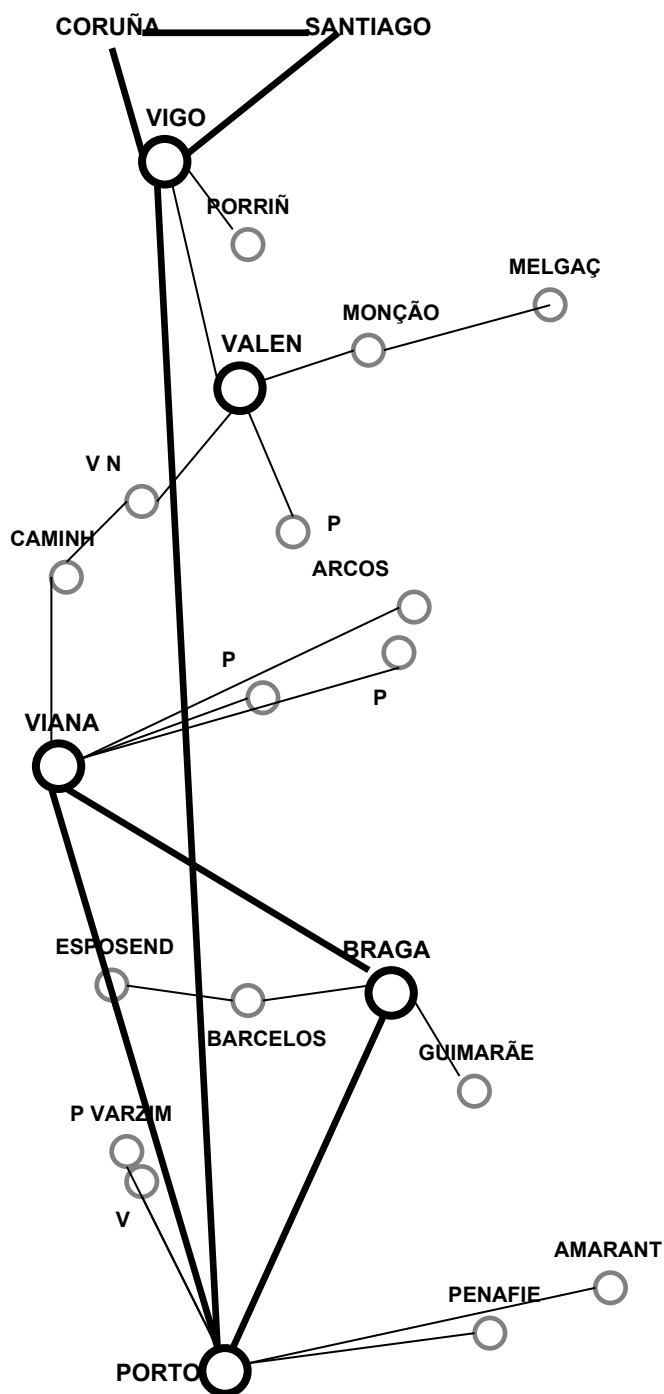


Figura 1.2. Rede das Cidades e Vilas do Norte Atlântico.

A Rede de Cidades e Vilas do Norte Atlântico revela a condição periférica de Valença relativamente à área central Sul ( Porto - Braga - Viana ) da mesma forma que revela o seu carácter periférico em relação à área central Norte ( Vigo - Corunha - Santiago ). Mas é, justamente, esta dupla condição periférica que confere, a Valença, um estatuto inequivocamente central.

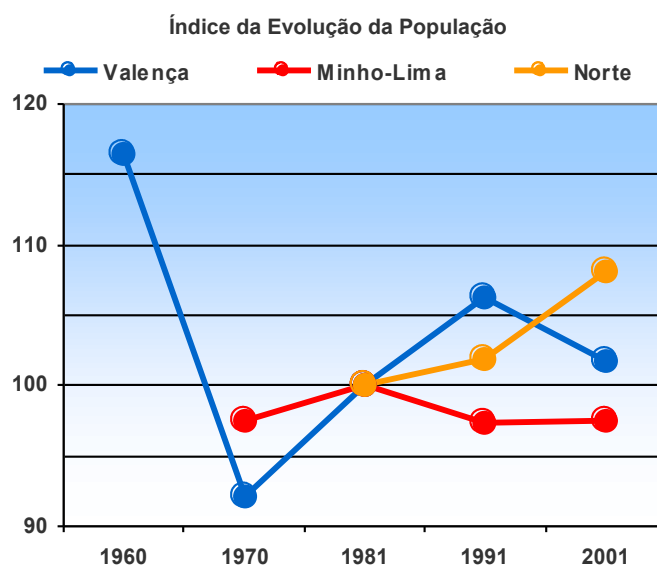
## B.2. A Demografia

Em 2001, residiam no Concelho de Valença, 14 187 pessoas, que representavam, cerca de 5,7% da população da Sub - região do Minho - Lima ( 250 273 indivíduos ) e 0,4% do quantitativo populacional da Região Norte. Mais de metade ( precisamente 53,1% ) desta população assentava residência nos Concelhos de Viana de Castelo ( 35,4% ) e Ponte de Lima ( 17,7% ), definindo, conjuntamente com os Municípios de Valença ( 5,7% ), Monção ( 8,0% ) e Arcos de Valdevez ( 9,9% ) um eixo interior de alguma dinâmica demográfica.

Constata-se um certo fenómeno de instabilidade na evolução da dinâmica demográfica no concelho, pois ao crescimento verificado nos decénios intercensitários de 1970 / 1981 ( 8,5% ) e de 1981 / 1991 ( 6,2% ), opõe-se um assinalável decréscimo ( -4,2% ) da população no período 1991 / 2001, contudo em 2007 o número de população residente volta a apresentar um acréscimo, na ordem dos 0,8%, fixando-se neste ano nos 14 305 indivíduos.

Em todo o caso, como se comprova no gráfico seguinte, o Concelho de Valença insere-se numa região que vem demonstrando uma grande dinâmica demográfica, sobretudo ao nível da Região Norte que evidencia um crescimento populacional considerável. Na sub-região Minho-Lima também há elementos que permitem interpretar sinais de que está a lidar e a ultrapassar a recessão demográfica.

No próprio Concelho de Valença, os últimos dados parecem indicar uma inversão, ou no mínimo a sustentação da dinâmica de recessão demográfica, onde os dados dos anuários demográficos mostram que, apesar da taxa de mortalidade ser superior à taxa de natalidade, as respectivas linhas de tendência revelam que a taxa de mortalidade vem a decair a um ritmo mais acelerado que a da taxa de natalidade, apesar de se assistir nos últimos anos (2005, 2006 e 2007) a um relativo acréscimo da taxa de mortalidade e a uma diminuição da taxa de natalidade.



**Figura 1.1.** Índice da evolução da população no concelho de Valença, na sub-região de Minho-Lima e na Região Norte ( 1960-2001. Base = 100 = 1981 ).  
**Taxa de Mortalidade e Taxa de Natalidade**

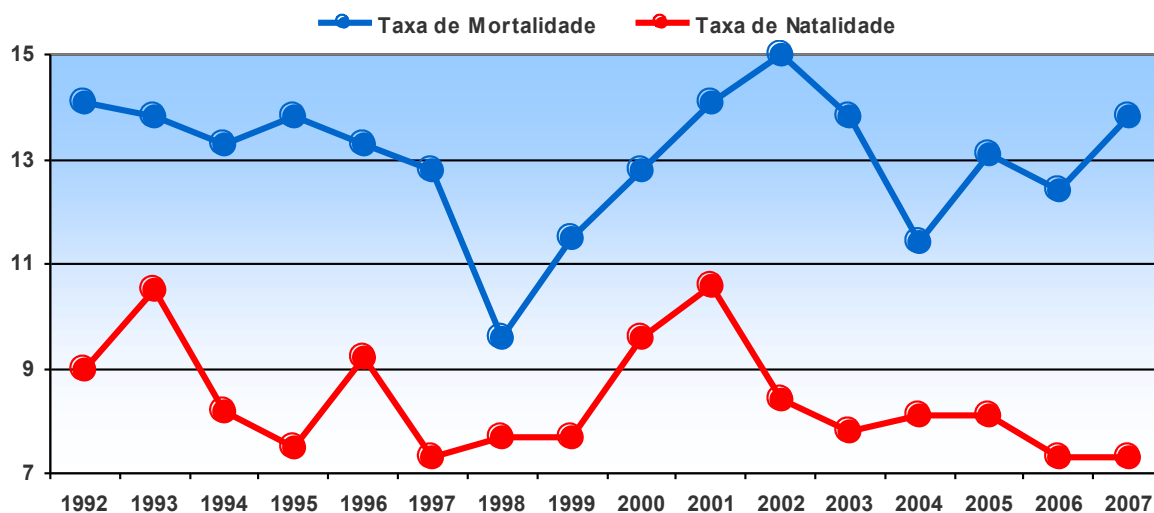


Figura 1.2. Evolução das taxas de natalidade e mortalidade no Concelho de Valença ( 1992-1999 ).

Pese embora as taxas de mortalidade permaneçam elevadas, o que só por si deve ser analisado com cuidado, visto que se a estrutura da população se tem alterado, esta é composta por um conjunto populacional cada vez com maior realce de população em idade avançada, onde as taxas de mortalidade são mais elevadas.

Os graus de intensidade de ocupação e de crescimento da população do Concelho de Valença determinam fortes contrastes entre as zonas litoral e interior do território municipal. Com efeito, o eixo mais litoral do Concelho, correspondendo às freguesias de S. Pedro da Torre, Arão, Cristelo - Côvo, Valença e Ganfei, e ainda, um par de freguesias do Vale do Minho ( Verdoejo e Friestas ), polarizam mais de três quintos da população do Concelho ( cerca de 63% ), constituindo igualmente as freguesias que em 2001, apresentavam densidades populacionais mais elevadas.

Para esta situação concorrem diversos factores, entre os quais se destacam, os espaciais ( relacionados com a sua localização fronteiriça, com todas as relações sócio - económicas que daí advêm ), as acessibilidades privilegiadas, nomeadamente o IP 1 ( A 3 ), o IC 1 ( EN 13 ), as EN 101, 101 - 1 e 201, o elevado potencial agrícola do Vale do Minho e uma maior dinâmica económica ( comercial e industrial ).

Acresce ainda, destacar, a freguesia de S. Pedro da Torre ( 268,8 hab./ km<sup>2</sup> ) e as autarquias de Gandra, Friestas, Verdoejo, que registavam, em 2001, uma densidade populacional entre os 100 - 200 hab./ km<sup>2</sup>, sendo que estas duas últimas, se posicionavam inclusivamente, acima da média concelhia ( 121,3 hab./ km<sup>2</sup> ).

Relativamente à zona mais interior e periférica do concelho, de índole mais rural e onde as dinâmicas têm vindo a ser negativas, conduzindo a um fenómeno de desertificação dos aglomerados, assiste-se a densidades populacionais mais baixas e mais diferenciadas entre si, com as freguesias de Boivão,



Gondomil, Taião e Sanfins ( registando valores de densidade populacional bem abaixo dos 50 hab./ km<sup>2</sup> ), bem como, Silva, S. Julião, Fontoura e Cerdal ( estas mais a Sul e com índices de densidade entre 50 e 100 hab./ km<sup>2</sup> ), apresentando valores inferiores à média concelhia.

Apesar de o Concelho, com um todo, apresentar genericamente uma diminuição da população intercensitária entre 1991 e 2001, sofrendo uma variação negativa de ( -4,2% ), verifica-se que apenas uma freguesia, em 2001, registava um crescimento populacional positivo: Valença ( sede do município ), cifrado em 24,0%, passando assim, a deter sensivelmente 24,6% da população concelhia, que faz dela, a freguesia mais populosa do concelho, e reafirma a condição de freguesia sede de Concelho e de pólo urbano de referência.

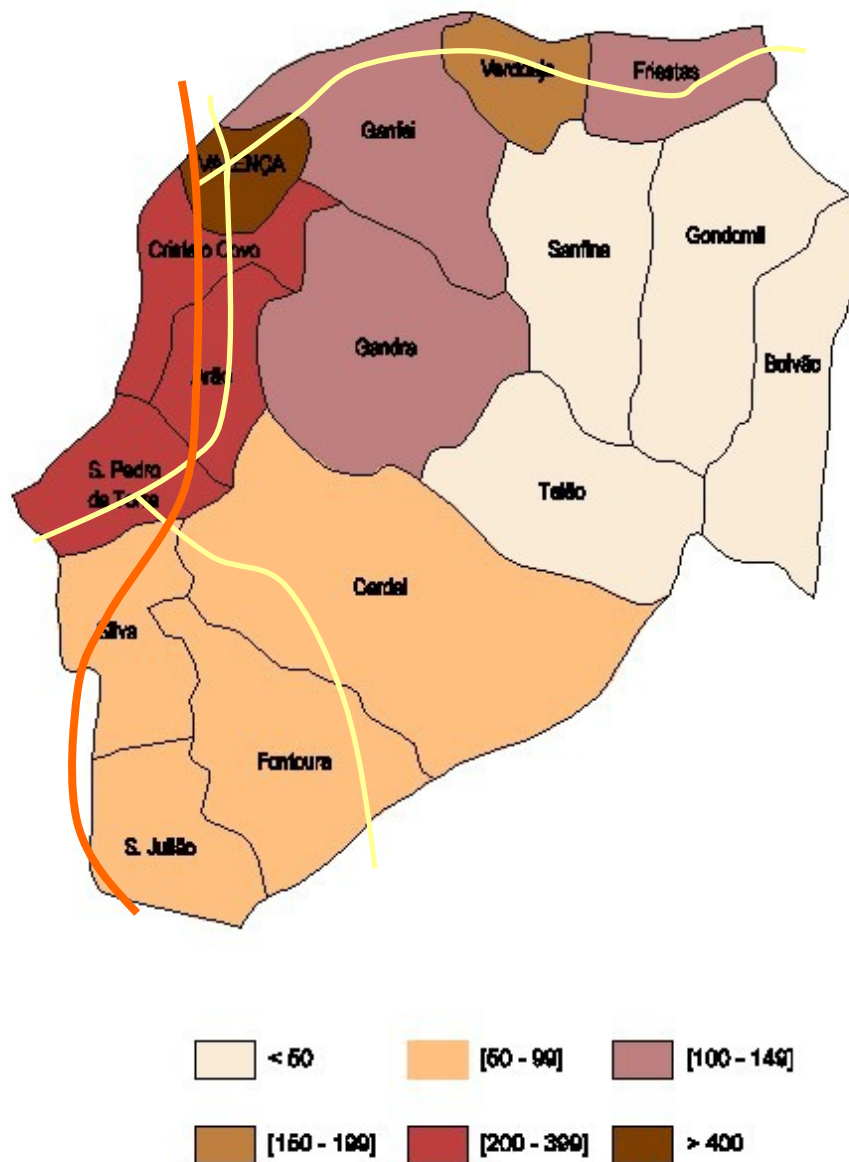


Figura 1.3.

Densidade Populacional por Freguesias.

De um modo geral, e excluindo Valença, todas as restantes freguesias experimentaram decréscimos populacionais, sendo que S. Julião e Gondomil constituem as freguesias que no último período intercensitário apresentaram maiores variações negativas da sua população residente, respectivamente -31,0% e -26,0%.

No que respeita à estrutura da população, deu-se um acentuado recuo do estrato da população mais jovem ( 0 - 14 anos ), na base da pirâmide, combinada com o aumento do peso relativo dos escalões de maior idade ( > 65 anos ), que traduz o envelhecimento da população. Neste contexto, torna-se relevante o aumento considerável da população idosa ( em 1981, os idosos representavam 17,4%, valor percentual este, que praticamente se manteve em 1991 - 17,8% -, para em 2001, ascender a 21,1% do total da população ), resultante, quer de uma tendência de envelhecimento natural da população, como também, consequência da melhoria das condições de vida ( assistência médica, social, etc. ).

A tendência de retracção, na última década ( 1991 / 2001 ), da classe da população em idade activa [ 15 - 64 anos ], com um decréscimo de cerca de 3%, depois de se ter assistido a uma expansão deste escalão que rondou os 12,6%, no período intercensitário de 1981 / 1991. Este cenário é mais evidente no grupo etário dos 15 aos 19 anos e dos 45 aos 54 anos, circunstância aparentemente associada à acentuada emigração / migração e à taxa de natalidade tendencialmente decrescente que se vem verificando já, desde os anos 60, bem como ao período da Segunda Grande Guerra.

Paralelamente, verifica-se que a classe etária referente aos jovens em idade escolar [ 0 - 14 ] anos, no decénio 1981 / 91, baixou cerca de 12,2%, comportamento que voltou a evidenciar no período de 1991 / 2001, decrescendo aproximadamente 26%. O alargamento dos escalões etários superiores irá traduzir-se na intensificação da procura de equipamentos e serviços de apoio à ' terceira idade ', havendo, por parte da autarquia, que planear antecipadamente o reforço deste sector.

População por Grandes Grupos Etários 1991

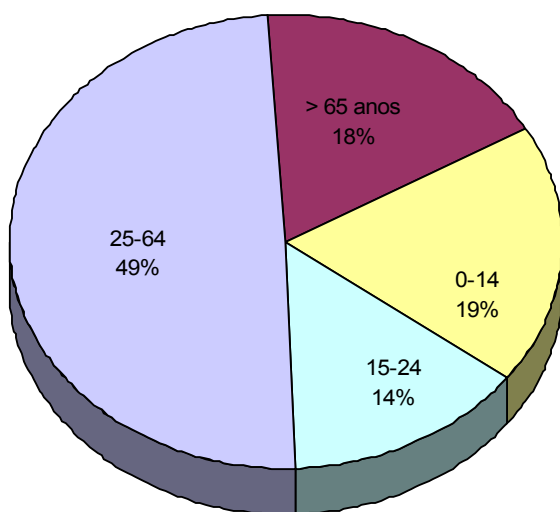


Figura 1.4.

População por Grandes Grupos Etários

População por Grandes Grupos Etários 2001

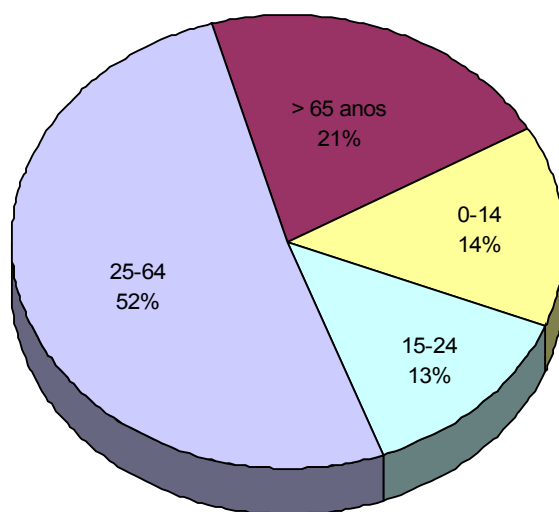
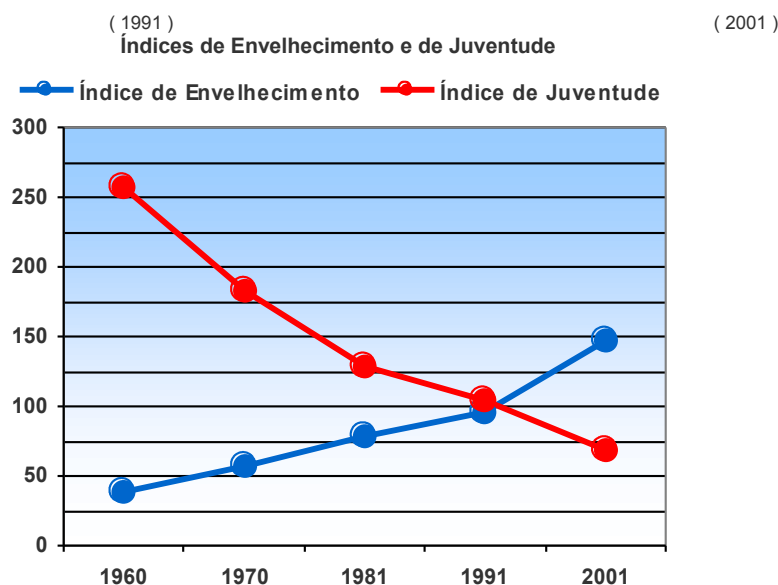
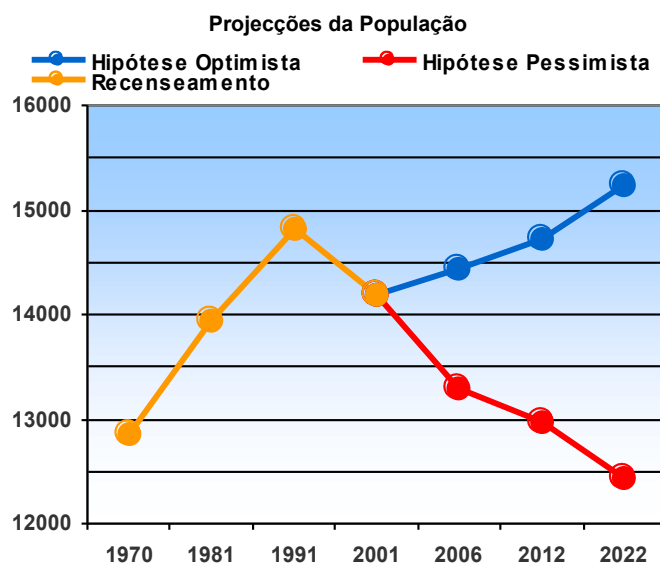


Figura 1.5.

População por Grandes Grupos Etários



**Figura 1.6.** Índice de Envelhecimento e Índice de Juventude no Concelho de Valença ( 1960-1970-1981-1991-2001 ).



**Figura 1.7.** Projeções da população: hipótese optimista e pessimista.

Em termos de prospectiva, foram traçadas duas projecções da população para o Concelho de Valença, e em síntese, as previsões apresentadas, pelos dois métodos utilizados apontam para evoluções distintas da população residente. Com efeito, a hipótese mais optimista ( método do crescimento geométrico ) aponta para resultados que rondam os 14 726 habitantes para o ano 2012, o que corresponde a um acréscimo pouco significativo, da ordem dos 3,8% em relação à população residente em 2001. Por sua vez, o cenário mais pessimista, que tem como referência o método de regressão linear, prevê uma diminuição da população residente para 2012 de 8,6% ( menos 1215 habitantes ) em relação a 2001, podendo mesmo, a população residente em 2022 cair, para os 12 447 indivíduos.

Ressalve-se desde já, que os métodos de cálculo adoptados têm o inconveniente de basear as previsões populacionais exclusivamente em premissas relacionadas com os recenseamentos gerais da população. Atendendo aos agentes de mudança que podem vir a manifestar-se e a actuar na próxima década, nomeadamente estratégias municipais orientadas para a atracção do investimento (empresas), a promoção de habitação de carácter social, a melhoria da rede de infraestruturas básicas e viárias, a melhoria da rede de equipamentos públicos (de ensino e outros), então será possível perspectivar valores bem mais optimistas para a evolução da população do Concelho de Valença para os próximos dez anos.

Sendo difícil prever a amplitude exacta da evolução populacional, considera-se ainda assim, em função do explanado nas avaliações precedentes e do ponto de vista teórico, ser plausível para os próximos 10 anos (prazo de vigência do plano director municipal) uma evolução semelhante à desenhada no primeiro método de cálculo (Crescimento Geométrico), por se manifestar como a mais optimista, e por se desenhar como pouco provável, a população vir a sofrer decréscimos aos níveis estimados na segunda projecção.

### **B.3. Habitação**

De acordo com os censos 2001, existiam 6454 edifícios no Concelho de Valença, representando cerca de 5,9% e 0,6% do quantitativo de Edifícios Existentes, respectivamente na sub - região do Minho - Lima e na Região Norte.

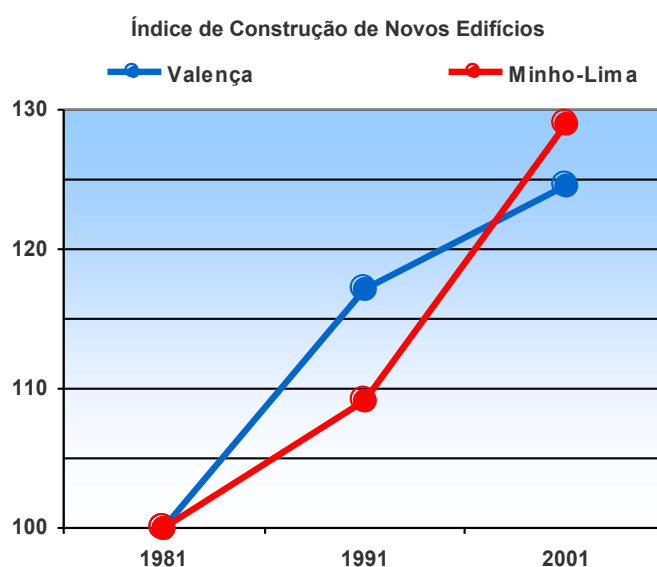
Relativamente a 1991, o Concelho registou um acréscimo de 6,5% no número de edifícios, o que se traduziu na realização de mais 395 construções. Para este incremento da dinâmica construtiva, em muito contribuíram as freguesias de S. Pedro da Torre, que registou um crescimento do parque habitacional de cerca de 18,7% (equivalente a mais 105 edifícios), Gandra (19,6%), Cerdal (8,9%) e Ganfei (9,4%) que em conjunto, foram responsáveis por 335 novos edifícios, representando perto de  $\frac{3}{4}$  do total de construções neste período (84,8%).

Se a esse número se juntar a importância relativa das novas construções da freguesia de Valença (13,2% do total), então tem-se um quantitativo que se situa quase nos 100% do total de construções (98%). Assiste-se, desta forma ao desenhar de uma área urbana alargada da Vila de Valença, com extensões às freguesias de Ganfei, Gandra, S. Pedro da Torre e Cerdal, traduzidas num processo de apropriação extensiva e peri-urbana do território, com novas valorizações da 'ruralidade'.

O acréscimo de população registado para o concelho de Valença correspondeu também a um crescimento do número de alojamentos e edifícios, de 12,6% e 6,5%, respectivamente. Simultaneamente, o número de famílias registou um aumento de 290, equivalente a um acréscimo de 6,2%.

Uma outra constatação que pode ser avançada relaciona-se com o facto da relação alojamentos / edifício ter aumentado no decénio intercensitário de 1,01 para 1,17, num crescimento de 15,8%. No entanto, este

crescimento é essencialmente devido à densificação da freguesia sede de concelho e do principal núcleo urbano respeitante à Vila de Valença, tendo experimentado um aumento dessa relação de 17,6%. Aliás, deve-se realçar o facto de apenas a freguesia de Valença apresentar um valor para tal relação superior à média concelhia, cifrada em 2 alojamentos por edifício (em termos médios na freguesia).



**Figura 1.1.** Índice de construção de novos edifícios no Concelho de Valença e na Sub-região Minho-Lima ( 1981-1991-2001 ).

Existe um conjunto de freguesias que apresentam valores próximos da média concelhia, se bem que por defeito: Arão ( 1,18 ), Gandra ( 1,12 ), Sanfins ( 1,08 ) e Cristelo-Côvo ( 1,07 ). Estas são também as freguesias que experimentaram um aumento, ainda que pequeno, dessa relação. Por outro lado, as restantes freguesias apresentam valores muito próximos da unidade, ou seja, relação de 1 alojamento por edifício.

Desta forma verifica-se que se assiste a um fenómeno de densificação e afirmação do espaço urbano sede de concelho, a Vila de Valença, onde as freguesias próximas e envolventes assumem um papel de território de transição ( Arão, Gandra e Cristelo-Côvo ), com densidades intermédias, para aquilo que se afirma cada vez mais no restante território como uma apropriação extensiva e peri-urbana, caracterizada pelas tipologias de habitação unifamiliar. Tal é o facto, por exemplo, de Cerdal que viu esta relação decrescer 90%, de valores de 1,1 para 1,0, reafirmando-se como a freguesia central onde este fenómeno parece ser mais intenso.

Relativamente aos edifícios segundo o número de pavimentos, é possível constatar que, no Concelho de Valença, a maioria dos edifícios, cerca de 56% do total dos edifícios, têm apenas dois pavimentos.

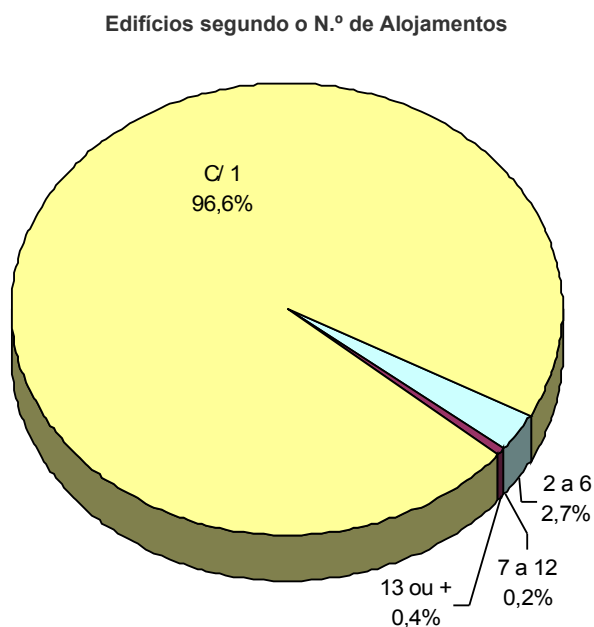
De um modo geral, a construção no Concelho de Valença caracteriza-se quase na totalidade por uma construção de baixa densidade, havendo um total de 94,9% de edifícios de 1 e/ou 2 pisos. Os edifícios

com três ou mais pisos representam apenas uma pequeníssima fatia, com apenas 239 edifícios, representando 3,7% do total.



**Figura 1.2.**

Edifícios segundo o N.º de Pavimentos ( 2001 )



**Figura 1.3.**

Edifícios segundo o N.º de Alojamentos ( 2001 )

Em termos da sua distribuição territorial, estes edifícios em altura concentram-se sobretudo na Vila de Valença e também, com menor expressão, nas freguesias envolventes. Mas como se disse, de um modo geral as tipologias características dominantes, no Concelho de Valença, são a de habitação unifamiliar, de R/C e de R/C+1, factor característico do meio periurbano ou rural.

As características rurais do Concelho de Valença, e a importância do sector primário na sub-região do Minho-Lima, como fonte de rendimentos principal e complementar, aliadas ao tipo de exploração da terra em sistemas de minifúndio, implicam uma base económica específica com expressão territorial própria ( povoamento disperso ), onde não é de estranhar, para aquela área territorial, que a construção em altura seja pouco significativa, regra a que o Concelho de Valença não escapa.

Abordando-se a distribuição dos edifícios recenseados em 2001 segundo a época de construção, pode ficar-se com uma ideia da idade aproximada do parque habitacional, extraindo algumas características. Cerca de 37,4% da totalidade dos edifícios ocupados como residência habitual no concelho, têm mais de 40 anos ( anteriores a 1970 ), sendo que deste número cerca de metade ( 50,5% ) foram construídos até 1945, demonstrando um relativo envelhecimento e, de certa forma, a fraca renovação do parque habitacional.

Em 2001, cerca de 62,6% dos edifícios tinham menos de 30 anos, tendo-se no último decénio intercensitário, construído 1148 novos alojamentos ( representando cerca de 17,8% do total de edifícios do Concelho ). O período mais significativo, em termos de construção, incidiu sobre o intervalo 1971 - 1991 ( 44,8% do total de edifícios ), em grande parte devido ao ‘ boom ’ de construção para habitação a que se assistiu na década de 70, fundamentalmente resultante de investimentos de emigrantes.

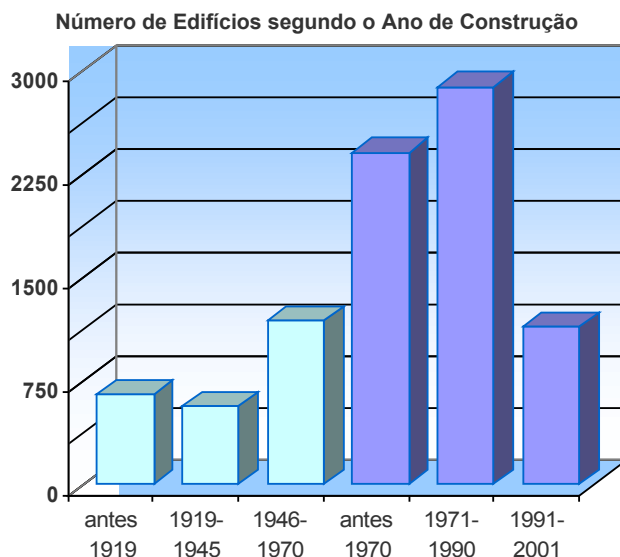


Figura 1.4. Número de edifícios segundo o ano de construção.

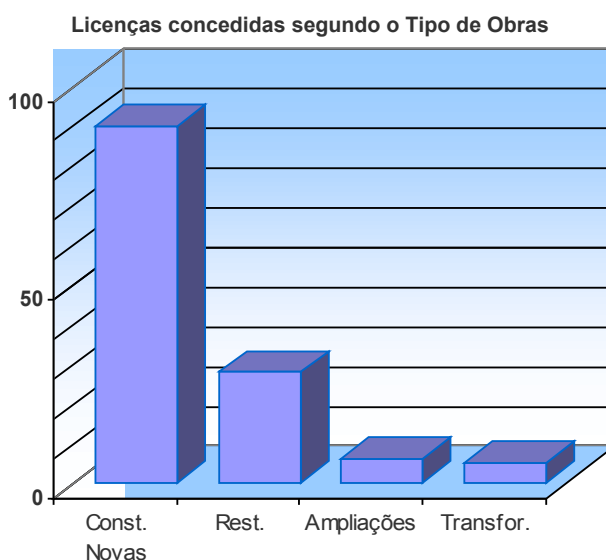


Figura 1.5. Licenças concedidas segundo o tipo de obras (2000).

As construções novas representavam, em 1999, 69,8% ( 90 licenças ) do total de edifícios licenciados, seguindo-se-lhes as restaurações com 21,7% ( 28 licenças ), as ampliações com 4,7% ( 6 licenças ) e as

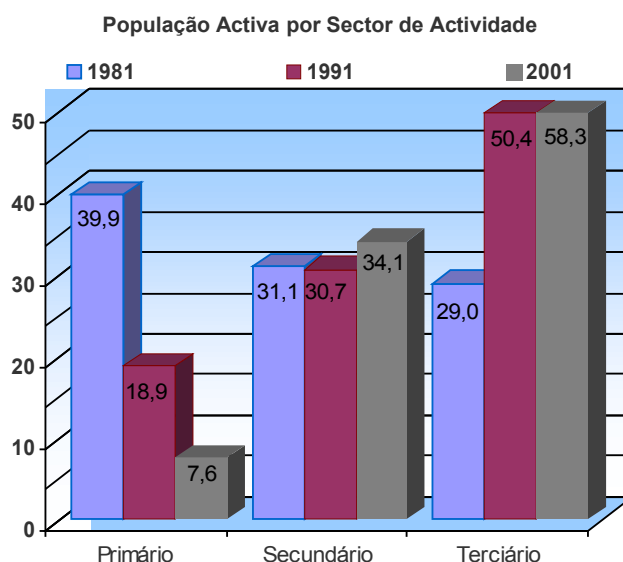
transformações com 3,9% ( 5 licenças ); não há registo de demolições no cômputo geral das licenças concedidas.

## B.4. Sócio-economia

A análise da evolução da população activa do concelho de Valença permite aferir que o Concelho desenvolveu a sua estrutura sócio - económica, tendo por base o tradicional desenvolvimento do sector terciário, seguindo os modelos tipificados de crescimento económico em termos sectoriais.

De facto, se em 1981 constituía o sector dominante ( cerca de 40% ), seguido do secundário, situação que, em 2001, se inverteria passando os sectores Terciário ( 58,3% ) e Secundário ( 34,1% ) a serem os responsáveis pelos maiores quantitativos de população residente activa a exercer profissão.

A evolução recente da distribuição da população activa por sectores de actividade, revela no período 1981 a 2001, manifestações e tendências, cujo contexto não se diferencia significativamente, em relação a áreas geográficas com as quais Valença se relaciona e integra. Observa-se assim que, o Primário constitui o sector da actividade económica que, entre 1981 e 2001, maior ' peso ' perdeu ( 32,3 ) no conjunto dos restantes sectores da actividade económica, tendência esta, em que foi acompanhado pelos ' ritmos ' verificados no agrupamento de Concelhos da Sub - região de Minho - Lima e da Região Norte, diminuindo a sua expressão e importância relativa no conjunto das actividades económicas.



**Figura 1.1.** População Activa por Sector de Actividade ( 1981, 1991 e 2001 ).

Em termos relativos, verifica-se um acréscimo de cerca de 101%, em relação a 1981, de activos afectos ao sector Terciário, evidenciando desde já, uma evolução significativa deste sector no Concelho, perseguindo a tendência de terciarização que se verifica na Sub - região do Minho - Lima e superiorizando-se inclusivamente, à registada na Região Norte.



Já no que se refere ao sector secundário, assiste-se no período 1981 / 2001, a um ligeiro acréscimo do seu ‘peso’ em relação ao conjunto da estrutura produtiva local ( empregando, em 2001, cerca de 3335 trabalhadores), correspondendo a uma variação positiva de 9,6%.

A sucessiva diminuição do peso do sector primário, aparenta possuir como principais causas, a acentuada divisão da propriedade ( estrutura minifundiária, com superfícies médias de exploração de 2,7 ha ), que reduz a possibilidade de uma agricultura empresarial e produtiva ( extensiva e mecanizada ), praticando-se quase exclusivamente uma agricultura de subsistência ( predominantemente assente em explorações familiares ), e consequentemente o facto, de se procurar nas actividades industriais ou terciárias, o rendimento principal.

Relativamente à análise dos sectores de actividade económica, pelas diferentes freguesias e sob o ponto de vista do contributo da ‘ mão-de-obra ’ de cada freguesia para o total de activos em cada sector, denota-se que o ‘ **primário** ’, ‘ empregava ’, em 2001, fundamentalmente activos de Fontoura, S. Julião e Cerdal, por ordem decrescente de importância.

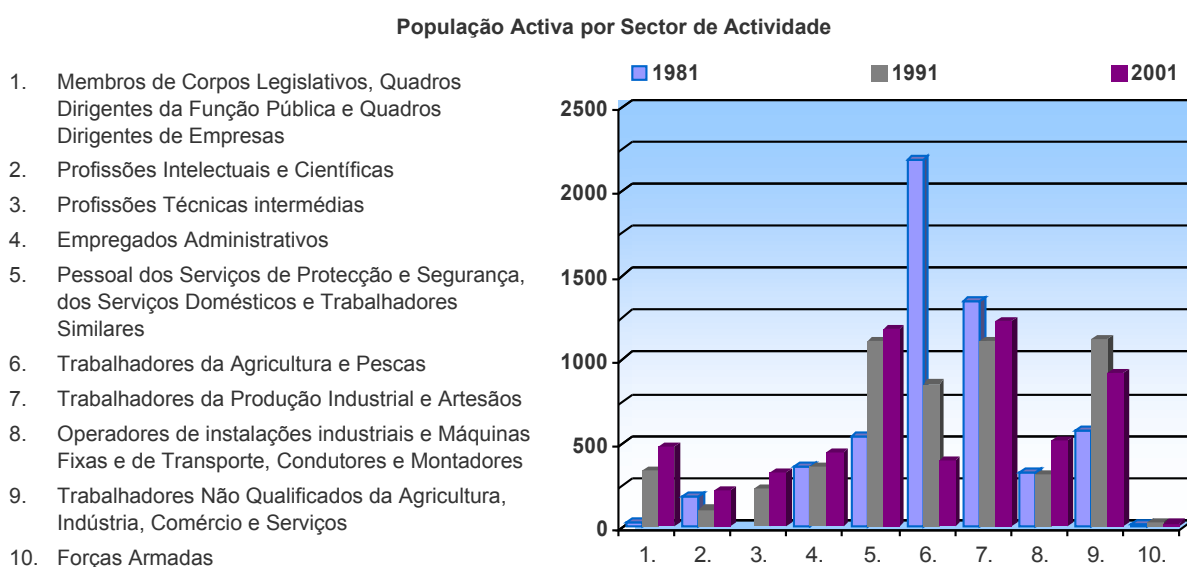
Para o total de activos no sector **secundário**, contribui significativamente a mão-de-obra de Valença, Cerdal, Gandra, Ganfei e S. Pedro da Torre, que no seu conjunto, correspondem a mais de metade dos activos que laboram neste sector ( cerca de 61,8% ). Também Fontoura e Arão têm um peso considerável nos 12,1% da população empregada no sector.

Evidenciando um comportamento similar à evolução ocorrida no sector secundário, também o ‘ **terciário** ’, encontra nas freguesias de Valença, S. Pedro da Torre, Ganfei, Gandra, Cristelo Covo, Cerdal e Arão as responsáveis pela tendência de terciarização verificada na década intercensitária 1981 / 01, na medida em que representavam cerca de 83,4% do total de activos empregados no sector.

Analisando a distribuição da população empregada por tipo de profissão no Concelho, através da variação ocorrida entre 1981, 1991 e 2001, surgem como relevantes os seguintes resultados:

- Do total da população empregada no Concelho de Valença, em 2001, salientam-se os trabalhadores da ‘ produção industrial e artesãos ’ ( 1227 indivíduos ), bem como, o pessoal dos ‘ serviços de protecção e segurança, dos serviços domésticos e trabalhadores similares ’ ( 1174 efectivos ) e os trabalhadores ‘ não qualificados da agricultura, indústria, comércio e serviços ’ ( 923, pese embora tenha assistido a um decréscimo face a 1991 ).
- Não pode deixar de assinalar-se o acréscimo registado ( 1692,3% ) pelos ‘ membros de corpos legislativos, quadros dirigentes da função pública e quadros dirigentes de empresas ’, que se traduziu, em 2001, em mais 457 postos de trabalho do que em 1981 e em mais 147 postos de trabalho do que em 1991.

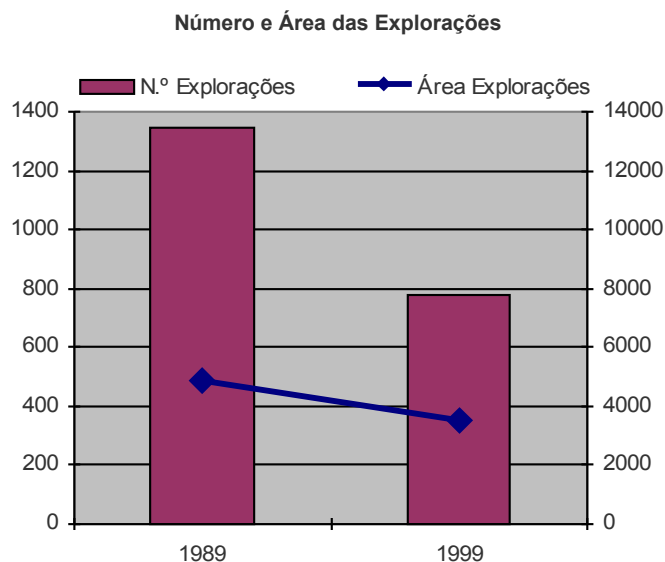
- As profissões que menos se destacam são as 'Forças Armadas' (23 efectivos), as profissões 'intelectuais e científicas' (216 efectivos), e as profissões 'técnicas intermédias' (330 indivíduos correspondentes a 5,8%). O pessoal desta última categoria profissional equipara-se aos trabalhadores da agricultura e pescas, dos 'empregados administrativos' (7,7%) e dos 'operadores de instalações industriais e máquinas fixas e de transporte, condutores e montadores.
- Uma acentuada quebra dos activos residentes inseridos na categoria dos 'Trabalhadores da Agricultura e Pescas', traduzida numa variação negativa, como seria de esperar, situada em cerca de (-82,1%);
- A importância que as profissões associadas no sector terciário começam a ganhar no contexto do emprego, nomeadamente no âmbito da categoria do 'Pessoal dos Serviços de Protecção e Segurança, dos Serviços Domésticos e Trabalhadores Similares' (119,9%).



**Figura 1.2.** Distribuição da População Empregada por Tipo de Profissão ( 1981, 1991, 2001 ).

O sector agrícola, continua a deter uma posição relevante como actividade económica, entre os activos residentes do concelho e a representar uma componente importante na formação do rendimento de um elevado número de famílias.

Uma análise à evolução das estruturas agrícolas permite definir um quadro de transformações, que vai de encontro à ideia atrás perspectivada, sobre a redução do número de explorações agrícolas. Na verdade, e segundo o RGA de 1989, das 1349 explorações contabilizadas, passou-se para 779 explorações agrícolas em finais dos anos 90 ( RGA de 1999 ). Paralelamente constata-se também, que durante a última década se registou um decréscimo de cerca de (-28,0%) da 'Área de Exploração' Total ( equivalente à variação de 4846 ha, em 1989 para 3490 ha, em 1999 ) e, sublinhe-se, da própria população agrícola familiar (-48,0%, correspondente a uma diminuição de 2306 activos agrícolas ).

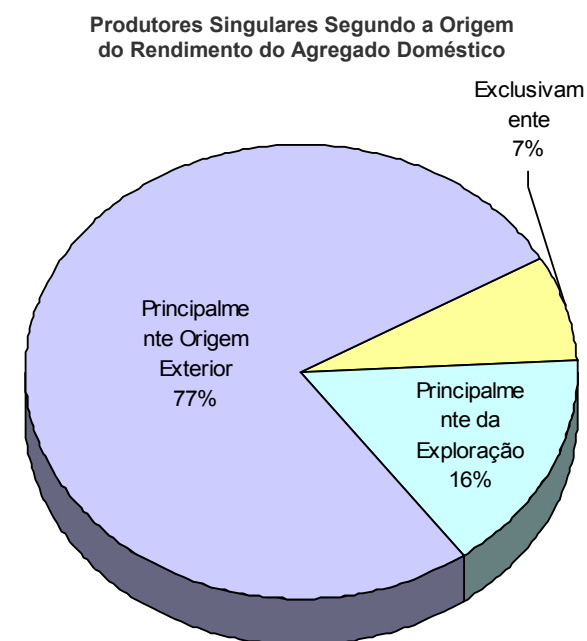


**Figura 1.3.** Número e Área das Explorações ( 1989, 1999 ).

Na sequência destas considerações, torna-se pertinente a análise do tempo de actividade, que a população agrícola familiar e o produtor singular, despendem na exploração. Assim, verifica-se que em 1999:

- Cerca de 38,7% ( 967 indivíduos ) da totalidade da população agrícola familiar ( 2500 ) dedicava menos de metade do seu tempo à actividade na exploração ( <50% ), constituindo 26,7% ( 667 pessoas ), aqueles que, por sua vez, se ocupavam a tempo inteiro da exploração.
- A tempo parcial ( >=50% e <100% ), encontravam-se cerca de 17,2% da população agrícola familiar, equivalente a 429 indivíduos.
- Os valores correspondentes aos que não exerciam ‘ qualquer actividade na exploração ’ ascendia, nesta data, a aproximadamente 17,5 pontos percentuais.
- Dos 26,7% ( 667 indivíduos ) da população agrícola familiar que despendia todo o seu tempo de actividade na exploração, cerca de 2/3 ( 57% equivalente a 380 indivíduos ) eram produtores singulares, correspondendo a 49,9% da totalidade dos produtores do concelho.
- Perfazem 187 ( 24,6% do total de produtores singulares ), aqueles que desempenhavam a função a tempo parcial, correspondendo a 7,5% da população agrícola familiar de Valença.

O conjunto das considerações enunciadas, permite já de certa forma, constatar que se está em presença de um fenómeno de pluriactividade, onde a mão-de-obra feminina assume posição fundamental no trabalho da exploração.



**Figura 1.4.** Produtores Singulares Segundo a Origem do Rendimento do Agregado Doméstico ( 1999 ).

Um outro aspecto a considerar, num quadro explanatório das tendências observadas, refere-se à estrutura do rendimento das ‘ famílias agrícolas ’ ( produtores ). A consulta da informação do RGA de 1999, permite constatar que apenas 7,5% dos produtores e seus agregados familiares vivem exclusivamente do rendimento da exploração, enquanto que 15,9% dependem sobretudo da exploração, mas auferem outros rendimentos. Significa isto, que a esmagadora maioria das famílias agrícolas dos produtores ( 92,5% ) possuem outros rendimentos e que, cerca de três em cada quatro produtores familiares ( 76,6% ) dependem sobretudo, desses rendimentos exteriores à exploração.

A importância do **fenómeno de pluriactividade** não se restringe apenas, ao âmbito agrícola, sendo conveniente avaliar qual o nível da sua contribuição na economia local. Um importante indicador do seu grau de relevância advém da presença de pluriactivos agrícolas ( população familiar e produtores ) noutros sectores de actividade.

Os dados estatísticos do RGA de 1999, permitem quantificar, de certa forma credível, os sectores onde são exercidas as ‘ actividades remuneradas exteriores à exploração ’, constatando-se que, em Valença, cerca de 28,6% da população familiar agrícola ( 715 ) e 54,1% dos produtores singulares ( 412 ), desenvolviam esta actividade em regime de pluriactividade.

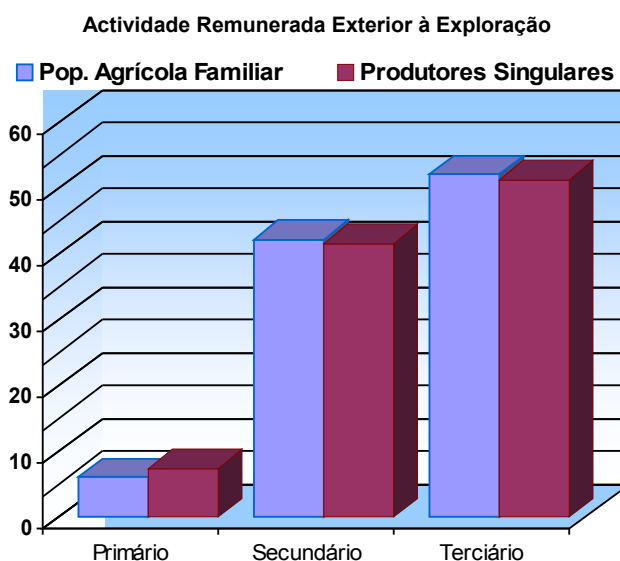


Figura 1.5. Actividade remunerada exterior à exploração ( 1999 ).

Conforme foi já demonstrado anteriormente, a análise evolutiva da população activa no ' Secundário ' permitiu constatar um leve acréscimo no período intercensitário 1991 /2001, que o coloca assim, ainda que em menor escala, a par do ' Terciário ', como os sectores responsáveis pelo maior quantitativo de população a exercer profissão no Concelho de Valença.

Identifica-se que é na ' Industria Transformadora ' que se concentra a maior percentagem de população activa empregada no Sector Secundário, a qual representava em 2001, cerca de metade ( 62,3% ) do total de activos do sector secundário, constituindo por sua vez, o ramo de ' Construção' aquele que, imediatamente a seguir, atrai o maior quantitativo dos activos neste sector ( cerca de 34,9% ).

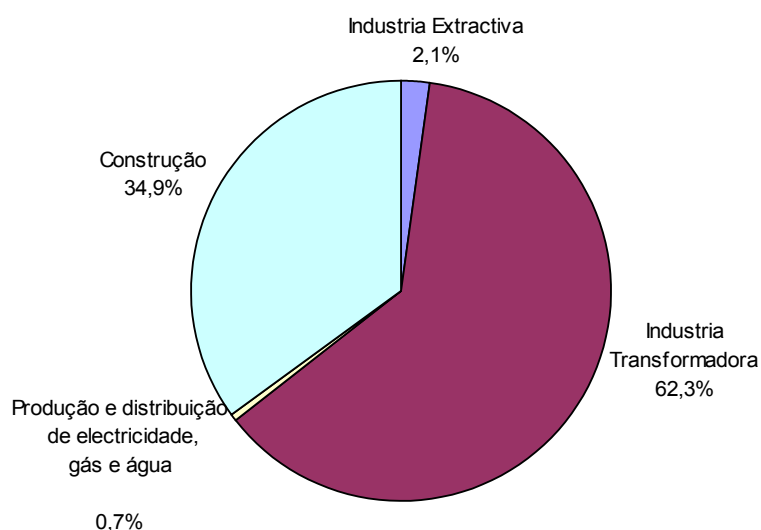
A ' Indústria Transformadora ' apesar do decréscimo verificado de 2% entre 1981 e 1991, em 2001, face a 1991 demonstra um crescimento de mais 11,9 pontos percentuais. A ' Construção' foi o ramo de actividade que viu a sua posição enfraquecida, no cenário de retracção registado, pese embora, continuasse a deter ainda, em 2001, 34,9%.

Em função deste quadro evolutivo, será admissível adiantar duas grandes conclusões:

- A primeira traduz a relativa dependência do sistema produtivo ( secundário ) local, da ' Indústria Transformadora ', e esta por sua vez, de um número reduzido de ramos de actividade, onde apenas o sector da ' Indústria Transformadora da Pesca e da Aquacultura', do ' Fabrico de Componentes e Acessórios para Veículos Automóveis e seu Motores ' e da ' Construção e Reparação Naval' são responsáveis pelo emprego de cerca de 40,1%, i.e., mais de 1 em cada 4 postos de trabalho no sector.

- A segunda, diz respeito ao papel que o subsector da ‘ *Construção* ’ detinha e que poderá ainda, vir a desempenhar no futuro, atendendo não só, ao reconhecido efeito multiplicador que gera noutros subsectores complementares da actividade económica, como também na sua capacidade endógena de gerar emprego.

#### Sector Secundário – Subsectores de Actividade



**Figura 1.6.** Subsectores de actividade do Sector Secundário ( 2001 ).

O conhecimento da estrutura terciária implantada no território municipal é imprescindível para a caracterização equilibrada do modelo de desenvolvimento que se tem afirmado no Concelho de Valença. O ‘ Terciário ’ assume-se, cada vez mais, fundamental para o crescimento económico, pois constitui um sector marcante no desenvolvimento das sociedades actuais, por força dos efeitos multiplicadores que induz resultantes das complementaridades com outras actividades.

O sector Terciário, conforme já foi constatado anteriormente, tem vindo progressivamente a assumir a posição mais importante no concelho, sendo o seu peso ( 58,3% ), no total das actividades económicas, superior aquele que ‘ Primário ’ e ‘ Secundário ’ ( 41,7% ) conjuntamente detêm, como principais empregadores do concelho.

Constata-se que em 2001, os ramos de actividade mais representativos do sector, se aglutinavam nos serviços ligados à componente do ' *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico* ' (com 37,4%), ' *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* ' (com 16%) e ' *Alojamento e restauração (restaurantes e similares)* ' (com 13.1%).

Estas três grandes áreas da actividade económica, conjuntamente com a ' *Educação* ', que demonstra com os seus 8,1% de emprego, a comparticipação do Estado como entidade prestadora de serviços, constituem, de facto, as principais protagonistas da dinâmica verificada nos últimos períodos intercensitários ( 1981 / 1991 / 2001 ), concentrando cerca de  $\frac{3}{4}$  do total de activos do ' Terciário '.

O facto de 74,8% do emprego do sector se concentrar em apenas quatro ramos de actividade, poderá reflectir a pouca diversificação da oferta dos serviços existentes.

## **B.5. A Condição Natural e Urbana**

A leitura estratégica concelhia em função da sua forte componente natural e rural passa também pela contemporaneidade das suas funções no sistema concelhio.

As transformações que o meio natural tem sofrido no sentido de proporcionar ao homem melhores condições de vida, têm reflexos evidentes na paisagem.

A diversidade ecológica das freguesias de Valença associado ao valor cultural introduzido pelo homem, função dos seus valores estéticos e simbólicos, dão ao concelho uma forte herança e expressão cultural.

Porém, o crescimento urbano recente tem introduzido factores de degradação cultural, pondo em causa a estabilidade dos ecossistemas, constituindo-se por vezes, também, como agressões ou barreiras ao estabelecimento de relações equilibradas da cidade com a envolvente, com características marcadamente rurais.

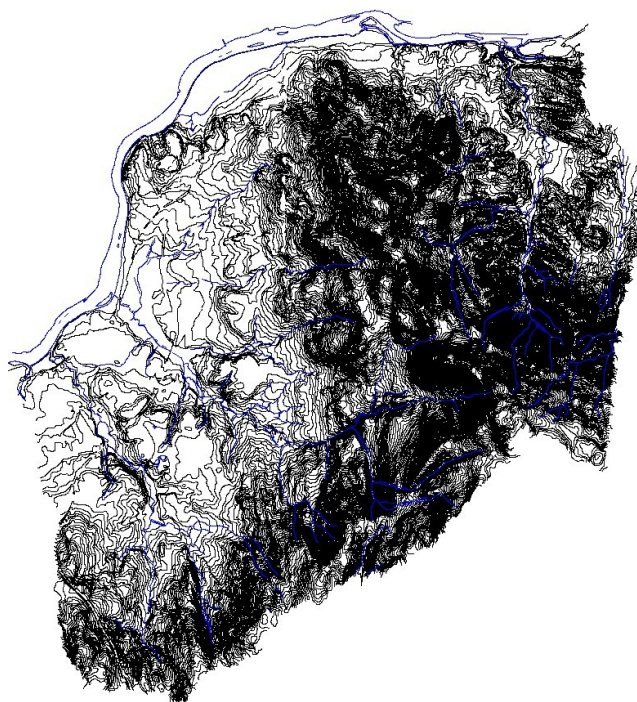


Figura 1.1. Topografia Concelhia.



Figura 1.2. Concentração do edificado no Concelho.

A topografia do concelho impõe vivências e ocupações diferentes. À maior sinuosidade e valor de cotas altimétricas associa-se uma menor concentração habitacional, populacional e uma maior dinamização da



actividade agrícola. Ao contrário, aos terrenos mais planos encontra-se associado uma maior densidade de ocupação urbana, com reflexos nas actividades económicas: a prática agrícola é praticamente inexistente, havendo uma maior dependência exclusiva da actividade industrial, comercial e de serviços.

Às povoações mais interiores encontra-se ainda associado um movimento de progressiva desertificação populacional, resultado não só da emigração para o estrangeiro, como também dos fenómenos de litoralização.

### B.6. O Rural Disperso e as Dinâmicas em Rede

À maior concentração populacional e urbana da cidade e envolvente imediata, opõe-se uma territorialização difusa do interior concelhio.

A herança de uma matriz de povoamento rural disperso, de extrema divisão parcelar - minifúndio, com uma deficiente hierarquia viária e uma pluriactividade agricultura - indústria, impõem o descobrimento de novos princípios de estruturação do desenvolvimento concelhio. Nestes destacam-se o reconhecimento da inoperância da dicotomia rural - urbano e a necessidade de serem estabelecidas lógicas de relações espaciais interdependentes, de complementaridades funcionais.

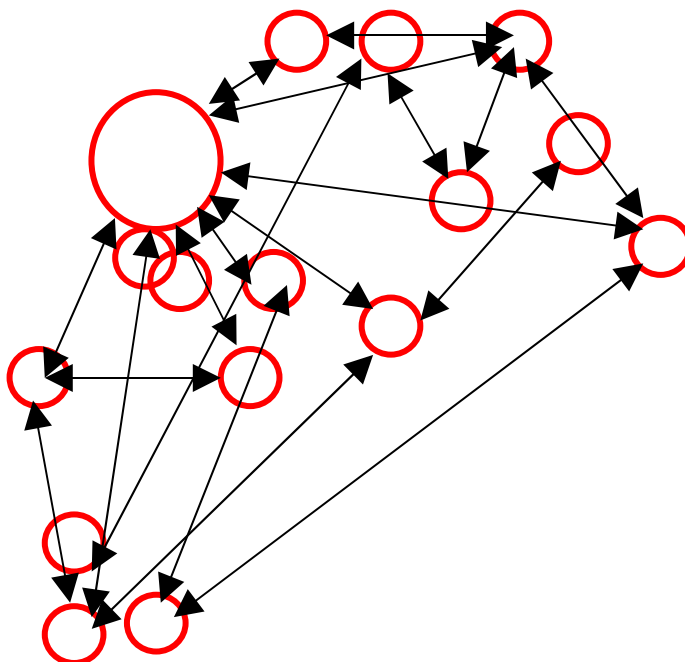


Figura 1.1.

Dinâmicas e Fluxos de Interdependências.

Este princípio de estabelecimento de dinâmicas em rede assume primordial importância a nível da programação dos equipamentos não só a nível intra-concelhio, como também a nível regional, garantindo assim condições mais eficazes de competitividade.

A coexistência de fenómenos ligados a um quadro provável de crescimento económico e à rapidez de transformação, nomeadamente equipamentos e infraestruturas, aliados a factores naturais e geográficos que possibilitam a melhoria da qualidade de vida das populações, como a continuidade com a Galiza e o Rio Minho, podem contribuir para que este território desempenhe um papel preponderante e específico no desenvolvimento da região.

B.7. Potencialidades e Debilidades no Contexto Regional e Local

Quadro 1.1. Análise SWOT de Valença - Vila e de Valença - Região.

	ROF	TOP
--	-----	-----

[illegible]

## C. O Território de Valença

### C.1. Perspectiva Geral do Território: Três Tipologias de Organização do Território

Para os devidos efeitos de análise do território e tendo em conta as suas próprias especificidades, decidiu-se, para uma mais fácil compreensão, dividir a ocupação humana no concelho de Valença em três grandes grupos territoriais:

- Territórios interiores;
- Territórios de transição;
- Territórios ribeirinhos.

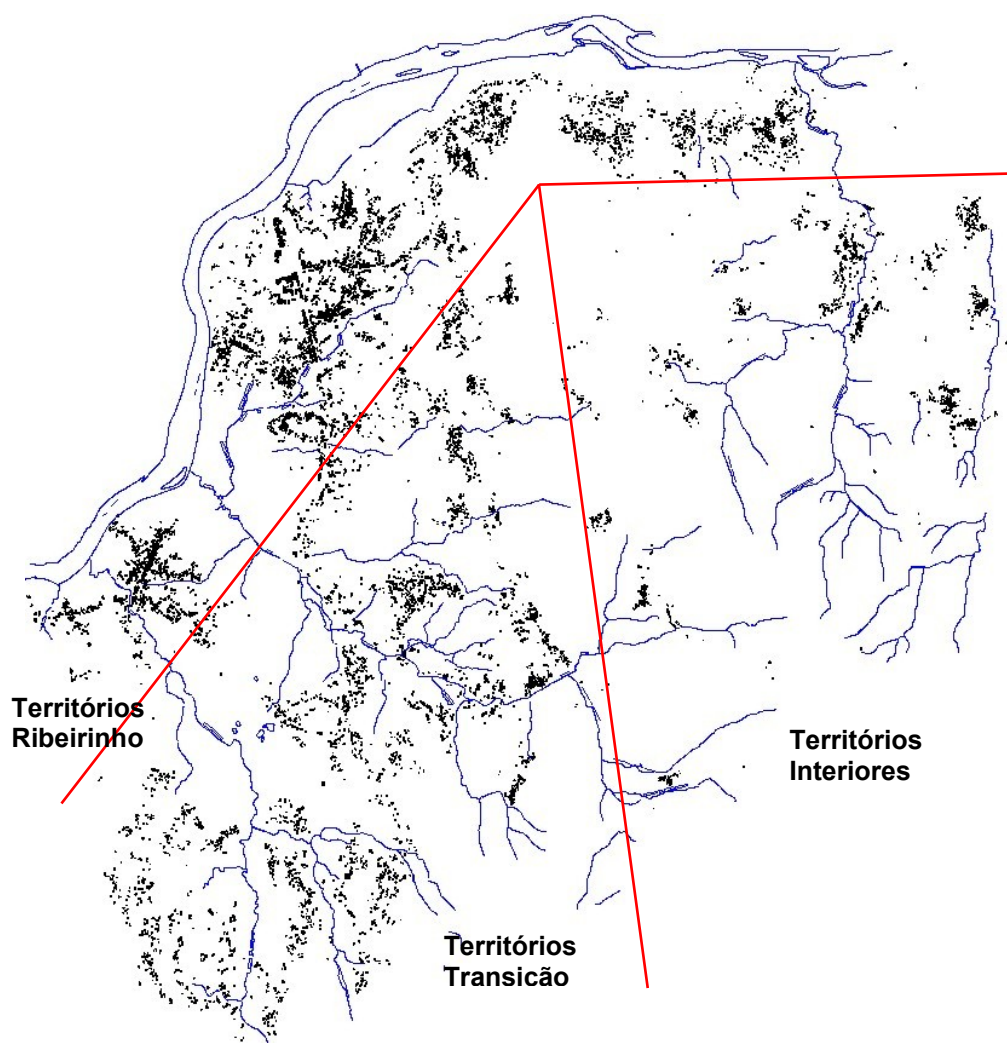


Figura 1.1.

Sub-Divisão Territorial e Idiossincrasias de Povoamento

Desde logo, esta divisão releva da geografia natural dos seus territórios, que marcam, de forma incontornável, a tipologia de ocupação urbana e não urbana de Valença. A topografia dos terrenos, com declives de significativa variabilidade do interior para a área ribeirinha, a geologia dos solos e o tipo de culturas admissíveis marcaram as diferenças morfológicas de ocupação espaço.

Da mesma forma a divisão da propriedade vem determinar, a par da rarefacção ou intensidade da ocupação, o tipo específico da forma urbana verificável. Só a compreensão da cultura local consubstanciada no território, nas actividades e nas deslocações principais permite a compreensão cabal das formas urbanas / rurais detectadas.

Convém desde já, em função das tipologias humanas de ocupação do solo, afirmar claramente que conceitos ou definições muito rígidos das dicotomias tipo-morfológicas e funcionais, urbano / rural estão, neste território, completamente esbatidas, por uma ocupação secular que interpenetra numa simbiose e equilíbrios perfeitos a construção e o meio natural que a envolve.

Assim, quem tiver a incumbência profissional e cultural de interpretar estes territórios tem, em desde logo, de se libertar de pré-conceitos de urbano / cidade nucleada e urbano / metropolitano de continuidades urbanas e atender à, em primeiro lugar, especificidade de uma relação mais íntima entre cada construção e o seu meio natural e segundo perceber que a cidade contemporânea é, ela própria, uma entidade em profunda transformação, e que fragmentação, linearidade, alargamento, extensividade, são vocábulos que importa reinterpretar e colocar ao serviço da cultura local de ocupação do território.

De entre os vários aspectos que condicionam e moldam a ocupação do território, os factores naturais acima apontados: relevo, linhas de água, tipo de solos, exposição solar, etc. foram os primeiros a determinar a tipologia da ocupação humana. De igual forma a conciliação destas determinantes com as exigências e necessidades humanas foram o complemento para a génese de povoamentos humanos: proximidade a linhas de água ou nascentes, terrenos férteis, cruzamento de caminhos, relevo propício à defesa do aglomerado, etc.

A tipologia de ocupação urbana e não urbana é marcada pela topografia, geologia, qualidade dos solos e ainda a divisão da propriedade. Assim se podem observar formas de povoamento de génese nucleada ou dispersa, contínua ou descontínua, linear ou difusa.

A tipologia de ocupação urbana e não urbana é marcada pela topografia, geologia, qualidade dos solos e ainda a divisão da propriedade. Assim se podem observar formas de povoamento de génese nucleada ou dispersa, contínua ou descontínua, linear ou difusa.

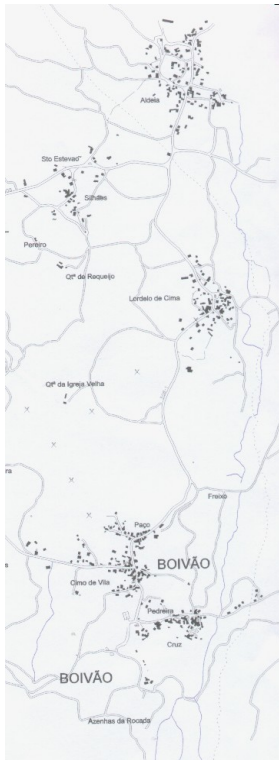


Figura 1.2. Povoamento em Boivão (1).

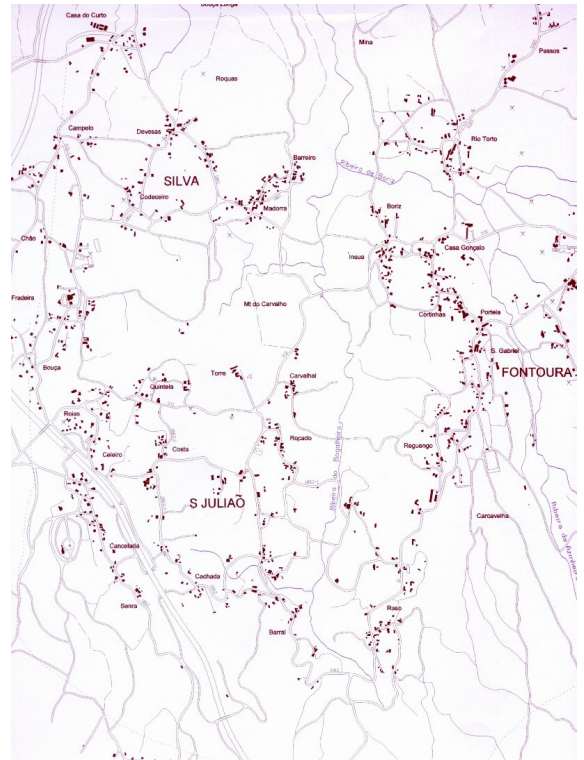


Figura 1.3. Povoamentos em S. Julião, Fontoura e Silva (2).

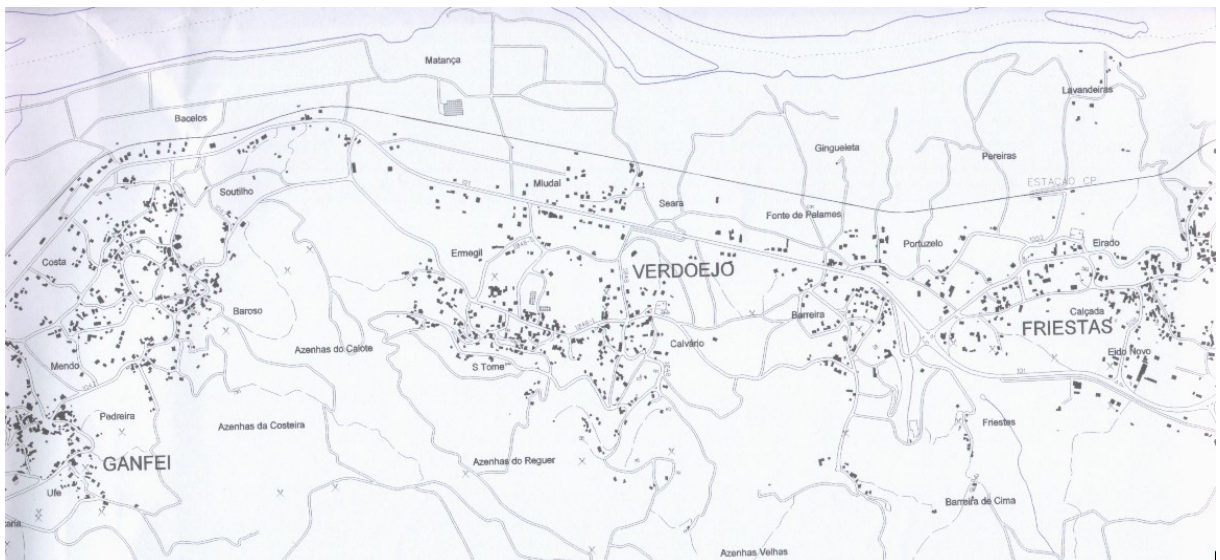


Figura 1.4. Povoamentos em Ganfei, Verdoejo e Friestas (3).

- (1) Povoamento interior, nucleado de Boivão e ainda aglomerados do interior de Gondomil. Marcados de forma decisiva pelos acidentes topográficos do terreno.
- (2) Povoamento de transição a sul do Concelho. É visível a ocupação linear do território nas Freguesias de Fontoura, S. Julião e Silva.



- (3) Povoamento Ribeirinho Norte. Topografia específica de proximidade do Rio Minho e igualmente configuração topográfica específica que impôs um desenho da ocupação simultaneamente nucleada e dispersa. Lugares de Ganfei, Verdoejo e Friestas.



Figura 1.5. As Formas de Propriedade em Arão (1).

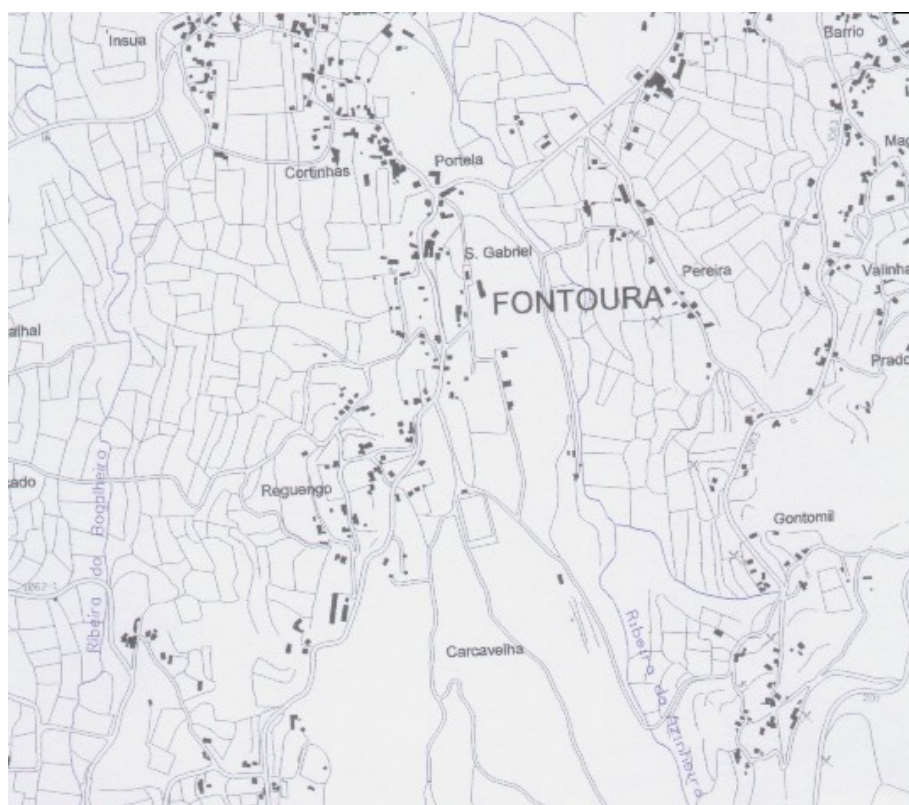


Figura 1.6. As Formas de Propriedade em Fontoura (2).



As formas de propriedade são determinantes na ocupação construtiva do território. Nas imagens: um território mais denso (1) em que a propriedade é de pequena dimensão, marcado pelo lote estreito e comprido - Arão - e outro (2) marcado por um regime de propriedade de maior dimensão - Fontoura - proporcionando uma ocupação mais dispersa e descontínua.



Figura 1.7.

Aspectos da Paisagem do Concelho de Valença.

Em fase mais recente, novas capacidades de mobilidade e novas possibilidades de construção fizeram emergir oportunidades, quase infinitas, de localização construtiva e relação casa - trabalho motivando uma revolução cultural nos usos e costumes das populações. Da mesma forma esta revolução cultural que foi marcada decisivamente pela Revolução Industrial veio, crescentemente a substituir uma mão-de-obra, assalariada ou por conta própria, quase exclusivamente agrícola para uma dominância dos sectores secundários e terciário.

Cremos mesmo que Valença, como muito poucas cidades e Vilas do país passou da pré-modernidade para a pós-modernidade sem ter atravessado a era moderna que se consubstanciou em fenómenos de relativa intensidade industrial. Um dos fenómenos em que se revela, de forma determinante, este salto nas eras do desenvolvimento, é a intervenção sem escala urbano -construtiva do centro da Vila.

Daqui se tornou natural o amplo aproveitamento actual da rede viária existente que serve de infraestrutura básica às novas construções. Da mesma forma as exigências de articulado do Regulamento Geral de Edificações Urbanas que determina a necessidade imediata de vias infraestruturadas a par das intervenções serem promovidas em regime de auto-construção ou pequeno promotor faz com que estas estradas determinem as novas procuras e marquem a ocupação do território nos últimos anos.

É por isso natural, que tradicionais formas nucleadas de ocupação urbana tenham evoluído, recentemente, de forma mais ou menos nítida, para tipologias que identificam uma maior linearidade, justamente marcada pela extensão da rede viária que liga povoações.

Razões inerentes á pluriactividade exercida por grande parte das famílias veio invocar uma agricultura de carácter mais extensivo, a funcionar como complementaridade ao rendimento familiar por pessoas que, ao longo do dia, exercem a sua actividade nos sectores secundário ou terciário, promovendo igualmente uma ocupação do território de forma diferenciada á tradicional.

Com efeito os terrenos agrícolas surgem em torno da habitação, o lote habitacional passa a integrar o pequeno espaço agrícola, as culturas são múltiplas para uso interno e pequenas vendas. Só em casos de

maior densidade construtiva os alinhamentos se revelam importantes uma vez que onde predomina este modelo de ocupação, em territórios de interior e sobretudo de transição, o carácter diverso da localização das frentes do edificado em nada afectam a leitura dos lugares antes lhe conferem uma identidade própria resultante de novas culturas e de intervenção.

Como se verifica as alterações promovidas por novas formas de intervir no território associadas a cronológicas diferenças nas ideias, atitudes e concepções de vida, motivam diferentes abordagens e perspectivas de ordenar o território, de exercer a prática do urbanismo e paisagismo, de perspectivar o desenvolvimento local e regional, de entender as condicionantes territoriais.

Da mesma forma o olhar sobre os territórios interiores deve ter em conta factores diversos como o da organização dos caminhos que são, muitas vezes, marcados pelos limites de propriedades, por factores de divisão cadastral de difícil definição e deve, sobretudo, atender a aspectos de desertificação que, o próprio planeamento, longe de ser a causa principal, tem contribuído, através imposições geográfica e conceptualmente deslocadas dos sítios em que, pretensiosamente, procura intervir.

Assim deve-se entender que, ao contrário de ‘ Expansão Urbana ’ onde a sua ocupação se dá a um ritmo intensivo, tanto no tempo como no espaço, ‘ Possibilidades Construtivas ’, cujo termo se utiliza na justificação do ordenamento dos territórios interiores, resumem apenas espaços ou lugares onde, de forma extensiva no tempo, poderão surgir iniciativas locais de construção que invertam, mesmo que de forma tímida, a desertificação do meio rural, tão nefasta ao desenvolvimento sustentável que se preconiza.

É sobretudo no equilíbrio entre as novas concepções de ocupação do território e a preservação activa do meio natural que se encontra a capacidade de intervir de forma consistente, coerente, socialmente aceite, que se produz figuras de planeamento capazes de organizar o território de forma sustentável.

## **C.2. Perspectiva Particular do(s) Território(s): Formas de Ocupação e Desenvolvimento**

Como foi referido poderemos dividir o território de Valença em três unidades morfo-tipológicas de povoamento que a seguir se descrevem, na sua génese e principais tendências de desenvolvimento urbano:

### **C.2.1. Territórios Interiores**

#### **Situação Actual**

O sistema urbano interior caracteriza-se por aglomerados nucleados, bem definidos, onde a separação entre o urbano e o rural ou a separação entre o construído e o natural é clara.

Estão nestes casos os aglomerados pertencentes às freguesias de Boivão, Taião e Sanfins. Assim podem-se referenciar, com maior ou menor clareza, os aglomerados de: Taião de Cima e Taião de Baixo na freguesia com o mesmo nome, Soutelo e Quebrada na freguesia de Sanfins e Lordelo de Cima, Paço e Cruz na freguesia de Boivão.

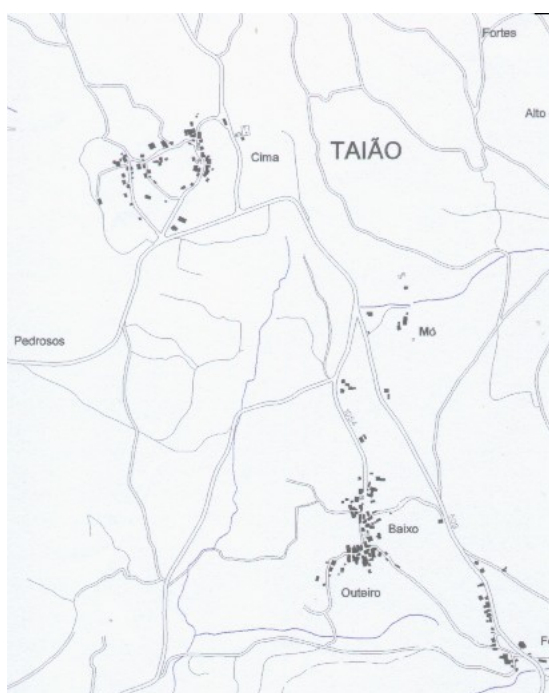


Figura 1.1. Povoamento em Taião.

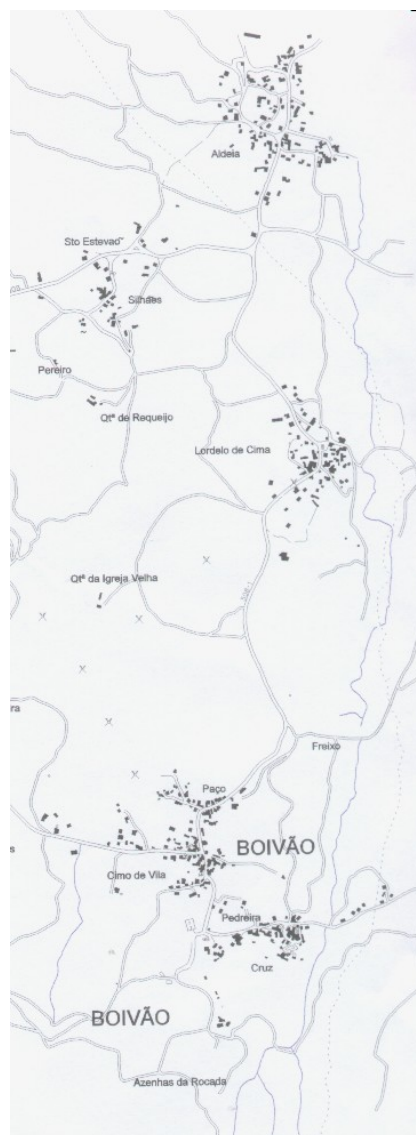


Figura 1.2. Povoamento em Boivão.

### Desenvolvimento Urbano

Assim é natural que as tendências de crescimento moderado, partem da organização nucleada do espaço construído e deste se organize possibilidades construtivas que se apoie na infra-estrutura viária imediatamente contígua de forma a manter essa forma mais concentrada de povoamento.

Da mesma forma se procura que as novas possibilidades construtivas, apoiando-se, como referido, na estrutura viária, encontre, no complemento do quarteirão viário, que em meio rural possuem uma dimensão mais relevante que no meio urbano mas que mantém o seu interior agrícola, o espaço disponível para eventuais procuras da função habitacional.

Como foi referido anteriormente deve-se ter, conceptualmente, em conta que o termo 'possibilidades construtivas' não equivale, de forma alguma, ao termo 'expansão urbana' que lhe é diferente no sentido e nos resultados.

Assim deve-se entender que, ao contrário de 'Expansão Urbana' onde a sua ocupação se dá a um ritmo intensivo, tanto no tempo como no espaço, 'Possibilidades Construtivas' resumem apenas espaços ou lugares onde, de forma extensiva no tempo, poderão surgir iniciativas locais de construção que invertam, mesmo que de forma tímida, a desertificação do meio rural, tão nefasta ao desenvolvimento sustentável que se preconiza.

### **C.2.2. Territórios de Transição**

#### **Situação Actual**

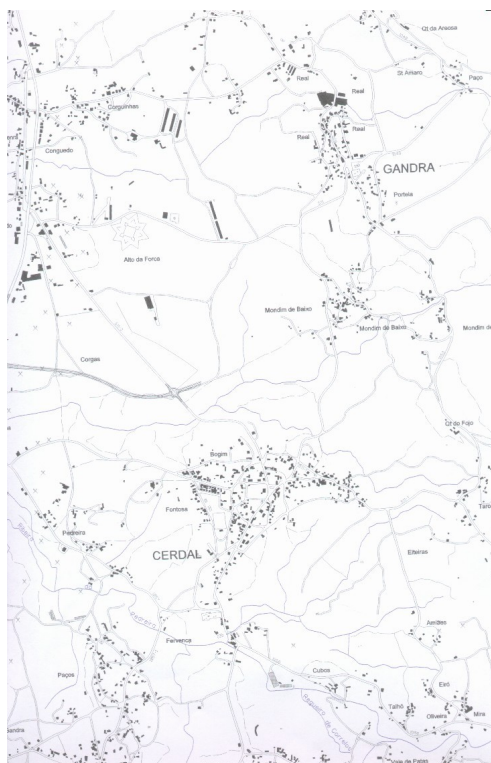
É um território povoado, predominantemente, a meia encosta e, conseqüentemente, apresenta características específicas consubstanciadas em múltiplas e diversas formas de assentamento urbano.

Estes territórios demonstram dois tipos de génese de ocupação. Por um lado aglomerados como Gandra e Cerdal com uma forte componente nuclear em que o núcleo central é denso e marca, de forma indelével, a ocupação destes territórios.

Porém, igualmente muito desenvolvido, a partir deste centro, dá-se uma ocupação dispersa com maior ou menor nucleação conforme a geografia dos quarteirões, quase sempre irregulares que a rede viária local forma, e onde, a linearidade da ocupação é contínua umas vezes e descontínua outras.

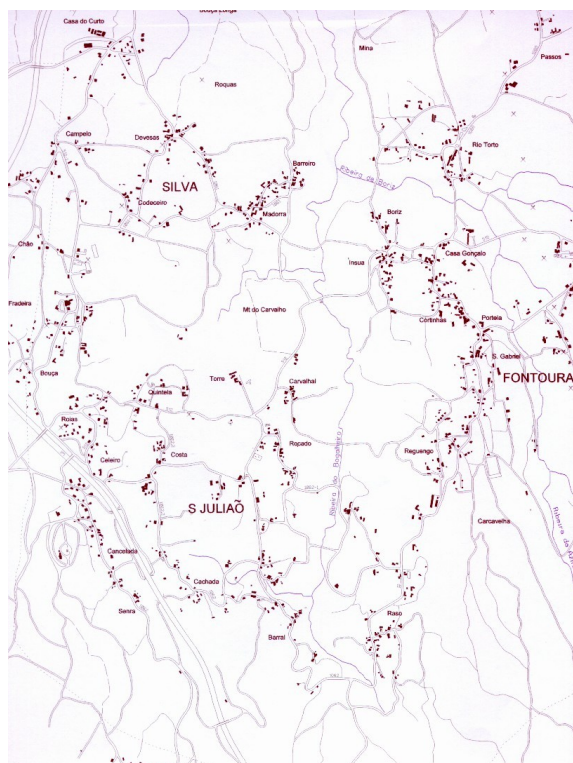
Por outro, os aglomerados a sul, com menor influência da Vila de Valença, como S. Julião, Silva, Fontoura e Gondomil, apresentando algumas pequenas nucleações é marcado por uma profunda dispersão do construído tendo na linearidade, dada pela rede viária a principal, a principal raiz dessa ocupação.

Igualmente interessante é verificar a diversidade de ocupação de um lado e de outro das vias, produto de uma topografia irregular de que resulta muitas destas áreas se encontrarem ocupadas apenas em um dos lados para, imediatamente a seguir, estar ocupada do lado oposto.



**Figura 1.1.** Povoamentos de Transição Central: Cerdal e Gandra.

Cerdal e Gandra: povoamentos de transição central que, a partir de sistemas nucleados, se desenvolvem de múltiplas formas, com predominância actual para o crescimento linear na direcção da Vila Urbana de Valença.



**Figura 1.2.** Povoamentos de Transição Sul: Fontoura, S. Julião e Silva.

Fontoura, S. Julião e Silva: povoamentos de transição sul que se desenvolveram de forma dispersa acompanhando a topografia e, recentemente, a infraestrutura viária. Como é natural, nesta forma de povoamento, apresentam ainda forte vocação agrícola ainda que, frequentemente, em regime de pluriactividade.

## Desenvolvimento Urbano

O espírito que preside ao desenvolvimento urbano desta áreas é, necessariamente o da colmatção dos espaços intersticiais, excepção feita às áreas onde o relevo desaconselha vivamente essa ocupação.

Para além desta linearidade construtiva que consubstancia novas possibilidades de ocupação, aposta o actual PDM, como factor equilibrante para estes territórios, simultaneamente, no reforço das centralidades destas freguesias em percurso rápido para território de maior urbanidade.



Estas centralidades, mais do que de teor urbano são eminentemente espaços centrais de sociabilidade. Isto consegue-se mais no reforço e qualificação dos equipamentos que conferem aos sítios condição central do que através da densificação construtiva do local.

### Qualificação dos Espaços Centrais



Figura 1.3. Aspecto do Centro de Gandra.



Figura 1.4. Aspecto do Centro de Ganfei.



Figura 1.5. Aspecto do Centro de Fontoura.

Dos factores da organização sócio-territorial dos aglomerados os 'Espaços de Sociabilidade e de Representação das Freguesias' são determinantes. Neste particular, e por contraponto ao desenvolvimento urbano marcadamente linear, importa dar significativa atenção aos "Centros" ou "Centralidades" das Freguesias, qualificando os seus centros e promovendo a localização de funções centrais que lhe conferirão, mais importante do que uma imagem qualifica, dinâmicas específicas e sinergias locais. Produto das formas de ocupação territorial que estão na génese de cada aglomerado, constituir-se-á, com maior dificuldade as centralidades a sul, Fontoura, S. Julião e Silva.

### C.2.3. Territórios Ribeirinhos

#### Situação actual

Estes territórios são marcados, de um modo geral, pelo contacto directo com o Rio Minho que foi determinante para o amplo crescimento que estes aglomerados apresentam. As suas características são simultaneamente concentradas e densas, na sua versão mais primitiva e histórica, e dispersa, na sua ocupação recente.

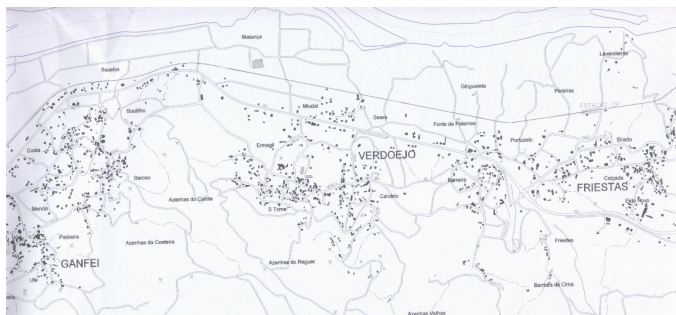
Nestes aglomerados há a considerar um conjunto de situações distintas, com destaque especial para a Área Urbana Alargada da Vila de Valença, os núcleos ribeirinhos a Norte de Ganfei, Verdoejo e Friestas e a sul de S. Pedro da Torre.

Conceito que deve ser tido em conta, no quadro conceptual já referido, é o da Área Urbana Alargada da Vila de Valença do Minho. Assim à Vila Tradicional que integra a Vila Medieval Muralhada e a Área Central deve-se ter em conta a forma extensiva, mas claramente urbana da Zona a Nascente da Estação do Caminho de Ferro e a forma urbana alargada dos núcleos de Cristelo Côvo e Arão ( capítulo seguinte ).

Por outro lado, Ganfei, Verdoejo e Friestas apresentam uma forma de povoamento nucleada dispersa, isto é, dentro de uma área relativamente bem delimitada a ocupação faz-se de forma algo fragmentada obedecendo aos múltiplos contornos morfológicos do território.

S. Pedro da Torre é marcado por outras formas de ocupação com especial realce do povoamento linear contínuo, fortemente densificado que se deu ao longo da Estrada Antiga e respectivo cruzamento com Rua da Estação. O Caminho de Ferro ocupa igualmente um papel fundamental no desenvolvimento de S. Pedro da Torre, quer como foco de importância, quer como barreira ao crescimento urbano conformando-o assim para nascente.

### Formas de Povoamento e Qualificação dos Espaços Centrais

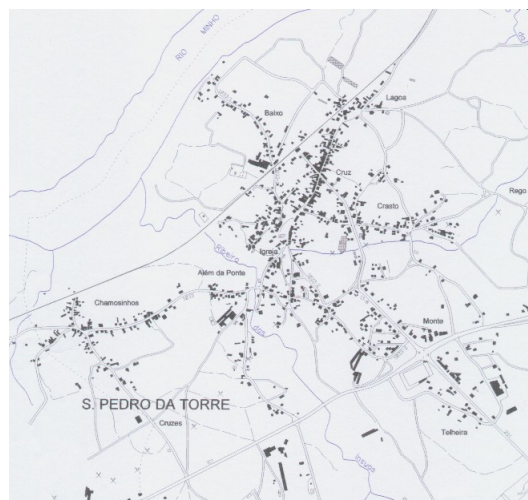


**Figura 1.1.** Núcleos Ribeirinhos Norte.



**Figura 1.2.** Aspecto do Centro de Ganfei.

As formas de povoamento ribeirinho são distintas a norte e a sul, particularmente devido às especificidades de S. Pedro da Torre. Com efeito nesta localidade podem-se verificar dois centros: o tradicional que decorre da presença da Igreja, e o do Largo da Estação. As ruas, que se cruzam, são fortemente densificadas, tipicamente urbanas. Existe ainda a sede da Junta que se localiza num edifício arquitectonicamente emblemático, à entrada da localidade. No futuro próximo, muito do imaginário destas localidades passará pela força que, reconhecidamente, a sua população atribuirá ao Centro.



**Figura 1.3.** Aspecto do Centro de Ganfei.



**Figura 1.4.** Aspecto do Centro de S. Pedro da Torre (Igreja).



**Figura 1.5.** Aspecto do Centro de S. Pedro da Torre (Estação).

## Desenvolvimento Urbano

Decorrente da especificidade de Ganfei, Verdoejo e Friestas o crescimento urbano mantém as mesmas características tradicionais da sua ocupação: O nucleado disperso pese embora um alargamento ao perímetro urbano no qual acresce a apetência para um desenvolvimento semi-periférico contido ao longo da estrutura viária existente.

Por seu lado o desenvolvimento urbano de S. Pedro da Torre apresenta, comparativamente aos aglomerados anteriores, uma forma mais unitária, produto de um micro - relevo menos acentuado, bem como se procura colmatar o interior dos quarteirões.



### C.3. A Vila de Valença

#### C.3.1. A Vila de Valença. Espaço Urbano Alargado

A Vila de Valença, na sua contemporaneidade, é marcada por múltiplas formas, históricas e geográficas, que a tornam de uma riqueza urbana ímpar.

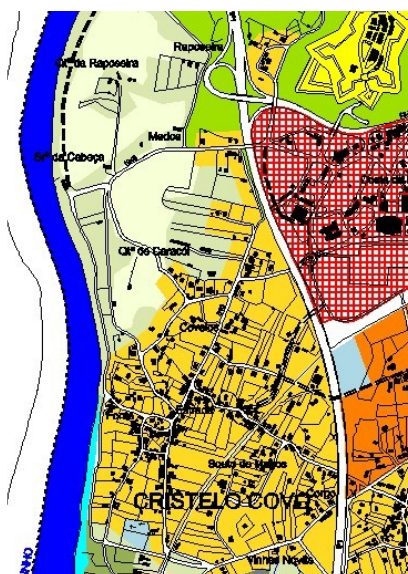
Com efeito os contornos urbanos actuais da Vila não se resumem às áreas construtivamente densas, antes aliam, de forma mais ou menos consistente, a compactidade de áreas construtivamente densas a outras cujo carácter é, eventualmente, genérico, fragmentado, difuso, em suma, emergente.

Com efeito assiste-se hoje, na cidade contemporânea, à diluição das fronteiras ‘urbano / rural’ e ‘centro / periferia’, através de padrões comportamentais diversos dos de outrora, auxiliados pelo valor atribuído à componente ambiental, pelas novas possibilidades construtivas, pelos novos factores de mobilidade, por conceitos valorizados de semi - periferia.

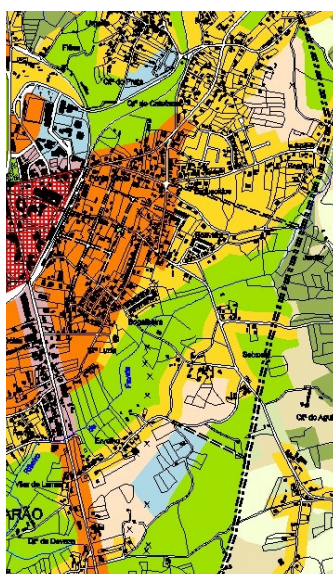
Para auxiliar o entendimento das novas procuras territoriais, especialmente para a função residencial, é interessante analisar o quadro que Dematteis ( 1998 ) elaborou ( Quadro 1.2 ).

**Quadro 1.1.** Representações Comparativas da Periferia Urbana ( Anos 60 – Anos 90 ).

<b>Representações Comparativas da Periferia Urbana ( Anos 60 – Anos 90 )</b>		
<b>Critérios</b>	<b>Periferias da Cidade. Anos 60</b>	<b>Periferias da Cidade. Anos 90</b>
<b>Posição Geográfica</b>	Em torno do centro, gravita sobre o centro	Periurbanização e «cidade difusa» reticular, distante dos centros principais
<b>Posição Geopolítica</b>	Espaço dominado pelo centro, suporte passivo do que o centro expelle ou não pode conter	Cidade «diversa», rede inter-conexa de sistemas urbanos autónomos, complementares e interdependentes
<b>Qualidade e Valores Humanos</b>	Espaços urbanos sem qualidade, em que os valores urbanos são sempre inferiores aos do centro e os valores meio ambientais inferiores aos do campo	Cidade «diversa» com alguns valores, sobretudo ambientais e de qualidade de vida, considerados superiores aos do centro
<b>Preferências</b>	Partes da cidade habitadas por aqueles que carecem de meios para viver no centro	Espaços habitados por quem não quer viver no centro
<b>Identities, Qualidades Formais</b>	Espaços edificados monótonos, sem ordem nem forma reconhecível, atípicos	Espaços labirínticos, mosaicos de lugares com qualidades formais próprias
<b>Tempo, História</b>	Espaços desprovidos de história, sem identidade, sem raízes. Espaços de modernização forçada dos emigrantes e da mobilidade social e territorial	Espaços enraizados na sua preexistência e nas suas tramas sociais, com sentido territorial de pertença.
<b>Conflito e Cooperação</b>	Bairros do conflito construtivo capital-trabalho, da coesão das classes	Lugares das ‘vantagens competitivas’ e da afirmação individual
<b>Inovação</b>	Lugares de experimentação social: serviços colectivos, obras públicas, planeamento urbanístico	Lugares de novos estilos de vida, das novas classes sociais emergentes, da relação local / global não mediada pelos centros metropolitanos



**Figura 1.1.** Contiguidade Urbana a Ponte e Marginal Ribeirinha do Minho.



**Figura 1.2.** Contiguidade Urbana a Nascente do Caminho de Ferro.



**Figura 1.3.** Área Urbana Distendida a Sul.

É assim com propriedade que se pode falar em Espaço Urbano Alargado da Vila de Valença e onde podemos incluir Valença e Cristelo Covo e ainda espaços das freguesias de Arão, Gandra e Ganfei. Assim a Vila de Valença, contemporaneamente, é marcada por uma multiplicidade de acontecimentos urbanos que grande diversidade e riqueza formal:

- **A Vila Histórica**  
Integrada nas Muralhas, é pertença do imaginário português e internacional. O seu valor cultural faz dela, indubitavelmente, património da humanidade;
- **A Vila exterior às Muralhas**  
Cujo património identitário, de carácter funcional e arquitectónico, é de significativa relevância no contexto regional, de que se destaca o Edifício da Escola Superior de Economia e Gestão, o Edifício da Estação de Caminho de Ferro, o Jardim Municipal, a Ponte Eiffel, o Edifício da Antiga Alfândega;
- **A ‘ Vila Nova ’**  
Uma ‘ Inner City ’ que ultrapassou, radicalmente, a escala própria do lugar em que se inseriu, produto de uma “febre” negocial que não se veio a revelar consistente e durável deixando, em permanência, os restos de uma atitude desenvolvimentista eufórica e inconsequente;
- **A ‘ Vila Nascente ’**  
Vila a nascente do caminho de ferro onde factores construtivos marcadamente urbanos se verificam em larga escala. Esta área tem-se desenvolvido com o ‘ complexo ’ de não conseguir

‘ ser ’ Vila por se achar incapaz de ultrapassar, de forma equilibrada, a barreira histórica do caminho de ferro; Urge inverter esta situação;

- A ‘ Vila Contígua ’

De que a parte Norte de Cristelo Côvo é determinante por se constituir como a continuidade natural da Vila, nomeadamente a sul do Parque de Feiras;

- A ‘ Vila Distendida ’

Que compreende o Sul de Cristelo Côvo e Arão que, e apresenta de forma mais clara, factores dispersivos de ocupação do território estão a ser acompanhados de intervenções demonstrativas de uma rápida e crescente urbanidade.

### C.3.2. A Vila Histórica

A Vila Histórica de Valença, compreendida pelas suas Muralhas constitui-se como um ex-libris do concelho, da região e do país, pelo que o seu valor cultural é de extrema relevância.

O estado de conservação que, não obstante algumas, eventualmente discutíveis, intervenções, apresenta ainda, por força da intervenção da autarquia e dos órgãos competentes da Administração Central, características que fazem desta Vila Histórica uma das mais bem conservadas do país.

O inquestionável valor patrimonial, histórico e cultural, faz com que o Plano Director Municipal estabeleça, em sede regulamentar, medidas de preservação e conservação deste fundamental património nacional, particularmente rico na sua perspectiva de conjunto.

Assim as normas regulamentares que se advogam para este local, não temendo qualificadas manifestações arquitectónicas de carácter contemporâneo, devem incidir muito particularmente sobre a preservação deste importante património, tanto a nível do edificado como da morfologia dos espaços públicos.

Recentemente têm manifestado, as forças vivas da região, o desejo de candidatura á UNESCO, de Valença, Histórica, à classificação como Património da Humanidade, em que se pretende juntar esforços com a vizinha Vila Histórica de Tuy. Neste sentido foi apresentada a 30 de Setembro de 2000 a candidatura conjunta a património mundial.

Pese embora todo o valor cultural, existem, na Vila Histórica, alguns problemas que importa não negligenciar, particularmente o elevado estado de desertificação da função residencial que se tem acentuado nos últimos anos. Torna-se assim confrangedor a visita ao interior das Muralhas em horários não comerciais e nem a restauração consegue atenuar os efeitos nefastos da ausência de moradores.

Seria interessante pensar no desenvolvimento de uma estratégia de recaptação da função residencial através de acções e medidas capazes de inverter a tendencial desertificação desta malha urbana. Será, neste particular, de significativa relevância, entender-se a intervenção, como uma operação integrada de desenvolvimento e planeamento, onde as dimensões sociais, culturais e económicas são bem presentes e não intervenções anacrónicas e de resultados duvidosos, que se têm reproduzido em múltiplos Centros Históricos do país.

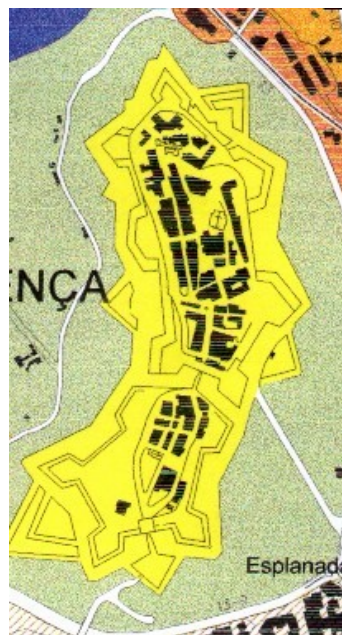
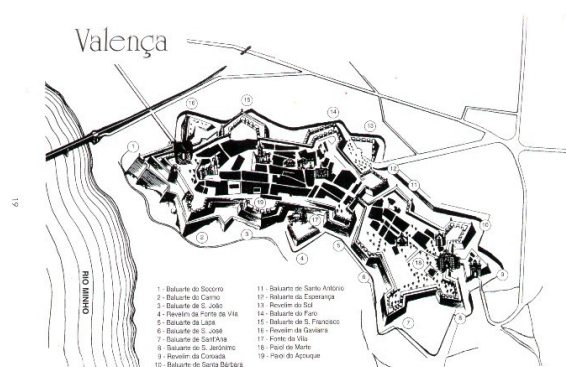


Figura 1.1.



Representações da Fortaleza de Valença.



Figura 1.2.



Vistas do Exterior da Fortaleza de Valença.





Figura 1.3. Vistas do Interior da Fortaleza de Valença.



Figura 1.4. Aspecto do Interior da Fortaleza de Valença.

De facto, a Vila Muralhada de Valença, que em grande parte parece ser magnânime no imaginário regional, não passa, com efeito, de se constituir como um parque temático, mono - cultural e mono - funcional, em que a História e a venda predominante de atalhados se distribuem mental e geograficamente, sem o complemento de funções tão importantes como a residencial e equipamental de franca utilização.

### C.3.3. A Vila Urbana Densa Ascensão e Queda de uma ' Inner - City '

Para além da zona urbana intra-muralhas a Vila desenvolveu-se extra-muralhas marcada por alguns equipamentos de referência e vias de importância supra-municipal. No caso dos equipamentos assumem particular relevo a Estação do Caminho de Ferro, o Mercado ( entretanto já demolido ) e o Jardim Municipal e as vias estruturantes que convocaram as principais pontuações construtivas: a EN 13 e a EN 101.

Estes elementos constituem-se como a referência positiva na área exterior às muralhas que, a poente da EN 15, se apresenta urbanisticamente, fortemente descaracterizada pelas intervenções comercialmente construtivamente eufóricas, mas ausente de sustentabilidade, produzidas nos anos '80.

Com efeito o afã comercial levou á construção de inúmeros Centro Comerciais e consequentemente uma massa edificada vertical para serviços e residência que, em alguns casos, nunca foram ocupados ou a sua

ocupação veio a decair de forma vertiginosa. A arquitectura formal destes edifícios é de extrema pobreza conceptual o que agrava de forma significativa a imagem desqualificada que produzem.

De algum modo as instituições bancárias permanecem activas, pese embora algumas instituições financeiras não se tenham localizado em Valença. A redução da burocracia exigida na fronteira e a perspectiva da moeda única, foi factor determinante para que determinados investimentos não se tivessem produzido ou reproduzido.

Este ‘boom’ construtivo veio, como foi referido, quebrar a unidade da Vila, trouxe rupturas acentuadas de escala, desconfigurou a imagem urbana, retirou equilíbrio entre as peças arquitectónicas de valor ( Escola ESEG, Estação CF, Jardim, Consulado de Espanha, Alfândega, etc. ). As cérceas e volumes mostram-se completamente desadequados ao espaço urbano em que se inserem, às dimensões demográficas e aos contextos sociais porque, justamente, tiveram como única perspectiva, o suposto crescimento económico.

Hoje aquilo que se pensava ser, nos anos 80, um desenvolvimento ímpar nas Vilas do Norte do país tornou-se, principalmente com a queda das actividades específicas das áreas fronteiriças, uma espaço urbano profundamente desqualificado que importa inverter.



Figura 1.1. Vista Aérea da Vila de Valença.



Figura 1.2. Aspectos da Vila de Valença.



Figura 1.3.

Aspectos da Vila de Valença.

### C.3.3.1. Projectos Urbanos Estruturantes

#### Plano de Urbanização da Área Central da Vila

##### Introdução

Em face da desconfiguração urbanística da ‘ nova cidade ’ como, por altura do ‘ boom ’ construtivo era chamada, entendeu a autarquia desenvolver para a área um Plano de Pormenor Urbanístico que procurasse minimizar as desqualificadas intervenções.

O Plano de Pormenor da Área Central da Vila iniciou a sua elaboração a meados dos anos 90 mas não se chegou a implementar por ainda não estar concluído tendo depois um período de interrupção dos trabalhos. O Plano foi desenvolvido, na sua fase inicial, pela mesma equipa que elaborou o Plano Director Municipal e foi reatado, após algum tempo, pelo coordenador dessa equipa, entretanto extinta.

Já no decorrer da elaboração da revisão do Plano Director Municipal, entendeu a Câmara Municipal de Valença, pegar novamente no plano para que, a partir deste, se possa repensar e minorar os aspectos negativos já referidos. Neste nova etapa de desenvolvimento deste instrumento de gestão territorial, entendeu a Câmara Municipal substituir a figura do Plano de Pormenor pela figura do Plano de Urbanização da Área Central da Vila de Valença.

##### Correcções

As patologias da área configuram-se através da descaracterização urbana consubstanciada na sua perda de escala dada através da excessiva densidade construída em que os volumes e cérceas do edificado ultrapassaram, em muito, a capacidade que lhes deveria fornecer o espaço público existente.

Á luz do Regulamento Geral de Edificações Urbanas ( RGEU ) pode ser entendida, toda a construção da área como ilegal, ao qual apenas o clima de impunidade urbanística a que votaram esta lei durante alguns anos tornou possíveis estas construções.

Da mesma forma o reduzido espaço público de uso colectivo é, da mesma forma, insuficiente, muito particularmente na sua estrutura verde secundária uma vez que se pode entender na estrutura principal o espaço de Feiras e o morro das Muralhas da Praça - Forte.

A desqualificação urbana dos arranjos públicos também se configura como extremamente prejudicial para a qualidade de vida naquele espaço central. A ausência de passeios devidamente conformados, de mobiliário urbano em quantidade e qualidade compatível, a ausência de factores naturais ou vegetais, são algumas das notórias insuficiências detectadas.

#### Observações ao anterior Plano de Pormenor

##### *a) Reestruturação viária*

De uma forma geral, o Plano de Pormenor, tem preocupação fundamental nos traçados viários no sentido de configurar, a área, de maior legibilidade. Procura assim rectificar alguns traçados fornecendo-lhe sistemas de continuidade que, para além de uma maior legibilidade, lhe confere uma maior fluidez nos seus percursos internos. No quadro viário procura promover, igualmente, o alargamento de algumas vias de forma a tornar a circulação mais fluída.

A Nascente da EN 13 as soluções viárias são mais descontínuas nomeadamente na antiga rua da Estação e na Rua entre o espaço do antigo mercado e da Escola do Instituto Politécnico. Esta solução carece de uma maior fundamentação que permita a identificação dos desígnios subjacentes a esta proposta.

##### *b) Redefinição de Cérceas*

Manifesta-se como muito positiva a redução para cinco pisos dos novos edifícios multifamiliares a construir, que em muito contribuirá para atenuar a elevada densidade que se perspectivava com a continuidade das cérceas actuais.

Muitos problemas ficarão por resolver certamente, nomeadamente quanto às empenas, que continuarão a constituir-se como má imagem urbanística ou ainda o perfil desadequado e sem escala compatível com o meio, que os edifícios existentes possuem.

A resolução destes problemas ultrapassa as possibilidades da autarquia e só uma política nacional de rectificação dos erros urbanísticos do passado através de um Programa Global como surge actualmente para cidades médias ao abrigo do Programa Polis permitirá corrigir estas situações.

##### *c) Organização dos Quarteirões*



De uma forma geral o Plano apoia-se na actual definição dos quarteirões existentes dado que não poderia estabelecer, pelas pré-existências, qualquer tipo de reconfiguração desta unidades urbanísticas.

Porém, algumas possibilidades de definição de novos quarteirões são apresentadas a poente da área plano. O desenho estipulado para estes quarteirões é algo questionável por diferentes ordens de razões.

O quarteirão compreendido entre o Quartel do Bombeiros e o Centro de Saúde, onde se prevê a construção de pequenos espaços desportivos que consagra a permeabilidade deste quarteirão, pode produzir uma imagem de vazio sobretudo nos períodos de não utilização, por estar demasiado visível.

No quarteirão a Sul do Quartel da GNR a produção de construção cuja acessibilidade se dá sob a forma de 'cul-de-sac' configura-a como um espaço demasiado fechado de péssima implantação urbana e produtora de má qualidade de vida, desde logo pela paisagem que obtém: as traseiras de todos os outros edifícios encontram-se no seu horizonte visual.

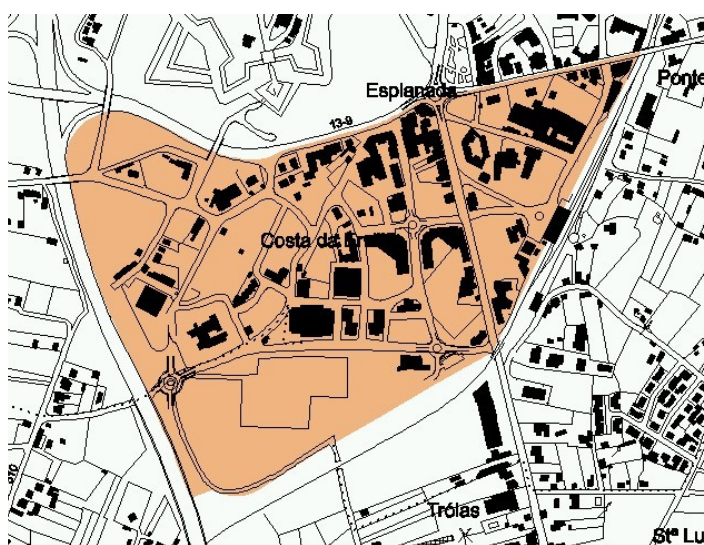


Figura 1.1. Área do Plano de Urbanização da Área Central de Valença.

#### d) Espaços Públicos e Espaços Verdes

Claramente deficitária esta área necessita de um programa de intervenção no espaço público de forma a inverter, decisivamente, o carácter de reduzida qualificação de imagem urbana que lhe está associada.

A definição de uma estrutura verde secundária, e até principal, deve atender ao sistema de continuidade de toda a Vila pelo que o estudo global de todo o espaço urbano deve ser presente na justificação das intervenções propostas pelo PP.

Nesta estrutura verde secundária devem ser representadas as intervenções nos espaços públicos, outros espaços de sociabilidade, mobiliário urbano e elementos vegetais que definirão e qualificarão a área.

Decorrente do sistema de continuidade da rede verde principal importa verificar o seu sistema num território pertinente análise que esteja para além da área plano. Assim, tendo em conta um percurso passível de ser considerado nesta estrutura principal que se inicia no Jardim Municipal e prossegue pela encosta do Morro das Muralhas da Praça - Forte poderá, sem prejuízo da sua continuidade até ao Rio Minho / Senhora da Cabeça estudar a sua penetração pela área plano e estabelecer a ligação ao Parque de Feiras.

O Plano de Urbanização poderá assumir as propostas do Plano de Pormenor mas acrescentaria a necessidade de reflectir, não só na massa edificada e rede viária, factores importantes mas não exclusivos, mas igualmente na intervenção qualificadora do espaço público e no sistema ecológico secundário em meio urbano.



Figura 1.2.

Anterior Plano de Pormenor da Área Central da Vila.

### Qualificação da Avenida Miguel Dantas – EN 13

Marcadamente urbana a EN 13 / Avenida Miguel Dantas apresenta um significativo número de conflitos bem como uma imagem urbana pobre e desqualificada. Porém, face á sua dimensão e aos

seus perfis transversais e longitudinais, bem como á sua posição estratégica de porta de entrada em Portugal, possui fortes potencialidades qualificadoras.

Decorre nos serviços técnicos da autarquia o projecto de arranjo urbanístico desta avenida que apresenta uma forte preocupação de qualificação dos espaços públicos bem como a definição e clarificação dos volumes construídos admissíveis nas suas margens.

Factor fundamental para a libertação do tráfego de passagem é a construção da variante á EN 13 / EN 101 que retirará parte deste tráfego e permitirá uma intervenção mais conciliadora entre o peão e o automóvel.

A marcação do início da Avenida no seu sector sul poderá ser, justamente, dado pelo local de lançamento desta variante que irá marcar, pelo menos nos próximos anos o perímetro urbano nascente da Vila de Valença.

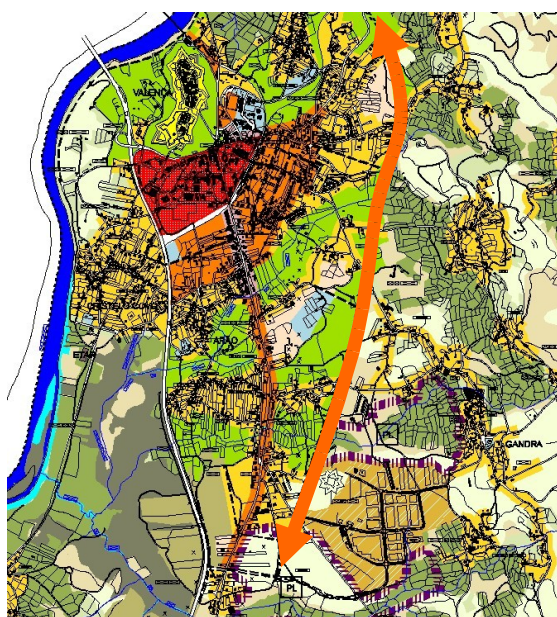


Figura 1.3. Proposta da variante à EN 13 / EN 101.

A prazo, a variante à EN 13 / EN 101 poderá contribuir, por ser alternativa ao tráfego de passagem para Monção / Melgaço, para as possibilidades qualificadoras da futura Avenida.

A qualificação da EN 13, em meio estritamente urbano poderá constituir-se como a mais qualificadora intervenção da história urbana de Valença. Por um lado, a qualidade intrínseca que o projecto poderá incluir, por outro, a comparação com modelos urbanos de Valença desajustados e infelizes: a ruptura de escala do Centro da Vila e a excessiva monofuncionalidade da Zona Escolar.

### C.3.4. O Espaço Urbano Extensivo da Vila de Valença

Entretanto e em modelo extensivo, ainda que com algumas excepções como é o caso do Bairro Social da Boavista, a Vila desenvolveu-se urbanisticamente a nascente do caminho de ferro onde os principais caminhos locais deram origem a uma ocupação construtiva marginante que veio marcar uma estrutura urbana formada por grandes quarteirões, justificados pela sua génese agrícola.

A particularidade da ocupação desses caminhos é a de uma forte densidade construtiva, em regime de continuidade, que lhe confere características marcadamente urbanas. Alguns loteamentos recentes, nomeadamente na zona da Bogalheira, atribuem ainda um maior significado urbano.

Urge assumir esta área como parte integrante da Vila e vencer de forma mais eficaz a barreira que a linha do caminho-de-ferro ainda constitui.

A barreira do caminho-de-ferro tem de ser vencida. Não é líquido que tenha de ser através de uma nova passagem desnivelada pelo que importa verificar se a abertura de uma via de 'perfil generoso' e de significativa visibilidade, a sul, junto da passagem superior do CF, não poderá ser a solução. Igualmente importante de vencer é a barreira psicológica, criada ao longo de muitos anos, do limite urbano da Vila até ao CF.

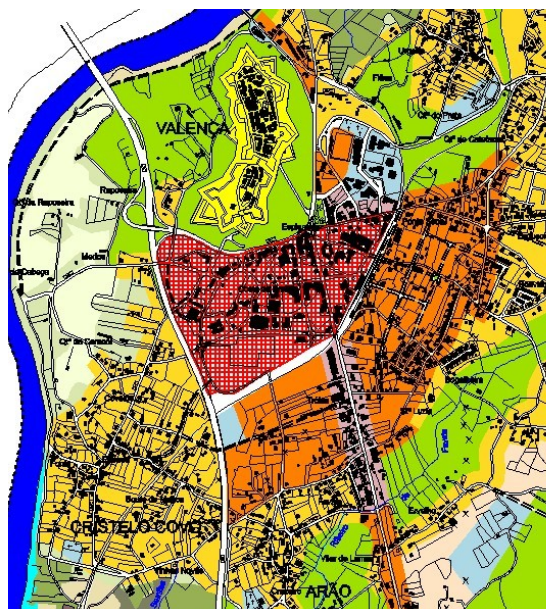


Figura 1.1. Espaço Urbano Extensivo da Vila de Valença.



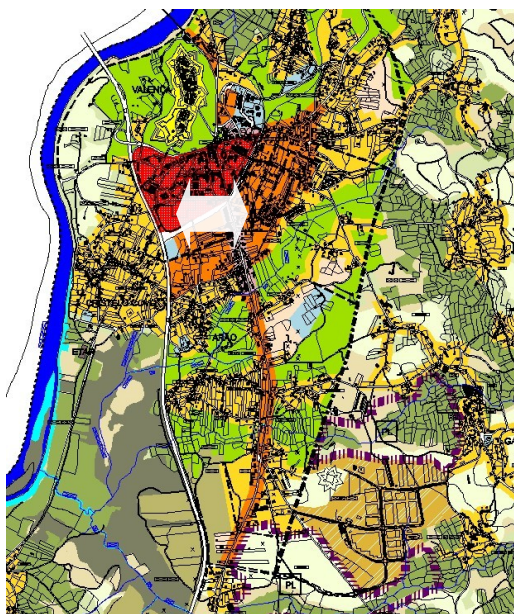


Figura 1.2.



O Caminho de Ferro como barreira psicológica de limite da Vila.

### C.3.5. O Perímetro Urbano Alargado da Vila

O Perímetro Alargado é, sem dúvida, a quarta componente urbana da Vila. Nesta estão representadas as freguesias de Cristelo Côvo e Arão bem como partes das freguesias da Gandra e de Ganfei.

O preenchimento dos interstícios urbanos irá vincar o estabelecimento que já se verifica da relação urbano - construída com a Vila propriamente dita. Um elemento que confere consistência a esta relação é, indubitavelmente, a EN 13, particularmente com Arão e parte de Gandra.

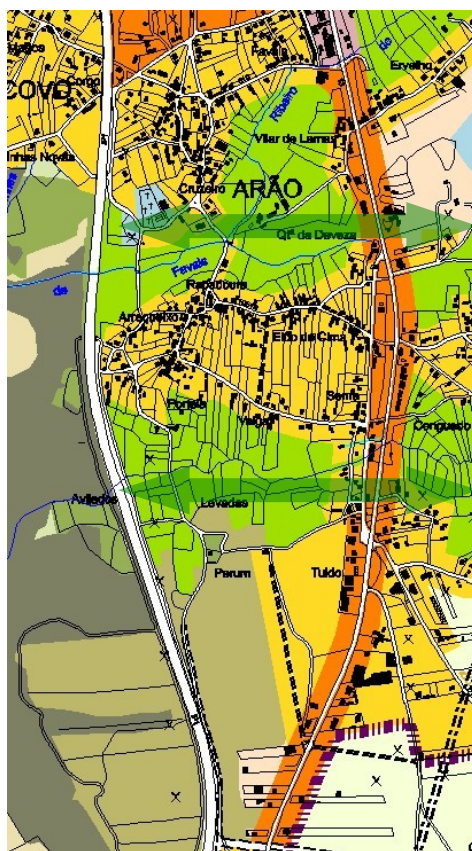
Cristelo Côvo, pelo sistema de continuidade geográfica com Valença e porque integra já uma parte assumida do seu espaço urbano - Parque de Feira e Exposições - constitui-se, de forma clara, como a principal zona de expansão urbana da Vila.

É previsível que a implementação e total laboração da Zona Industrial da Gandra incremente a procura da, entre outras, função residencial, podendo vir a constituir-se como área privilegiada o lugar de Perum em Arão.

Este modelo de urbanização a sul de Valença pode ser muito interessante em particular pela relação que pode estabelecer entre as componentes ecológicas e as componentes construídas. Neste particular, assumem funções estruturadoras do espaço urbano, as linhas de água e sua envolvente da Ribeira de Favais e das Levadas que poderão potenciar a existência de uma rede de parques urbanos de relevante dimensão assegurando uma baixa densidade construída e a preservação destes espaços a tensões urbanísticas.

A nascente, como foi já afirmado, a variante à EN 13 / EN 101, definirá, para os próximos anos o perímetro urbano real da Vila de Valença. Este perímetro engloba todos os conceitos de urbanidade anteriormente referidos nomeadamente a Vila Histórica, A Vila Nova, o Espaço Extensivo e Alargado.

## A Vila como Espaço Urbano Alargado e a Qualificação Ambiental



**Figura 1.1.** A Vila como Espaço Urbano Alargado e a Qualificação Ambiental (1).



**Figura 1.2.** Exemplo Comparativo (2).

(1) A permeabilidade urbano - ambiental permitida pelos cursos de água garantirá a excelência do “habitat” construído. A área de Perum, a sul, que o actual PDM propõe como urbanizável tem as potencialidades de se constituir como território de génese planeada, os territórios de génese planeada, na história do urbanismo, é que nem sempre resultaram em locais interessantes para viver.

(2) Loteamento asséptico, repetitivo, monofuncional, monótono, introvertido, carente de vida urbana diária, ausente de infraestruturas equipamentais de apoio. Intervenção claramente a evitar devendo a programação de equipamentos do presente PDM apontar possibilidades equipamentais que introduzam um sistema urbanístico mais integrado e equilibrado. (imagem retirada do volume “Políticas Urbanas, Fundação Calouste Gulbenkian).

## D. A Estrutura de Ordenamento

São várias as componentes presentes num dado território. Considerando apenas três delas: a componente humana, a componente natural e a componente urbana, de certo que abarcaremos todas as outras. Entretanto, a componente humana afigura-se de forma transversal a todo o território porquanto é difícil encontrar um pedaço de terra onde não se manifeste a intervenção do homem. Restam-nos pois a componente natural e a componente urbana.

Estruturar um dado território torna-se então no modo de estabelecer inter relações e inter penetrações entre o natural e o urbano, entre o construído e o não construído.

De uma forma pragmática e traduzindo estes elementos para os conceitos legais aplicáveis tem-se então a distinção entre solo rural e solo urbano.

### D.1. Solo Rural

O solo rural é entendido como “aquele para o qual é reconhecida vocação para as actividades agrícolas, pecuárias, florestais ou minerais, assim como o que integra os espaços naturais de protecção ou de lazer, ou que seja ocupado por infra-estruturas que não lhe confirmem o estatuto de solo urbano” ( Artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro ).

Na estrutura de ordenamento do Concelho de Valença, o solo rural contempla as seguintes categorias e subcategorias de espaços:

- Espaço Agrícola
  - Espaço Agrícola em RAN
  - Espaço Agrícola Complementar
- Espaço Florestal
  - Espaço Florestal de Produção
  - Espaço Florestal de Protecção e Conservação
- Espaço para Indústria Extractiva
- Espaço Natural
  - Florestas e Matagais Naturais
  - Matos e Vegetação Pioneira
  - Rios
- Espaço de Equipamentos em Meio Rural



**Quadro 1.1.** Quadro síntese da metodologia de delimitação e composição das categorias e subcategorias em solo rural.

	Rede Natura	REN	RAN	Regime Florestal	Uso Actual Agrícola	Uso Actual Florestal
Esp. Agrícola em RAN						
Esp. Agrícola Complementar						
Esp. Florestal de Produção						
Esp. Florestal de Protecção e Conservação						
Esp. Natural						

A metodologia seguida para a delimitação e composição destas categorias e subcategorias está sintetizada no quadro acima. Admitindo como válida e correcta a delimitação dos regimes considerados, no sentido de verdadeiramente responderem aos seus propósitos, nas áreas que integram, a delimitação das categorias e subcategorias dos espaços considerados no solo rural é gerada através de combinações das áreas submetidas aqueles regimes, considerando ainda o uso actual do solo.

Pontualmente, admitem-se variações a esta metodologia, sendo a mais significativa a questão da consideração em espaço florestal de produção de áreas florestais, efectivamente de produção, e a cargo da Portucel, que se encontram em áreas integradas em regimes legais, bem como outras áreas de pequena dimensão, e que dada a sua representatividade ou descontinuidade com áreas da mesma categoria, foram integradas nas áreas adjacentes dominantes.

Assim, genericamente, os espaços considerados resultam das seguintes combinações:

### D.1.2. Espaço Agrícola em RAN

O Espaço Agrícola em Reserva Agrícola Nacional é constituído pelo conjunto das áreas que, em virtude das suas características morfológicas, climatéricas e sociais, maiores potencialidades apresentam para a produção agrícola, e que se encontram submetidas ao regime da Reserva Agrícola Nacional.

### D.1.3. Espaço Agrícola Complementar

O Espaço Agrícola Complementar é constituído por áreas cujas características do solo não sendo as mais favoráveis para a prática agrícola, apresentam predominantemente o uso agrícola, em sistemas de complementaridade com outras funções silvo-pastoris, agro-florestais e de enquadramento, integradas ou não na Reserva Ecológica Nacional.

O Espaço Agrícola Complementar é preferencialmente destinado a actividades agrícolas, agro-florestais, e pastoris, admitindo-se excepcionalmente outros usos, designadamente: habitacionais, de comércio e serviços, industriais, turísticos, de equipamentos e infraestruturas, e pecuários.

Embora este não seja um espaço preferencial para a edificação e construção, são admitidas nalgumas situações, tal como se admite para o Espaço Florestal de Produção, com os cuidados igualmente considerados.

#### **D.1.3.1. Espaço Florestal de Produção**

O Espaço Florestal de Produção é constituído por áreas de coberto florestal destinadas preferencialmente à produção florestal. São áreas delimitadas a partir do uso actual do solo que, na sua maioria, não se encontram submetidas a qualquer regime condicionante, com excepção de algumas áreas que cumulativas com a área afecta à Rede Natura 2000 para as quais deverão ser atendidas as orientações de gestão específicas.

A excepção a esta regra são as já referidas áreas de exploração florestal de produção da Portucel que se encontram em áreas integradas em regimes legais.

O uso preferencial é o uso florestal, admitindo funções de enquadramento a outros usos, como silvo-pastorícia, caça, pesca, recreio e estética da paisagem. São ainda admitidos usos habitacionais, de comércio e serviços, industriais, turísticos, de equipamentos e infraestruturas, e pecuários, desde que cumpram uma série de requisitos enunciados regulamentarmente, e se tenha em consideração que tais intervenções só poderão ser permitidas caso não afectem negativamente as áreas envolventes, quer do ponto de vista paisagístico, quer na sua utilização.

#### **D.1.3.2. Espaço Florestal de Protecção e Conservação**

O Espaço Florestal de Protecção e Conservação é constituído, de um modo geral, por áreas, florestadas ou não, que apresentam características ecológicas específicas que o tornam particularmente importantes do ponto de vista da biodiversidade, e que se encontram submetidas ao regime da Reserva Ecológica Nacional, ao regime da Reserva Agrícola Nacional ou ao Regime Florestal Parcial.

O uso predominante é o florestal, submetido às funções de protecção e conservação dos ecossistemas e a permanência e intensificação dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das actividades económicas. Admite-se funções de enquadramento a outros usos, como silvo-pastorícia, caça, pesca, recreio e estética da paisagem, no quadro da regulamentação da REN, da RAN e do Regime Florestal Parcial.

#### D.1.4. Espaço Natural

O Espaço Natural resulta da consideração das áreas classificadas no âmbito da Rede Natura 2000, relativas ao Sítio do Rio Minho (PTCON0019) e à Zona de Protecção Especial dos Estuários do Rio Minho e Coura (PTZPE0001), em consequência da existência ou não de outros regimes e de áreas de Rede Natura que se sobrepõem a espaços urbanos, conforme se depreende da alínea a) do n.º 2 do Artigo 9.º no Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro.

O Espaço Natural é então formado por uma área de estrutura linear dominada pelo rio Minho, com uma reentrância na Ribeira da Veiga de Mira, em que se privilegia a protecção, conservação, gestão racional, e capacidade de renovação dos recursos naturais e a salvaguarda dos valores naturais paisagísticos.

O objectivo principal é a protecção dos espaços naturais e de paisagem, a preservação e ou requalificação das respectivas características ecológicas, assim como dos seus valores de fauna e flora, contra as formas de degradação dos recursos naturais que ponham em causa a manutenção do equilíbrio ecológico, sendo prioritária a implementação das medidas necessárias para manter ou restabelecer os habitats naturais e as populações de espécies da flora e fauna selvagens num estado favorável.

No Espaço Natural são proibidas as acções de iniciativa pública ou privada que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal, permitindo-se o desenvolvimento, de forma extensiva, de actividades agrícolas, pastoris, florestais, agro-florestais e de recreio e lazer, desde que evitem a destruição das estruturas de compartimentação ou outras que assegurem a continuidade dos processos ecológicos.

As acções recomendadas e interditas apresentadas para esta área resultaram de um trabalho conjunto com o ICN, a partir das orientações de gestão definidas no âmbito do Plano Sectorial da Rede Natura 2000, para estes dois 'sítios', tendo obtido o respectivo parecer positivo do ICN.

#### D.1.5. Outros Espaços

Os outros espaços considerados são de delimitação praticamente imediata e correspondem à localização de equipamentos em meio rural, a espaços de indústria extractiva e a espaços de sucatas.

Os espaços de equipamentos em meio rural são espaços que, pela sua localização, simbolismo ou enquadramento paisagístico, constituem-se como pontos de encontro, de lazer, de culto, de recreio e desportivos.

Os espaços para indústria extractiva referem-se à delimitação de áreas afectas ou destinadas à exploração de massas minerais, não se admitindo a abertura de novas áreas de exploração para além das actualmente consideradas.

O espaço de sucatas corresponde à área afecta ou destinada ao depósito de sucatas e ou destinada à localização de parques de sucata, sendo admissível a sua localização apenas nesta área específica, não permitindo a instalação noutros espaços.

## **D.2. Solo Urbano**

O solo urbano é entendido como “aquele para o qual é reconhecida vocação para o processo de urbanização e de edificação, nele se compreendendo os terrenos urbanizados ou cuja urbanização seja programada, constituindo o seu todo o perímetro urbano”.

Na estrutura de ordenamento proposta para Valença, no que respeita à definição das categorias consideradas em solo urbano, tem de se distinguir entre os solos urbanizados e os solos cuja urbanização seja possível programar.

Nos primeiros foram consideradas quatro categorias, o Espaço Predominantemente de Utilização Residencial, Comércio e Serviços; Indústria, Armazenagem e Serviços; Espaço de Equipamentos em Meio Urbano e Estrutura Ecológica em Meio Urbano.

Sendo que o Espaço Predominantemente de Utilização Residencial, Comércio e Serviços se subdivide em Espaço de Memória e Cultura – A Praça Forte de Valença, Espaço Predominantemente Multifamiliar de Média e Baixa Densidade, e Espaço Predominantemente Unifamiliar.

O Espaço de Memória e Cultura tem uma relação extremamente forte com aquilo que é a área simbólica da vila de Valença: a Praça-forte de Valença, e tem como objectivo a sua preservação e valorização.

Os espaços predominantemente multifamiliares de média e baixa densidade aplicam-se sobremaneira à vila de Valença contribuindo para a afirmação do carácter urbano e centralizador deste aglomerado.

O espaço predominantemente unifamiliar é aquele que, em termos de área, mais se faz sentir na delimitação, mas é aquele também ao qual corresponde uma intervenção no território de forma extensiva, com parâmetros e índices de ocupação muito baixos.

Está presente em todas as áreas urbanas do concelho, e a sua delimitação teve como referencia os espaços actualmente construídos e os espaços imediatamente contíguos no sentido da conformação e colmatação dos aglomerados urbanos existentes, bem como pela ocupação dos espaços intersticiais, na procura de continuidades urbanas, que fruto da sua baixa densidade, permitem simultaneamente a continuidade e o interrelacionamento com os espaços não construídos envolventes.

O Espaço de Indústria, Armazenagem e Serviços é destinado à ocupação industrial, de armazenagem e serviços, sem embargo da possibilidade de instalação de outros usos nomeadamente comerciais, de

equipamento e serviços ou actividades que apenas se poderão instalar em parcelas autónomas das instalações industriais, desde que do facto não resultem condições de incompatibilidade.

O Espaço de Equipamentos em Meio Urbano refere-se à identificação e localização de equipamentos colectivos, ou à reserva de espaços para a implantação de novos equipamentos.

A Estrutura Ecológica Urbana são áreas verdes integradas no tecido urbano que constituindo locais privilegiados para as actividades de recreio e lazer.

A proposta de desenvolvimento do Plano Director Municipal procura, no cumprimento das directivas comunitárias e nacionais, a valorização e salvaguarda dos valores naturais, numa perspectiva de equilíbrio com as restantes componentes de ordenamento do território.

Na perspectiva dessa valorização ambiental e da qualificação das condições de vida e atractividade concelhias, a definição da Estrutura Ecológica em Solo Urbano, interage valorizando de forma coesa e integrada a envolvente urbana, fortemente marcada pela presença diversificada de fortes valores patrimoniais não só naturais mas também construídos.

A atractividade da vila sai assim reforçada pela abordagem segundo conceitos de interacção e continuidade com a envolvente. A presença do Rio Minho, da Zona Muralhada, dos equipamentos colectivos, etc., reforça esta unidade territorial, a que a geografia da estrutura ecológica dá unidade, surgindo como um espaço multifuncional, em face da diversidade de valores que integra.

O uso potencial é o da valorização da sua condição/potencial natural, promovendo os valores naturais de maior sensibilidade e o uso equilibrado dos restantes, no apoio à desejável vivência diária urbana.

O PDM procura desenvolver um conjunto sistematizado e planeado de acções com vista ao conhecimento, conservação e gestão do conjunto de áreas, recursos e valores e sistemas fundamentais naturais, promovendo uma diversidade funcional destes espaços, que vão desde a sua contemplação, uso informal e espontâneo, uso formal organizado (espaços de recreio localizados com recurso a infraestruturas compatíveis com o meio em que se inserem), uso produtivo (agro florestal) e o uso recreativo.

Já no âmbito dos espaços a programar consideram-se um conjunto de áreas destinadas a albergar tipologias unifamiliares, mas cuja intervenção deve ser pensada em conjunto, e que se localizam na denominada área urbana alargada da Vila de Valença.

Encontra-se ainda previsto um Espaço de Indústria, Armazenagem, Serviços e Logística que se constitui como uma área de potencial localização de empresas de logística, comércio especializado, unidades de armazenagem e de serviços, bem como usos complementares, designadamente espaços comerciais de apoio diário, equipamentos e estabelecimentos hoteleiros.

Estes espaços visam, para além da organização do território, apoiar o desenvolvimento estratégico do Concelho que será fortemente potenciado com o surgimento de novas infra-estruturas nomeadamente o TGV e a plataforma logística.

### **D.3. A ‘Consolidação’ do Espaço Natural**

#### **D.3.1. Estrutura Ecológica Municipal**

A componente ecológica e natural assume um papel estruturante e determinante no ordenamento do território. O entendimento e compreensão do sistema biofísico, e das questões ambientais, integrando os sistemas naturais, com as suas áreas e valores específicos, é indiscutivelmente essencial para o ordenamento, apesar de se assistir, frequentemente, a um efectivo desprezo pelas características físicas, biológicas e humanas do território.

Actualmente é reconhecido que, tanto os problemas, como as potencialidades de um dado território, mesmo só considerados nas suas linhas fundamentais, desempenham um papel fundamental na orientação dos processos de ordenamento e de desenvolvimento.

Na formação da proposta de ordenamento do território do Concelho de Valença procurou-se desenvolver, tanto quanto possível, um entendimento dos valores em presença, consagrando uma parte importante na definição do destino básico dos terrenos, e na sua consequente qualificação, bem como na estruturação dos elementos fundamentais em torno da estrutura ecológica municipal, de âmbito transversal à classificação inicial dos solos.

Neste sentido, aborda-se precisamente a contextualização e concepção da componente ecológica e natural no processo de ordenamento do Concelho de Valença, atendendo à definição da estratégia territorial esboçada, aos princípios gerais e que obedeceram a estruturação do território, e às preocupações tidas nessa abordagem, traduzidas fisicamente no processo de delimitação da estrutura ecológica municipal.

No decorrer dos trabalhos de revisão, e no quadro do contexto acima descrito, foi sendo definida e burilada a estratégia territorial concelhia em função da sua forte componente natural, rural, e urbana, e que passa também pela contemporaneidade das suas funções no sistema concelhio.

As transformações que o meio natural tem sofrido no sentido de proporcionar ao homem melhores condições de vida, têm reflexos evidentes na paisagem. A diversidade ecológica das freguesias de Valença associado ao valor cultural introduzido pelo homem, função dos seus valores estéticos e simbólicos, dão ao concelho uma forte herança e expressão cultural.

A topografia do concelho impõe vivências e ocupações diferentes. À maior sinuosidade e valor de cotas altimétricas associa-se uma menor concentração habitacional, populacional e uma maior dinamização da actividade agrícola. Ao contrário, nos terrenos onde a planície predomina encontra-se uma maior densidade de ocupação urbana, com reflexos nas actividades económicas.

A estruturação do território atende, de igual modo, à realidade do concelho de Valença, onde, a par com outras pequenas cidades e vilas, se nota uma nova identidade que se traduz numa classe com um peso significativo que pratica a pluriactividade; pessoas que têm os seus empregos nos sectores secundário e terciário e que continuam a dedicar parte da sua actividade à agricultura e à floresta e que, para além de serem criadores de uma cultura própria, são geradores da diversidade mantendo os campos e a floresta, a produção e a ocupação da terra.

Esta diversidade, este “banco genético” tem de ser conservado e valorizado, mas sobretudo tem de ser desenvolvido numa perspectiva de racionalização de usos e rentabilização dos recursos, no sentido da continuidade, ou seja, da sustentabilidade.

É sobretudo no equilíbrio entre as novas concepções de ocupação do território e a preservação activa do meio natural que se encontra a capacidade de intervir de forma consistente, coerente, socialmente aceite, que se produz figuras de planeamento capazes de organizar o território de forma sustentável.

Tais possibilidades construtivas, a acontecer de forma extensiva, evidenciam de igual modo, uma preocupação de manutenção da presença humana no território, possibilitando uma relação directa com os sistemas, contrária ao puro e simples abandono das áreas, sem qualquer tratamento, que ao invés da sua potencialização, contribui para a descaracterização dos sistemas em causa.

A estruturação do ordenamento do território de Valença é marcado por uma preocupação fundamental de conciliação entre os sistemas construídos, e os sistemas naturais, incluindo as suas várias valências de ocupação do território, desde os espaços em Rede Natura, os espaços agrícolas, os espaços florestais e silvícolas, os espaços ecológicos e os espaços de valia paisagística, entre outras valorizações.

Muito para além da tal distinção básica entre rural e urbano, e demonstrativa dessa preocupação de cerzir o território com os seus elementos naturais e construídos, assume particular importância e relevância o conceito e transversalidade associada à definição e consolidação, na proposta de ordenamento apresentada, de uma estrutura ecológica municipal.

No âmbito da sua delimitação física enquadra as áreas, valores e sistemas fundamentais para protecção e valorização ambiental dos espaços, quer se tratem dos espaços rurais, quer dos espaços urbanos, assegurando a compatibilização das funções de protecção, regulação e enquadramento com os usos produtivos, o recreio e o bem-estar das populações.

Dentro das suas várias valências e componentes integradas, a estrutura ecológica municipal inclui elementos tão variados quanto áreas que pelas suas características orográficas implicam a necessidade de protecção dos solos e da rede hidrográfica, de terrenos arborizados ou cuja arborização é conveniente ou necessária para o bom regime das águas, ou para a fixação e conservação do solo, de áreas sensíveis tais como zonas ribeirinhas, áreas de infiltração máxima e zonas declivosas, de áreas que são constituídas por solos de maiores potencialidades agrícolas, ou que tenham sido objecto de investimentos para aumentarem a sua capacidade produtiva, bem como por áreas de valor ecológico e paisagístico de protecção e conservação dos habitats.

A estrutura ecológica municipal tem ainda por objectivo a preservação e a promoção dos valores ecológicos e ambientais do território, assegurando a defesa e a valorização dos elementos patrimoniais e paisagísticos relevantes, a protecção das zonas de maior sensibilidade biofísica e a promoção dos sistemas de lazer e recreio.

As áreas definidas como estrutura verde urbana, caracterizam-se por um conjunto de valores e sistemas fundamentais para a protecção e valorização ambiental dos espaços enquadráveis no tecido urbano da sede do Concelho, e constituem-se como elementos objecto de qualificação, arranjos paisagísticos, com o objectivo de se criarem condições atractivas para usos relacionados com a cultura, desporto e lazer, consentâneas com a salvaguarda e conservação do património natural e florestal.

Quanto às áreas definidas como estrutura verde urbana, assumem a gradação de complementaridade entre o espaço urbano e o espaço rural, sendo também alvo de utilizações menos intensivas, e de acções de salvaguarda e de conservação do património natural mais estritas.

A promoção de tais continuidades e a preocupação de não fragmentação é evidenciada, por exemplo, com o caso das áreas integradas na Rede Natura 2000, para as quais se respeita integralmente os seus espaços delimitados.

Adicionalmente, a proposta da estrutura ecológica municipal contempla ainda um vasto conjunto de áreas constituídas por espaços complementares, cuja ocupação é condicionada (ainda que algumas áreas não integrem condicionantes dos regimes previstos na legislação), dedicados sobretudo às actividades agrícolas, silvícolas e florestais, bem como a outras acções compatíveis com a salvaguarda e valorização do património natural.

Para além de englobar áreas, valores e sistemas fundamentais para a protecção e valorização ambiental, esta estrutura é constituída ainda por elementos resultantes da humanização do território que representam a cultura e identidade locais. Aqui incluem-se os elementos patrimoniais (tais como os Caminhos de Santiago) e alguns equipamentos de recreio, lazer e culto uma vez que têm uma forte relação com a paisagem. Esta sobreposição permite usufruir da qualidade ambiental que os sistemas que compõem a Estrutura Ecológica representam. Em meio preferencialmente urbano, a sobreposição com a estrutura ecológica cria a oportunidade de desenvolver percursos em áreas não edificadas e consequentemente



contribuir, não só para a sua qualidade ambiental, como também para a requalificação do espaço público. Significa ainda uma melhoria substancial para os percursos, uma vez que a existência de uma rede contínua potencia a existência de redes de percursos pedonais e cicláveis.

A continuidade desta estrutura bem como a integração de valores culturais e cénicos reforçam-na por potenciar o reconhecimento do seu valor cénico e de suporte às actividades de lazer, religiosas e de fruição da paisagem. Assim, a definição e delimitação desta estrutura ecológica permitirá a formalização das transformações que podem ocorrer nestes sistemas ecológicos e culturais.

### **D.3.2. Espaço Florestal**

Constituem espaços florestais as áreas de aptidão florestal, revestidos ou não com espécies arbustivas e arbóreas, em maciço de manifesta importância para o equilíbrio ambiental e paisagístico, quer se destinem ou não à produção florestal, e as áreas com uso silvo-pastoril e os terrenos incultos de longa duração. Os espaços florestais têm uma forte presença no concelho de Valença, marcando fortemente a sua imagem, sendo que o Regime Florestal totaliza os 3241,7 ha que representa 27,7% da área total concelhia.

No essencial a valorização e protecção do espaço florestal cumpre os objectivos estratégicos sendo as normas de gestão as constantes no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho – PROFAM - e na legislação em vigor, em particular o Decreto-Lei 124/2006, de 28 de Junho.

O ordenamento do território com os seus diversos instrumentos de ordenamento a nível nacional, regional (PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território; PROF - Plano Regional de Ordenamento Florestal) e local (PDM – Plano Director Municipal; PGF – Plano de Gestão Florestal), poderão ajudar a prevenir a ocorrência de incêndios e a diminuir as suas consequências.

A floresta reúne valores ambientais e de biodiversidade, paisagísticos e sócio-económicos, que a torna um espaço particularmente susceptível e submetido a pressões diversas, sendo a sua conservação e protecção essenciais. Por outro lado, como importante recurso económico que é, têm de ser criadas condições e regras para a sua utilização.

É objectivo do Município impedir o surgimento de construções dispersas, em particular, a habitação individual pelo que só permite a reconstrução de espaços edificados para esse fim. Exceptuam-se os destinados a fins turísticos e outros considerados de elevado interesse municipal conforme definido regulamentarmente.

A distinção/estruturação do espaço florestal tem como principal objectivo tomar opções de gestão adequadas para estas áreas específicas de forma a preservar e melhorar os seus valores ecológicos e sócio-económicos.

## **Regime Florestal**

O Regime Florestal, definido em legislação publicada em 1901 e 1903 e que, ainda hoje está em vigor, é uma condicionante transversal ao espaço florestal e “visa assegurar não só a criação, exploração e conservação da riqueza silvícola nacional, mas também o revestimento florestal de terrenos cuja arborização seja de utilidade pública e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa de várzeas, para a valorização de áreas ardidas e benefício do clima, ou para a fixação e conservação de solo de montanhas e de areias do litoral marítimo.”

No concelho de Valença o Regime Florestal é Parcial uma vez que subordinando a existência da floresta a determinados fins de utilidade pública, permite que na sua exploração sejam atendidos os interesses imediatos do seu proprietário.

O limite do Regime Florestal entregue pela Direcção Geral dos Recursos Florestais (DGRF) perfazia um total de cerca de 3479 hectares, contudo e no âmbito do processo de revisão do Plano, foram propostos ajustes aos limites desta área, de modo a garantir a compatibilidade desta condicionante com a proposta de ordenamento.

Após delimitação facultada pela DGRF, foram verificadas algumas incongruências com a cartografia, pela sua delimitação coincidente com propriedade privada e mesmo com pré-existências, assim, foram analisadas, tais incongruências, entre a Câmara Municipal de Valença e o representante da DGRF na CMC, que após consenso estabelecido entre as partes, foram enviadas as Plantas Finais para a Assembleia de Compartes com a nova delimitação que no entanto só estará concluído o processo quando a Lei dos Baldios for cumprida por parte das diferentes Comissões de Compartes.

Neste processo de redelimitação definiram-se 48ha para desafecções e 72,8ha para afectações ao Regime Florestal o que se totaliza numa área actual de 3504 ha.

### **D.3.3. REN**

Resultado natural de uma primeira geração de Planos Directores Municipais, bem como de uma mesma geração de definição de Reserva Ecológica Nacional cedo se constatou a existência de alguns lapsos na cartografia da referida Reserva, perfeitamente justificados não só pela inovação que constituiu a definição da REN, como também e, sobretudo, pela inexistência de uma cartografia actualizada, de difícil leitura e por fotografias aéreas anacrónicas para o referido estudo.

Assim, e decorrente também da necessidade de conformar a proposta de ordenamento com a delimitação da REN foram sendo definidos ajustes e pequenos acertos, processo que decorreu com as considerações e recomendações da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e da sede de Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional.

Neste processo de redelimitação da REN, aprovada pela Comissão Nacional da REN, em Novembro de 2005, definiram-se 181,1ha para desafecções o que se perfaz uma área actual de 5434,6ha face à anterior de 5615.7ha.

#### **D.3.4. RAN**

No seguimento do que tem vindo a ser abordado, a contextualização e concepção da componente ecológica, agrícola e natural no processo do Ordenamento, são princípios gerais as preocupações na delimitação das áreas afectas aos Regimes.

A delimitação das áreas da referida Reserva tomou como ponto de partida a RAN publicada no âmbito do PDM, publicado em 1991, para todas as áreas do concelho, com excepção da área abrangida pelo Plano de Urbanização da Cidade, onde foi usada a delimitação constante deste Plano. No entanto, tal como referido nos anteriores Regimes que constituem condicionante no Concelho, a RAN apresentou alguns lapsos na sua cartografia.

Em termos metodológicos procedeu-se à sua intersecção com a proposta de ordenamento, e a respectiva compatibilização, que sempre procurou servir os objectivos da referida Reserva com os objectivos de uma estrutura urbana concelhia que sirva os interesses do desenvolvimento integrado do Concelho de Valença.

Assim, a proposta de alteração à sua delimitação, justificada pelo crescimento demográfico, pelos objectivos estratégicos definidos pelo Município e pela aplicação de critérios metodológicos usados na redefinição dos perímetros urbanos (previamente acordados em sede de reunião) foram desafectados 142,5ha perfazendo uma área actual de 2405,4ha.

## **E. Os Números do Ordenamento**

A actual proposta de ordenamento para o Concelho de Valença, traduzida na distinção básica do destino dos solos, consubstancia uma área de 2310,39 ha em solo urbano, e 8878,87 ha em solo rural, representando 20,6% e 79,4% respectivamente.

Em termos comparativos, relativamente ao plano director municipal em vigor, a nova proposta traduz um acréscimo de 6,3% da área em solo urbano, conforme se verifica a partir dos dados constantes no Quadro 1.4. Entretanto este acréscimo deve ser analisado com algum cuidado visto considerar aspectos diferenciados.

Desde logo, deve ser atendido que este acréscimo é consubstanciado num aumento da área urbana, especificamente atribuída ao espaço predominantemente unifamiliar, que se traduz num aumento efectivo

em termos da área delimitada, mas que na prática representa uma utilização diminuta da área disponível, em virtude dos seus baixos índices de impermeabilização e de ocupação do solo.

Em complemento, assiste-se de igual modo a um aumento da área verde urbana, que se traduz num acréscimo efectivo de 64,54 ha, num aumento comparativo de 43%, relativamente à área considerada no anterior plano, sendo mesmo que a nova proposta do pdm teve sempre o cuidado de fazer acompanhar o aumento de espaço urbano com o aumento do verde urbano por forma a manter a relação área verde / área urbana do anterior pdm.

**Quadro 1.1.** Quantificação comparativa das categorias de espaço em solo urbano.

<b>Categorias de espaço</b>	<b>PDM'94 ( ha )</b>	<b>Proposta ( ha )</b>	<b>Diferença ( ha )</b>
Espaços urbanos	1313,44	1797,04	521,12
Equipamentos	65,11	42,19	-22,92
Verde urbano	149,96	214,5	64,54
Indústria	163,13	256,66	128,42
PU da Área Central da Vila de Valença	-	45,71	45,71
<b>Total</b>	<b>1691,64</b>	<b>2310,39</b>	<b>618,75</b>

**Quadro 1.2.** Quantificação das categorias de espaço na actual proposta de ordenamento.

Solo	Categorias de espaço		Área ( ha )	(%)	Área ( ha )	(%)
Rural	Espaço Agrícola	espaço agrícola em ran	1612,9	14,12	2141,83	18,75
		espaço agrícola complementar	528,93	4,63		
	Espaço Florestal	espaço florestal de produção	1624,69	14,22	6272,94	54,92
		espaço florestal de protecção e conservação	4648,25	40,70		
	Indústria Extractiva	indústria extractiva	148,05	1,30	148,05	1,30
		florestas e matagais naturais	132,56	1,16		
	Espaço Natural	matos e vegetação pioneira	65,52	0,57	216,5	1,90
		rios	18,42	0,16		
	Espaço Equipamento	equipamento meio rural	17,33	0,15	99,55	0,87
		parque ambiental	82,22	0,72		
Urbano	Solo Urbanizado – Espaço Predominantemente de utilização residencial, comércio e serviços	espaço de memória e cultura	20,17	0,18	1754,23	15,36
		urbano média densidade	11,79	0,10		
		urbano baixa densidade	90,15	0,79		
		urbano unifamiliar	1632,12	14,29		
	Indústria, Armazenagem e Serviços	indústria, armazenagem e serviços	3,42	0,03	3,42	0,03
	Espaço Equipamento	equipamento meio urbano	42,19	0,37	42,19	0,37
	Estrutura Ecológica em meio urbano	estrutura verde urbana	214,5	1,88	214,5	1,88
	Solo de Urbanização Programada – Espaço Predominantemente de utilização residencial, comércio e serviços	espaço programado unifamiliar	42,81	0,37	42,81	0,37
		espaço de indústria, armazenagem, serviços e logística	123,84	1,08	253,24	2,22
	Indústria, Armazenagem, Serviços e Logística	plataforma logística	129,4	1,13		
Espaços Canais e de Infra-estruturas	Infra-Estruturas	parque de sucata	5,3	0,05	98,87	0,87
		parque eólico	83,72	0,73		
		aeródromo	9,35	0,08		
		etar	0,5	0,00		
	UOPG	pu da área central da vila de valença	45,71	0,40	45,71	0,40
	PMOT em vigor	pp zi gandra		0,77	87,64	0,77
			87,64			

No Quadro 1.5 apresentam-se as áreas que totalizam no todo concelhio, as categorias de espaço consideradas na actual proposta de ordenamento.

Constata-se efectivamente a importância que a dimensão natural e ecológica detém no cômputo geral do concelho, compreendendo vastas áreas do seu território, integrando as suas diferentes valias e componentes, desde as áreas fundamentais, às áreas de complementaridade, considerando ainda a possibilidade de ocorrência de actividades humanas, ligadas aos espaços rurais, nos quais alguns mais localizados como a indústria extractiva ( cuja decisão é a sua restrição em termos de desenvolvimento de novas áreas para além das actualmente delimitadas ), ou outros que podem acontecer de forma extensiva, tais como as actividades de desfrute das áreas naturais.

Na área urbana ressalta de facto a elementaridade que a proposta pretende efectivar, no sentido de traduzir a construção social do plano que advém da construção social presente no território, e que é o resultado da interacção entre ao vários agentes, desde os compromissos construídos entre cidadãos, autarcas, outros representantes da população, técnicos, etc.

Deve-se no entanto realçar que apesar de o PDM permitir a edificabilidade em solo rural, o seu regime é bastante restritivo, em particular na comparação com o PDM em vigor, sendo que para além da necessidade da observação da legislação em vigor aquando se observe sobreposição com os regimes presentes no território, observam-se as seguintes regras de ocupação:

No Espaço Agrícola a parcela deve no entanto já possuir acesso a partir da via pública servida das infra-estruturas básicas, sejam construções que se destinam a habitações unifamiliares ou anexos e instalações complementares de apoio à actividade agro-florestal, a habitação unifamiliar de iniciativa municipal, empreendimentos turísticos, infra-estruturas e equipamentos colectivos de interesse municipal, a unidades industriais isoladas com programas especiais, não enquadráveis nos Espaços Urbanos e Industriais e a construções de carácter agro-pecuário, e entre as diversas disposições a área da parcela nunca poderá ser inferior a 3 000 m<sup>2</sup>.

No Espaço Florestal apenas é permitida edificabilidade no Espaço Florestal de Produção, onde para além do uso florestal, são admitidas funções de enquadramento a outros usos, como silvo-pastorícia, agricultura de montanha, caça, pesca, recreio e estética da paisagem, no quadro da regulamentação da REN, RAN e Regime Florestal Parcial, quando aplicáveis, sem prejuízo do disposto no PROFAM e PMDFCI.

Sendo então ainda admitidos usos habitacionais, de comércio e serviços, industriais, turísticos, de equipamentos e infraestruturas, e pecuários, que entre as diversas condições, a área mínima da parcela nunca poderá ser inferior a 15 000 m<sup>2</sup> nas Instalações de apoio às actividades florestais da exploração e na construção de habitação unifamiliar e de 20 000m<sup>2</sup> nos empreendimentos turísticos, parques de campismo rural, restauração e bebidas e unidades de turismo no espaço rural. Nos equipamentos colectivos, instalações e infra-estruturas de interesse municipal o índice máximo de implantação é de 0,10 e na recuperação para habitação ou turismo, de construções existentes, ou ampliação apenas poderá ir até ao máximo de 200m<sup>2</sup> de área bruta de construção, incluindo anexos.



## F. As Novas Dinâmicas

A interpenetração sócio-económica regional da Galiza e da Região Norte de Portugal colocam o concelho de Valença no centro desta Euro-Região, estabelecendo contacto com uma população aliciante de cerca de 7 milhões de habitantes.

É pois natural que Valença se afirma num importante papel de rótula, com novas dinâmicas de localização de pessoas, actividades e bens. Essas novas dinâmicas são visíveis através da implementação e localização de novas áreas empresariais, do desenvolvimento de um considerável movimento turístico, aliado ao seu carácter histórico que provém da sua imponente fortaleza, bem como a novas formas de apropriação dos espaços naturais e construídos.

Importa então salientar elementos dessas novas dinâmicas e por outro lado afirmar algumas das opções estratégicas de intervenção do plano.

### F.1. As Áreas Logísticas, Empresariais, e Industriais

A par da referida localização privilegiada, como se mencionou acima, a situação geográfica de Valença é acompanhada, em termos de acessibilidades, pela proximidade ao nó da auto-estrada A 3, que liga os principais centros urbanos do Norte de Portugal e a Galiza.

A menos de uma hora de distância encontram-se três aeroportos internacionais (Porto, Vigo e Santiago de Compostela) e três portos marítimos de alta capacidade (Leixões, Viana do Castelo e Vigo).

Existe ainda uma estação ferroviária com entreposto comercial e o Aeródromo de Cerval, actualmente objecto de um projecto de requalificação. Outro factor qualificante do território é a disponibilidade do gás natural, cuja conduta atravessa precisamente o concelho de Valença, estando prevista a construção de uma rede para servir a região envolvente.

#### F.1.1. Porto Seco de Salvaterra do Minho ( Espanha )

O Porto Seco de Salvaterra do Minho refere-se ao denominado 'Polígono industrial Puerto Seco', um espaço para empresas, transporte de mercadorias, actividades industriais e serviços associados que se encontra em implantação nos municípios de Salvaterra do Minho e As Neves, precisamente logo do outro lado do rio Minho, na direcção de Monção, mas com uma proximidade imediata e um raio de influência muito alargado na 'euroregião'.



Figura 1.1.

Localização e Esquema de Intervenção do Porto Seco de Salvaterra do Minho..

O Porto Seco é um complexo multifuncional formado por áreas especializadas de concentração de empresas de serviços logísticos, transporte de mercadorias e intermodalidade portuária, assim como de actividades industriais e serviços gerais associados.

Dada a sua localização, relações rodo e ferroviárias, e a sua relação com o porto, capacidade e serviços, assume um papel de liderança enquanto área logística de referência na região Sul da Galiza e do vale do Minho.

A superfície total do parque é de 4 196 167 m<sup>2</sup> e conta com:

- O centro intermodal e a zona de conexão através de terminais intermodais ferroviários e rodoviários. Disporá de um terminal específico para contentores, granito e automóveis. Ocupará uma superfície de 314 238 m<sup>2</sup>.
- A área logística intermodal: destinada a empresas com actividades necessárias de acesso à rede ferroviária e a sua superfície soma 202 758 m<sup>2</sup>.
- A área logística de transformação para operadores logísticos, com actividade compatível de transformação e conta com uma área de 738 113 m<sup>2</sup>.
- A área multifuncional industrial que se destina a empresas de transformação com centros logísticos próprios e relações sinérgicas com o resto da plataforma. Ocupará 650 481 m<sup>2</sup>.

Contará ainda com uma superfície de 35 221 m<sup>2</sup> para centro de serviços que é um complexo que agrupa os serviços hoteleiros, bancários, escritórios, serviços e equipamentos sociais; assim como uma área

logística empresarial de incubadora de empresas com uma componente significativa de logística, compatíveis com actividades de serviços e escritórios. Esta área tem uma superfície de 399 371 m².

Por fim terá: zonas verdes – 940 000 m²; estacionamento – 358 985 m²; vias – 427 000 m²; áreas de equipamentos sociais e desportivos 130 000 m².

### F.1.2. Parque Empresarial de Valença (Gandra)

Produto da junção de objectivos e esforços da Câmara Municipal de Valença, da Associação de Municípios do Vale do Minho e da Associação Empresarial Portuguesa ( AEP ) através da Parque-Invest, foi definido, tendo em conta a geografia estratégica de Valença, um parque empresarial, de elevada qualidade, gerida por aquelas duas prestigiadas instituições.

Com uma área de 90 hectares, o Parque Empresarial de Valença terá zonas específicas destinadas a instalação de empresas industriais, de serviços administrativos, de armazéns e de oficinas. O Parque terá capacidade para instalar cerca de 20 empresas industriais, entre 6 e 10 armazéns, mais de 20 pequenas oficinas e mais de 20 escritórios de serviços administrativos.

Além destas zonas para empresas, estão projectados espaços reservados para equipamentos comuns de apoio às empresas e entidades residentes, como o Edifício Central de Serviços, a ETAR, o EcoCentro, o Centro de Protecção Civil, o posto de abastecimento de combustíveis, a zona de restauração e espaços verdes e de lazer.

Quanto aos equipamentos previstos para o Parque, está prevista a construção de uma rede viária com um acesso directo à Estrada Nacional EN 13, a aproximadamente 500 metros do nó de São Pedro da Torre da auto-estrada A 3, rede essa que cobrirá todo o espaço do Parque Empresarial.

Os arruamentos que compõem a rede viária serão acompanhados longitudinalmente de lugares de estacionamento, espaços verdes, redes de distribuição de electricidade, iluminação pública, telecomunicações, gás natural, abastecimento de água, escoamento de águas pluviais e de águas residuais, servindo cada lote conforme as respectivas necessidades.

Relativamente a outras construções de carácter estruturante, destaca-se o Edifício Central de Serviços, que incluirá:

- Área administrativa e de gestão do Parque Empresarial de Valença, onde irá funcionar a InterMinho, E.M.;
- Espaço para instalação de serviços de apoio directo às empresas, nomeadamente banca, seguros, formação profissional e similares;
- Área de apoio às populações residentes (cafetaria e restauração, creche, etc.);

- Centro de Incubação de micro-empresas.



Figura 1.1.



Projecto do Parque Empresarial de Gandra - Valença.

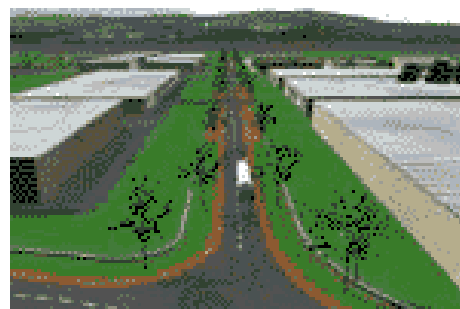


Figura 1.2.



Fase de Construção do Parque Empresarial de Gandra - Valença.

Uma das prioridades deste projecto prende-se com a questão ambiental, estando prevista a construção de uma grande ETAR que acolherá os efluentes das empresas do Parque, assim como de um EcoCentro para efectuar a recolha e triagem dos respectivos resíduos sólidos industriais.

Ainda no que respeita aos equipamentos a implementar e utilizar directamente pela Sociedade Gestora do Parque, destaca-se o Centro de Protecção Civil (a construir quando a dimensão do Parque o justificar), que disporá de serviços de combate a incêndios, de um posto médico e de uma enfermaria.

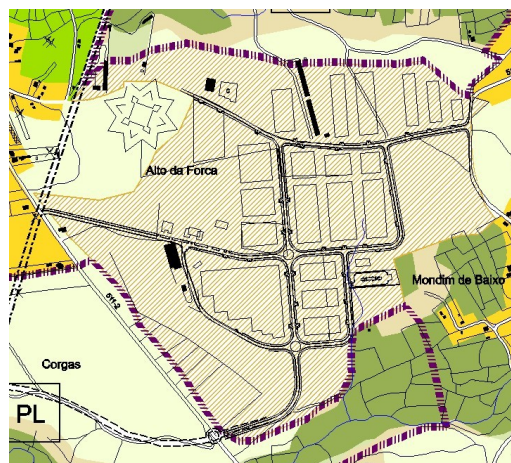


Figura 1.3.

Localização do Parque Empresarial no Plano Director Municipal.

O projecto do Parque prevê igualmente a criação de uma área de lazer, contemplando um espaço para a prática desportiva e outras actividades lúdicas, que poderá ser utilizado não apenas pelos seus residentes, mas também pelas populações vizinhas.

Por último, refira-se que o Parque Empresarial de Valença aposta decididamente nas condições ambientais. Para além de assegurar um elevado nível qualitativo em matéria de infra-estruturas, serão criados amplos espaços verdes que irão preservar as características naturais do local e minorar eventuais impactos sobre a paisagem e sobre o território envolvente.

Da mesma forma se encontra uma preocupação de desenvolvimento complementar e solidário com toda a Região do Alto Minho. “ O Parque possuirá estruturas funcionais e organizacionais vocacionadas para ter uma participação activa na gestão e organização do respectivo solo industrial, como igualmente dos Pólos Industriais dos restantes concelhos, coordenando o acolhimento empresarial e prestando serviços de vária ordem, designadamente do sistema de informação empresarial a implantar no Parque e dos serviços de formação e de gestão de reservas de mão-de-obra. É nesta componente de serviços que o Parque Empresarial de Valença deve constituir uma oportunidade de promoção e desenvolvimento de todas as actividades económicas do Vale do Minho ” ( InterMinho, 2002 ).

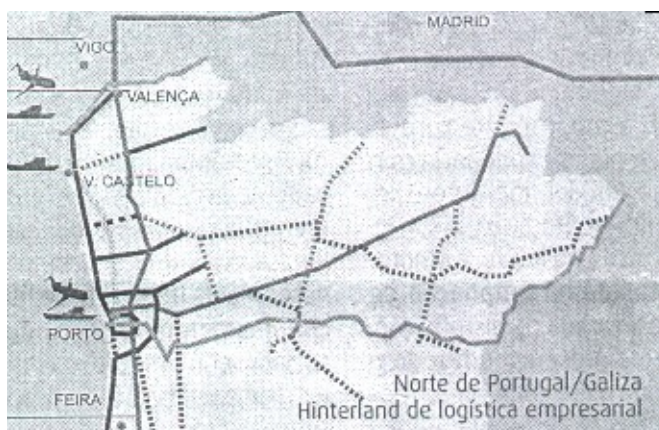
Actualmente, o processo de venda da primeira fase do Parque Empresarial de Valença, com 7 lotes industriais, 3 para armazéns e 3 para serviços está concluído. “Este processo permitiu a captação de investimento âncora, na sua maioria estrangeiro, de empresas dos sectores da náutica de recreio, componentes automóveis, embalagens, electrónica e apoio à construção civil, bem como empresas de logística e serviços de vários ramos que ocupam os 187.430 m<sup>2</sup> desta fase. No total permitiram a criação de cerca de 700 postos de trabalho.” (Boletim Municipal de Valença, Maio 2008)

A InterMinho, sociedade gestora do Parque Empresarial de Valença, está presentemente a fomentar a ocupação da área designada “Zona das Oficinas” que tem como principal finalidade a criação de áreas destinadas aos pequenos empresários locais de forma a promover o desenvolvimento de Pequenas e Médias Empresas (PME’s) no Concelho e à concentração das pequenas indústrias actualmente espalhadas pelo município.

### F.1.3. Zona Industrial de S. Pedro da Torre

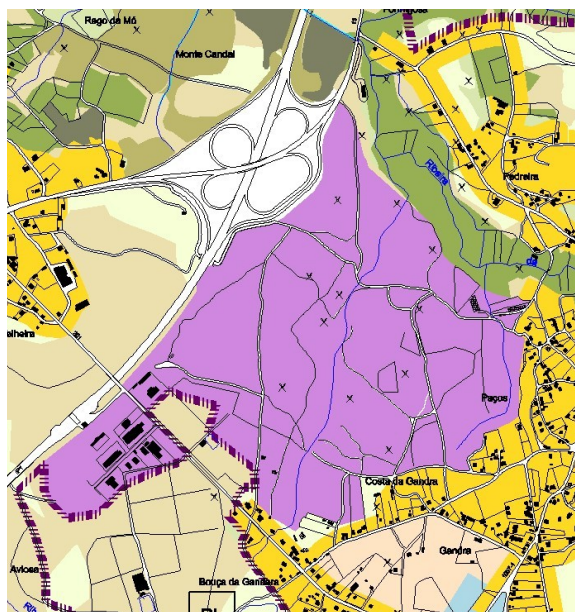
A zona industrial de S. Pedro da Torre foi a primeira e única até ao momento zona industrial do concelho. Apresentando um carácter precário, por não estar completa, esta Zona Industrial sofreu ao longo do tempo determinadas vicissitudes formais que impediram uma dimensão qualificadora que a sua localização estratégica lhe confere.





**Figura 1.1.** Hinterland de Logística Empresarial Norte de Portugal / Galiza.

A logística é uma actividade propensa a localizações de charneira. Valença possui estrategicamente essa localização que deve ser potenciada. A distribuição portuguesa para a Galiza ou vice-versa podem-se constituir como factores de procura deste concelho e contribuir para o desenvolvimento.



**Figura 1.2.** Implantação para a Expansão da Zona Industrial de S. Pedro da Torre.



**Figura 1.3.** Nó da A4 em S. Pedro da Torre.

Implantação para a expansão da Zona Industrial de S. Pedro da Torre em que se procura promover a qualificação do existente e amplia-la de forma a ser capaz de receber, entre outras, empresas de logística. O Nó da A4 confere-lhe um carácter estratégico de dimensão supra-regional.

Com características que se pretendem diversas do Parque Empresarial da Gandra – Valença esta Zona Industrial de S. Pedro da Torre poderá constituir-se como um importante complemento, na medida em que poderá estar, pela sua localização, mais receptiva às empresas de logística que têm mostrado significativa apetência de localização em Valença.



Este tipo de estrutura funciona como ponto nodal no processo de circulação das mercadorias, onde é possível executar várias funções – directas ou complementares, que tende a aumentar a competitividade regional, promovendo estruturas que potenciem o desenvolvimento da actividade empresarial e de transportes, transformando em vantagem a situação periférica do concelho, por uma aposta forte na frente ribeirinha, pela proximidade ao porto seco de Salvaterra e pela forte possibilidade que existe da existência de uma paragem do comboio de alta velocidade.

Com efeito, privilegiada na localização face à Plataforma Logística e Industrial de Salvaterra e As Neves (PLISAN) e pela proximidade ao nó da A3, Auto-Estrada Internacional e, futuramente pela existência da Alta Velocidade, este espaço industrial apresenta-se, por estes factores locativos, como um local geograficamente estratégico com fortes potencialidades de desenvolvimento.

## **F.2. Perspectiva sobre o Turismo**

O turismo é uma actividade económica extremamente importante podendo desempenhar um papel decisivo em termos do desenvolvimento local e regional, e que pode dinamizar as potencialidades naturais e histórico-culturais, promovendo o desenvolvimento dos recursos endógenos.

A abordagem sobre uma perspectiva do turismo, enquanto meio de promoção do desenvolvimento integrado e sustentável das populações ‘hospedeiras’ constitui um facto consensual. No entanto a definição quanto aos modelos a preconizar é um processo demasiado complexo, marcado por profundas divergências, existindo uma bipartição entre os que, incondicionalmente, defendem o desenvolvimento sustentável, numa perspectiva holística, e os que preconizam uma abordagem economicista, que consubstancia a prova cabal da dificuldade de encontrar uma via consensual.

Entretanto, é por demais reconhecido que o turismo constitui uma actividade de grande potencial económico para o concelho, na medida em que aos criar sinergias entre as diversas actividades económicas, estimula os agentes regionais e locais para a criação de mais serviços e infra-estruturas, potenciando e integrando os recursos endógenos na estratégia de desenvolvimento.

Assim, o desenvolvimento do turismo é uma componente de um processo de desenvolvimento local e regional multisectorial.

**Quadro 1.1.** Abordagem bi-polar do planeamento turístico.

Perspectiva Holística	Perspectiva Economicista
<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolvimento Humano Sustentável</li> <li>Turismo como um sistema</li> <li>Sistemas mundiais modernos</li> <li>Periferia</li> <li>Subdesenvolvimento</li> <li>Holísticos</li> <li>Defende a independência, a diferenciação de destinos e a dependência mínima de um núcleo</li> <li>Focada em objectivos de desenvolvimento humano sustentável, definidos pela população e conhecimento locais. A questão chave que conduz o processo é: “O que é que o turismo nos pode dar sem nos prejudicar?”.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Crescimento económico</li> <li>Turismo como indústria</li> <li>Turismo como consumismo</li> <li>Globalização</li> <li>Núcleo</li> <li>Modernização</li> <li>Economicistas</li> <li>Defende a maximização do lucro através da massificação do produto, indiferenciação, homogeneização do produto e dependência de um núcleo</li> <li>Objectivos direccionados para os investidores externos e para a indústria turística internacional.</li> </ul>

Adaptado de Burns (2004). Fonte: Revista Turismo & Desenvolvimento, 2005, Vol. II, N.º 2, “Turismo e Planeamento: A Continuidade ou a Auto-Destruição”, Mónica Brito e Carlos Silva.

### F.2.1. Produtos Turísticos

Ao longo dos anos, o crescimento e diversificação da actividade turística, tem vindo a evidenciar o importante papel que este sector desempenha a vários níveis, especialmente em termos económicos.

É evidente que nos últimos anos tem-se observado uma alteração nos gostos e motivações que levam à escolha do destino turístico. A crescente procura por destinos turísticos alternativos aos destinos convencionais, cria novas oportunidades e impulsiona a oferta de um turismo alternativo de qualidade, mais activo e participativo, centrado em actividades que permitam desfrutar e interagir com a natureza e com a expressão cultural.

Este tipo de turismo, com actividades relacionadas com o Lazer, a Natureza e a Cultura, origina um turismo mais informado e consciente que liga o turista ao local, criando novas oportunidades que se estendem ao território concelhio.

São vários os produtos turísticos que Valença tem para oferecer, passando pelas diversas Rotas – itinerários que integram beleza paisagística com circuitos específicos como o dos Caminhos de Santiago ou do Românico, e pelos vários tipos de oferta turística onde o turista entra em contacto com as características locais e com o espaço rural.

Surgem assim, associados às diferentes particularidades presentes no Concelho, vários tipos de turismo: Cultural, Religioso, Gastronómico e de Natureza/Activo, que seguidamente se apresentam.

### F.2.1.1. Turismo Cultural

O turismo cultural é motivado pela busca de informações, de novos conhecimentos, de interacção com outras pessoas, comunidades e lugares, da curiosidade cultural, dos costumes, da arquitectura, da tradição e da identidade cultural, estabelecendo o elo entre o passado e o presente, o contacto e a convivência com o legado cultural, com tradições que foram influenciadas pela dinâmica do tempo, mas que permaneceram. Assim considera-se que a actividade turística passa necessariamente pela questão da cultura local e regional.

- A Praça-forte de Valença

A Praça-forte de Valença constitui um verdadeiro ex-libris que atrai um sem número de visitantes, que para além do seu valor histórico, patrimonial e cénico, constitui hoje um importante ponto de comércio. A Câmara Municipal de Valença e o Ayuntamiento de Tui estão a enveredar esforços para a classificação da fortaleza, da ponte internacional e da catedral de Tui a Património de Interesse Cultural para a Humanidade.

- A Rota do Artesanato

Um roteiro vivo que convida ao percurso pela região, descobrindo o Artesanato como expressão viva que é de uma actividade económica de transformação de matérias-primas em objectos utilitários e/ou decorativos, modo de vida de um povo, que tem na tradição e na transmissão de herança dos valores.

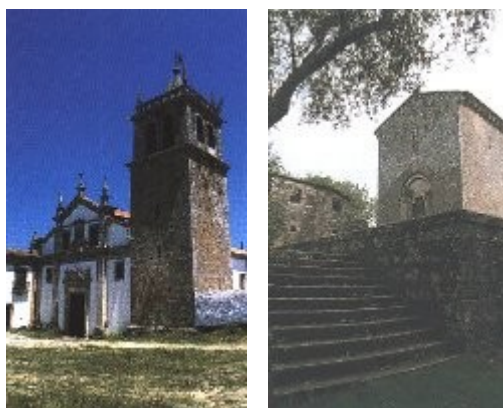


Figura 1.1.

Igreja de S. Salvador de Ganfei e a Igreja de Sanfins de Friestas

Fonte: <http://www.rtam.pt/> | 25 Janeiro 07

- A Rota do Românico

É vasto o espólio arquitectónico presente na Região do Alto Minho. Em Valença como exemplares da arquitectura românica existe a Igreja de S. Salvador de Ganfei e a Igreja de Sanfins de Friestas, ambas do Séc. XII.

### F.2.1.2. Turismo Religioso

Este segmento do turismo tem como principal motivação a realização espiritual, onde a religiosidades, a fé e as crenças atraem muitas pessoas a locais de culto.

- Caminhos de Santiago

O traçado do Caminho de Santiago está devidamente sinalizado, identificando um percurso da Idade Média que decalca a velha estrada romana que era o principal eixo de ligação entre Portugal e a Galiza. Um percurso identificado, desde Barcelos a Santiago permite a descoberta do velho caminho, com ligações a todos os traçados europeus.



Figura 1.1. Marco dos Caminhos de Santiago.  
Fonte: <http://www.cm-valenca.pt/>

### F.2.1.3. Turismo Gastronómico

O Turismo Gastronómico está directamente ligado ao prazer adquiridos através da comida e da viagem, que ficam guardados na memória sensitiva. Através da gastronomia descobrem-se histórias de civilizações, ritos, modas e modos de uma região. Valença, possui uma rica e variada gastronomia que permite manter a tradição e fomentar o desenvolvimento económico local.

### F.2.1.4. Turismo de Natureza / Turismo Activo

O Turismo de Natureza enfatiza a clara diferenciação dos espaços geográficos de relevante interesse paisagístico, sendo em Valença o Território de Montanha aquele que mais se destaca, o qual reúne





excelentes condições para a prática do Turismo Activo que se trata de um produto turístico muito vocacionado para a observação da natureza, de todas as espécies de animais que o povoam, das tradições culturais das suas gentes, e de actividades outdoor, onde se alia o lazer ao enriquecimento pessoal.

### F.2.2. Oferta de Alojamento

A oferta de alojamento no concelho de Valença é constituída por um total de 19 unidades descriminadas pelas seguintes tipologias: 2 hotéis, 1 albergaria, 7 residenciais, 1 pousada, 1 estalagem e 7 unidades de turismo rural / de habitação.

**Quadro 1.1.** Unidades hoteleiras no concelho de Valença.

Unidade	Tipologia	Capacidade	Localidade	Imagem
Hotel Valença do Minho	Hotel	36 quartos 62 camas	Valença	
Hotel Lara	Hotel	54 quartos 120 camas	Valença	
Albergaria Don Manuel	Albergaria	32 quartos 64 camas	Gandra	
Residencial Padre Cruz	Residencial	14 quartos 28 camas	S. Pedro da Torre	
Residencial Ponte Seca	Residencial	9 quartos 18 camas	Valença	

Residencial Vale Flores	Residencial	21 quartos 42 camas	Valença	
Residencial Stop	Residencial	16 quartos	S. Pedro da Torre	(-)
Residencial Marco São Pedro	Residencial	19 quartos	S. Pedro da Torre	(-)
Residencial São Gião	Residencial	(-)	Valença	(-)
Pensão Rio Minho	Residencial	(-)	Valença	(-)
Pousada São Teotónio	Pousada	18 quartos 36 camas	Valença	
Estalagem Monte do Faro	Estalagem	(-)	Ganfei	(-)
Casa de Diogo	Turismo Rural	6 quartos 9 camas	Arão	
Quinta da Bouça	Agro-Turismo	5 quartos 10 pessoas	Cerdal	



Casa do Poço	Turismo de Habitação	6 quartos 9 camas	Valença	
Casa da Lameira	Turismo Rural	(-)	Cerdal	(-)
Casa da Eira	Turismo Rural	5 quartos 8 camas	Gondomil	
Quinta Grande da Raposeira	Agro-Turismo	6 quartos 12 camas	Gandra	
Quinta da Casa Alta	Turismo Rural	(-)	Fontoura	

(-) Não existem dados disponíveis.

### F.2.3. Fomentar o Desenvolvimento Turístico

Em termos de proposta de ordenamento, o plano pretende a dinamização deste sector por um lado, através da valorização da componente natural/paisagística e patrimonial enquanto parte integrante de uma realidade supramunicipal e, por outro, permitindo regulamentarmente que estas actividades possam ter lugar no território concelhio de forma complementar e sustentada.

Pretendem-se lançar as bases para se tirar partido da actividade turística enquanto motor de desenvolvimento sócio-económico a nível local e regional, numa perspectiva de articulação entre diferentes formas de turismo e de complementaridade das sinergias regionais, numa lógica de equilíbrio e de respeito com a vertente natural enfatizada pela presença do Rio Minho, pelos Parques de Faro e da Senhora da Cabeça e pelo Castelo Natural Medieval, procurando até criar oportunidades para que surjam novas formas de turismo e potenciando as existentes, em particular aquelas que estão ligadas ao Bem-Estar, aos desportos e actividades ao ar livre.

### **Turismo Cultural e Gastronómico**

Neste tipo de turismo existem vários concorrentes, visto que há semelhança de outras regiões, existem um conjunto de atracções turísticas (Fortaleza de Valença, gastronomia, caminhos de Santiago, relógios de sol, natureza e arqueologia, museus etc.)

Embora este seja o tipo mais comum de turismo, será fundamental continuar a apostar na promoção das atracções de Valença enquanto destino cultural, apresentando uma oferta turística estruturada e diversificada, democrática (inclusive para pessoas com necessidades especiais) com circuitos e rotas gerais e temáticas, com boas condições de acessibilidade viária e pedonal, adequando sempre que possível toda a informação, horários às necessidades dos visitantes, bem como, desenvolver a actual, ampla oferta hoteleira e de restaurantes e fomentando o alojamento, gastronomia e produtos com “carácter” e identidade regional; conseguir níveis de cooperação entre os diversos agentes turísticos locais e institucionais e seus recursos humanos especializados – o desenvolvimento de eventos vocacionados para divulgar a gastronomia, artesanato, feiras medievais, exposições, são de considerar e continuar a promover e integrar na agenda cultural e turística do concelho.

### **Turismo de Paisagem / Activo**

Neste tipo de Turismo é fundamental estabelecer condições para que o visitante usufrua da paisagem de forma activa e não meramente contemplativa, ou um mero observador. Para fomentar o turismo activo e de paisagem é necessário atribuir à natureza uma escala humana, em que o visitante faça parte dela.

Além da diversidade de recursos naturais existentes é necessário dispor de boas acessibilidades, percursos em boas condições de conservação e destinados inclusive a pessoas com necessidades especiais, bem sinalizados e adaptados a diferentes grupos etários, de maneira a que se propiciem o desenvolvimento de actividades complementares, remo, canoagem, ciclismo, cruzando-os com aspectos culturais (pesqueira de São Pedro da Torre, Cristelo Covo, sítios arqueológicos, praia fluvial) e alojamento em espaço rural, já de si mais próximo da natureza.

### **Golfe**

Seria desejável para o concelho, numa vertente turística e económica, que este consiga criar a possibilidade de existência de um espaço para a prática de golfe, promovendo ao mesmo tempo tanto um crescimento sustentado numa vertente turística como um desenvolvimento económico. O Golfe consiste num factor que em muito pode contribuir para atrair visitantes/turismo e promover tanto a hotelaria local como o comércio tradicional e ainda ser criador de postos de trabalho.

Portugal apresenta-se com um destino de golfe muito bem posicionado a nível europeu, especialmente entre os consumidores holandeses, alemães e britânicos.

Os requisitos necessários para o desenvolvimento deste “cluster” de mercado têm como referência conceitos como qualidade, acessibilidade, imagem e reputação dos campos de golfe.

Vários empreendimentos a nível nacional conciliam o campo de golfe com uma oferta hoteleira ou residencial, explorando a vertente natural da envolvente e as potencialidades turísticas regionais.

O posicionamento estratégico de Valença face aos principais aeroportos Porto e Vigo, proporciona boas acessibilidades, e os seus recursos locais e patrimoniais tornam-se elementos chaves no desenvolvimento desta actividade. É no entanto conveniente que se fomente ao mesmo tempo uma análise das perspectivas futuras desta actividade, bem como das suas possíveis consequências para o ambiente.

### F.3. Investimentos Estratégicos do Estado

#### F.3.1. Plataforma Logística de Valença e Comboio de Alta Velocidade

Apresentado recentemente, o Plano Portugal Logístico consagra a orientação estratégica do Governo na área da logística, no sentido de promover e adequar as infra-estruturas, regular o sector e estimular a concretização de soluções que visem a maximização das potencialidades e benefícios da multimodalidade.

Considerando o Governo que a situação de infraestruturação logística em Portugal é deficitária, e tendo em consideração as actuais exigências neste sector e quando comparada com os nossos principais parceiros comunitários, quer seja em termos qualitativos quer quantitativos, a que se deve juntar um forte desequilíbrio modal e territorial que penaliza o nosso sistema empresarial face aos seus mais directos concorrentes europeus.

Deste modo, são traçados neste plano os alicerces da criação do Portugal Logístico que engloba três componentes nucleares, apoiando-se em infra-estruturas existentes e nas redes e novos investimentos oportunamente anunciados e em início de concretização:

- Rede Nacional de Plataformas Logísticas com áreas dedicadas e infra-estruturadas para a fixação de actividades do sector e que reforcem a intermodalidade;
- Criação de uma estrutura de planeamento e regulação, a partir do ITT (Instituto de Transportes Terrestres) e de diversas sociedades locais que envolvam os agentes presentes em cada plataforma, como as autarquias, a REFER, a CP, as administrações portuárias e os agentes privados;
- Acções concertadas ao nível da logística urbana que procurem novas soluções para as cadeias de abastecimento, harmonizem as regras de utilização da rede viária e a adequação dos veículos ao desempenho da sua actividade.

As plataformas logísticas a criar dividem-se em 4 categorias distintas:

- Plataformas urbanas nacionais;

- Plataformas portuárias;
- Plataformas transfronteiriças;
- Plataformas regionais.

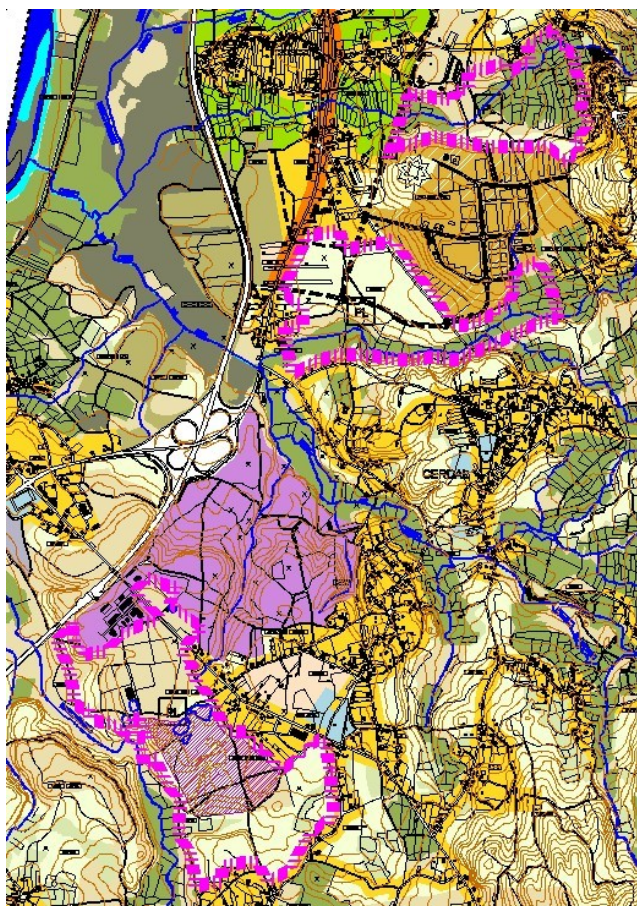


**Figura 1.1.**

Representação esquemática da Rede Nacional de Plataformas Logísticas.

Para o concelho de Valença está destinada a construção de uma plataforma transfronteiriça, que é caracterizada por ser uma infra-estrutura com pequena e média dimensão, por vezes apenas dependentes de um só modo de transporte, procuram dinamizar a economia regional e a captação de fluxos e investimentos industriais, bem como estender a Espanha os actuais hinterlands portuários.

O estabelecimento desta plataforma vem reforçar o carácter de estudo e análise relativamente a uma localização efectiva da plataforma e respectivo programa que vem a ser desenvolvido por parte do Estado.



**Figura 1.2.**

Representação esquemática do desenvolvimento da Plataforma Logística de Valença.

A representação esquemática acima apresentada é puramente indicativa uma vez que, no presente momento, ainda não existe uma forma definitiva, nem um programa de acção/execução totalmente definido para a instalação da Plataforma Logística no Concelho. No entanto, esta deverá ter uma concretização em três zonas distintas, sendo que uma deverá constituir uma área de reserva para uma eventual expansão.

## **F.4. As Zonas Lúdico - Ambientais**

### **F.4.1. Eco - Pista**



É um projecto ambiental de grande alcance que aproveita a desactivação da linha de caminho de ferro para Melgaço sem a danificar o que possibilitará, como se prevê, no futuro próximo, a sua reutilização com outros meios de transporte em via férrea.

Constitui-se como um projecto de qualificação e divulgação de terras de Valença onde poderá atingir particular destaque a zona de Friestas potenciada pelo edifício da Estação do Caminho de Ferro que poderá ser adaptada para utilização dos visitantes.

#### **F.4.2. Marginal do Rio Minho e a Senhora da Cabeça**

A zona ribeirinha urbana de Valença poderá constituir-se como uma frente de Rio privilegiada no equilíbrio urbano ambiental. Valença poderá, pela sua beleza natural, contrapor, a uma área fortemente densificada, como é a da sua área central, um espaço contínuo de grandes possibilidades de utilização ambiental.

Como «âncora» para este projecto de Marginal ao Rio Minho a Senhora da Cabeça poderá constituir-se como um polo fundamental de atractibilidade deste percurso.

Assim a uma frente ribeirinha que forma um parque natural urbano de características lineares poder-se-á associar ao parque da Senhora da Cabeça como o polo infraestruturado de recepção dos visitantes.

#### **F.4.3. Área Montanhosa do Interior**

A área montanhosa do interior do Concelho de Valença possui um forte valor ecológico e apresenta significativas possibilidades de incentivo a visitantes capazes de incrementar a actividade turística. Assim, desde a produção do vinho Alvarinho como em Sanfins, alguns equipamentos potenciadores de utilização, particularmente no verão, como as piscinas de Sanfins e Boivão, o Castelo Natural e os moinhos de Boivão, o Monte Faro e as paisagens naturais que este interior montanhoso oferece poderão constituir-se como fundamentais para o desenvolvimento desta sub-região do Concelho de Valença.

#### **F.4.4. Caminhos de Santiago**

Percurso cultural da Europa, os Caminhos de Santiago constituem-se como fundamentais para o turismo da região.

Estes caminhos, cuja inventariação, sinalização e apoio, poderão constituir-se como um pólo de turismo cultural de grande relevo, carecem de uma intervenção que, mantendo as suas características históricas deverão oferecer, nas suas envolvente, infra-estruturas de apoio e de turismo que proporcione o desenvolvimento das regiões que atravessa.

A intervenção terá de ser ao nível de associação de municípios para responder ao carácter nacional e regional destes caminhos. A Região de Turismo terá de assumir um papel fortemente dinamizador deste



Caminhos para que estes contribuam decisivamente para o desenvolvimento do turismo cultural do Alto Minho ( Anexo 1 ).

Conquanto, a Câmara Municipal procedeu à limpeza de parte dos troços valencianos dos Caminhos de Santiago, numa extensão de 8 km's, passando pelas freguesias de Fontoura, Cerdal e Gandra.

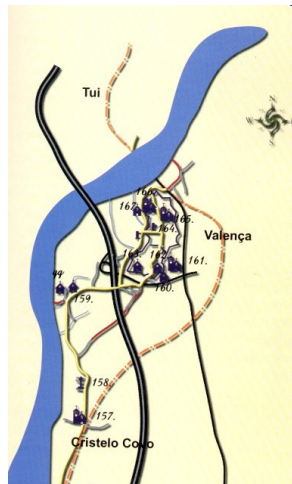


Figura 1.1.



Caminhos de Santiago.

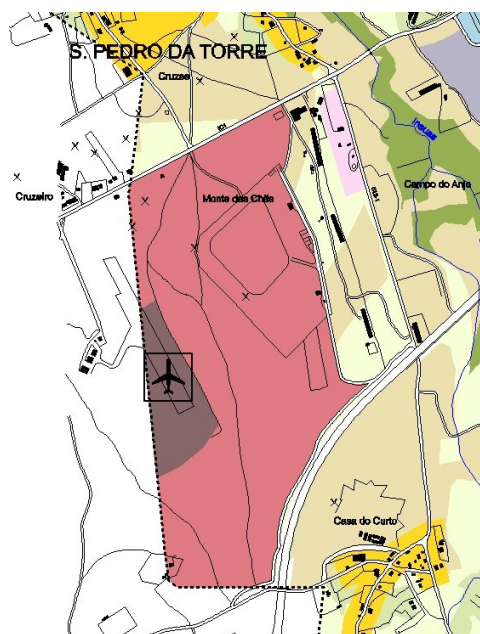
### F.4.5. Parque Ambiental

O parque ambiental constitui-se como um projecto ambiental que parte da reconversão do aterro sanitário intermunicipal que funciona desde 1997 em São Pedro da Torre, e que passará para o território municipal de Vila Nova de Cerveira.

Esta reconversão passará então pelo encerramento e selagem do aterro e pela monitorização e gestão ambiental que resultará na reconversão paisagística, valorizando todo este espaço, potenciando-o em termos ambientais, de recreio e lazer.

Este tipo de infra-estrutura pode vir a afirmar-se como uma mais valia para Valença e para a Região pelas diversas componentes que congrega, designadamente como recurso de educação e sensibilização ambiental e como espaço lúdico-recreativo, tirando partido das várias estruturas naturais e construídas (centro de educação ambiental, anfiteatro ao ar livre, parque infantil, parque de merendas, parque juvenil -parede de escalada, slide e half-pipe – circuito de manutenção, ...).

Com este conjunto de características o parque ambiental será um pólo de atracção, em particular de público jovem, dando um importante contributo cultural e pedagógico associado à componente lúdico-recreativa.



**Figura 1.1.** Parque Ambiental.

## G. Rede Viária, Caracterização: Potencialidades e Debilidades

### G.1. Via Colectora

IP 1 - Itinerário Principal n.º 1 – Atravessa o Concelho longitudinalmente ( orientação Norte - Sul ) na sua faixa Poente. Trata-se de um importante eixo viário que integra a rede nacional fundamental.

A construção da ponte internacional em Valença e o prolongamento / continuidade desta via em Espanha tornou-a num importante eixo internacional, facilitando e estimulando o percurso de Portugal com o Norte de Espanha, nomeadamente à Galiza, assim como a outras importantes rotas internacionais.

O IP 1 no Concelho de Valença do Minho possui dois nós, um primeiro localizado em São Pedro da Torre e um outro, junto à sede de Concelho. Haverá assim que tirar partido da existência destes nós, particularmente do primeiro pe

la sua visibilidade e disponibilidade de terrenos na sua envolvente, como factores indutores e multiplicadores do desenvolvimento, neste sentido seria de todo desejável e justificável a criação de uma área de serviços ( placa logística ) junto ao nó de S. Pedro da Torre.

IC 1 - Itinerário Complementar n.º 1 – Via que integra a rede nacional complementar, são vias que estabelecem as ligações de maior interesse a nível regional, asseguram a ligação entre a rede nacional fundamental e os centros urbanos de influência concelhia ou supra - concelhia mas infra -distrital. O traçado desta via estende-se de Valença a Lisboa pela faixa litoral do País.

Segundo o PRN, esta via ligará Lisboa a Valença, contudo existem ainda vários troços por construir, alguns dos quais estão a ser objecto de estudos tendo em vista a definição rigorosa do traçado a adoptar, encontra-se nesta situação o troço do IC 1 entre Viana do Castelo e Valença.

Torna-se contudo fundamental estudar o traçado a adoptar, a este nível haverá que fazer todos os esforços para que o traçado do IC 1 neste troço não coincida com o da actual EN 13 pois esta via, por diferentes motivos a seguir explicitados, já não oferece condições para se poder vir a transformar num itinerário complementar com os requisitos técnicos e níveis de serviço característicos deste tipo de itinerários, face á significativa ocupação marginal ( nalguns casos com actividades que geram um volume considerável de tráfego), com o elevado número de inserções e atravessamentos, com a proximidade ( nalguns casos atravessamentos ) aos aglomerados urbanos, e ainda com o considerável volume de tráfego local que aí se regista.



Figura 1.1. Nó do IP 1 de São Pedro da Torre.

Conforme se pode observar no mapa que a seguir se apresenta está previsto um novo traçado em corredor próprio para o IC 1 desde Viana até Vila Praia de Âncora ( aproximadamente ), e daqui até S. Pedro da Torre o traçado desta via seria coincidente com o da actual EN 13, ora seria contudo fundamental, pelos motivos aqui expostos, que fosse estudado e seleccionado um corredor próprio para o IC 1 na globalidade do troço compreendido entre Viana e São Pedro da Torre.

Torna-se assim fundamental estudar e aprovar um corredor ( canal ) próprio para esta via, para tal deverá haver uma forte articulação entre os Concelhos directamente afectados por esta via nomeadamente Valença, Caminha e Vila Nova de Cerveira. Com a construção do IC 1 com um traçado próprio, possibilitar-se-á ainda a requalificação da actual EN 13 numa via com características mais urbanas, com um perfil transversal mais adequado à ocupação marginal e tipo de tráfego que suporta.

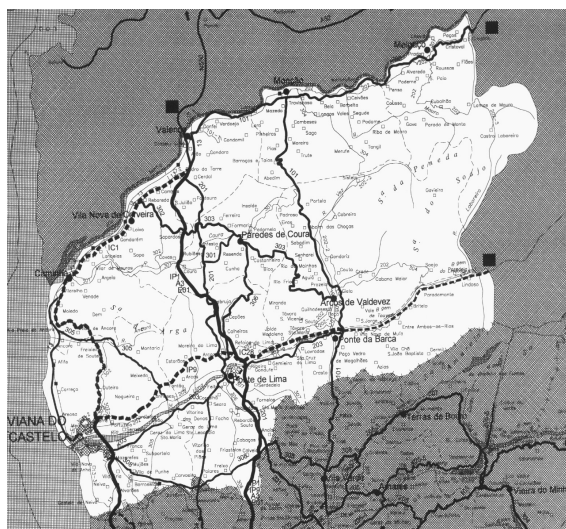


Figura 1.2. Rede Viária Nacional – Estudo do Traçado do IC1.  
Fonte : IPCC – 2002

## G.2. Vias Distribuidoras Principais

### - Variante ao «Perímetro Urbano Alargado da Vila de Valença»

Estabelecem as ligações às vias da rede nacional assim como aos concelhos vizinhos, com Monção através da EN 101, com Vila Nova de Cerveira através da EN 13, e com Paredes de Coura através da EN 201.

A VNV - Variante Nascente de Valença – Variante à Nacional 13, que liga o nó de S. Pedro da Torre à EN 101, foi redefinida neste PDM, por forma a estabelecer a ligação ao Parque Empresarial de Gandra, com a dupla função viária e urbana, uma vez se constitui como balizadora dos limites do que o PDM intitula «Perímetro Urbano Alargado da Vila de Valença».

A construção desta via para além de possibilitar o descongestionamento no centro da Cidade e a requalificação do troço mais próximo da sede de Concelho da actual EN 13, estabelecerá uma ligação directa entre as duas vias da rede municipal principal a EN 13 e a EN 101, dando assim maior continuidade e coerência à rede principal e facilitando a articulação do Concelho com o exterior.



Figura 1.1. Variante à EN 13 configuradora do «perímetro urbano alargado da Vila de Valença».

O surgimento desta via permitirá a efectiva requalificação urbana da EN13, pela sua progressiva transformação em rua urbana, atractiva e segura à fruição pedonal, a menores velocidades de tráfego e à sua plena integração num 'tecido central' que está em processo de transformação com vista à conquista de uma imagem urbana qualificada. Simultaneamente retira-se deste espaço central da Vila todo o trânsito de



atravessamento pelo surgimento de um percurso alternativo cujo traçado será ajustado em função do seu desenvolvimento em termos de estudo. Este deverá também ser articulado com os potenciais corredores alternativos à variante à EN101 que futuramente ligará o nó da Auto-estrada ao de São Pedro da Torre, cujo projecto de Estudo de Avaliação Estratégica e Ambiental se encontra em fase de adjudicação pelo Instituto de Infra-Estruturas Rodoviárias – INIR.

### G.3. Vias Distribuidoras Secundárias e Avenida Urbana

#### 1.

A EN 13, quando desclassificada, apresentará um elevado potencial de qualificação urbana, particularmente no troço correspondente à Avenida Miguel Dantas. Porém o processo de qualificação deverá ocorrer em toda a sua dimensão uma vez, com diferentes especificidades, apresenta igualmente um elevado potencial de qualificação.

Para isso há que ultrapassar e dimensionar a intervenção tendo em conta:

- o perfil transversal nalguns dos troços, particularmente naqueles que apresentam uma maior ocupação marginal, deveria ser requalificado, com a introdução de passeios e disciplinando os atravessamentos pedonais;
- corrigir e melhorar algumas das inserções de vias com uma menor importância hierárquica que constituem pontos de perigosidade (através da abertura dos cruzamentos e/ou entroncamentos, de sinalética adequada, e da criação de faixas de aceleração e de mudança de direcção), e evitar a abertura de novas inserções;
- nas zonas com uma maior ocupação marginal procurar reduzir os acessos directos de lotes à via, sempre que possível através da criação de vias de serviço;

#### 2.

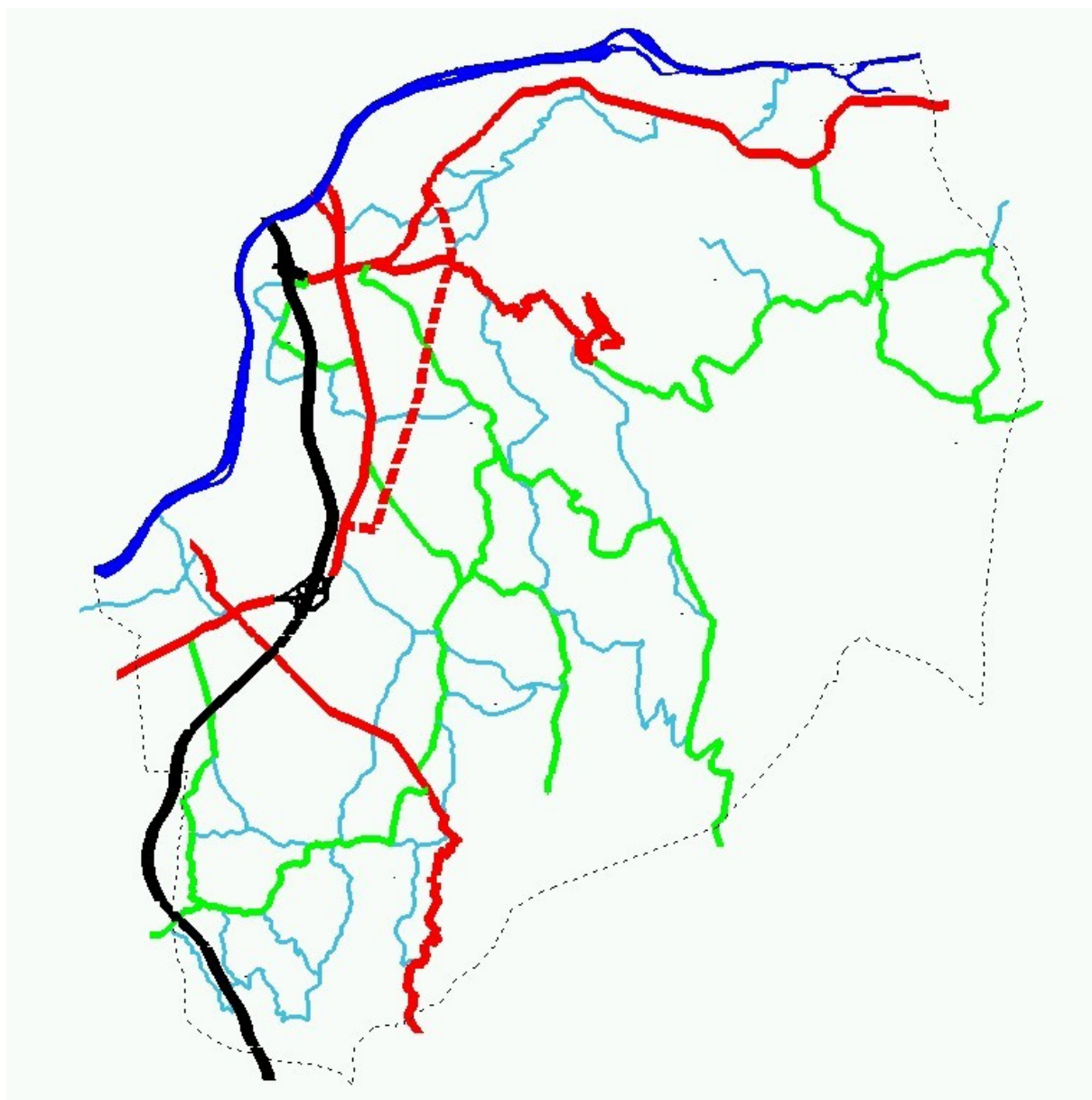
Há a distinguir, ao nível da respectiva importância na hierarquia viária, duas categorias de vias distribuidoras secundárias:

- Nível 1 – Estabelecem as ligações da rede principal municipal às sedes de Freguesia assim como a ligação entre estas: EM 506, EM 508, EM 508-1, EM 509, EM 510, EM 511, EM 511-1, EM 511-2, EM 512 e EM 512-1;
- Nível 2 – Estabelecem acessibilidade aos diferentes lugares a partir das sedes de freguesia e da rede municipal secundária; promovem a articulação entre lugares: CM 1033, CM 1033-1, CM 1033-2, CM 1045, CM 1046, CM 1047, CM 1047-1, CM 1047-2, CM 1048, CM 1048-1, CM 1049, CM 1050, CM 1051, CM 1052, CM 1053, CM 1054, CM 1055, CM 1056, CM 1057, CM 1057-1, CM 1058, CM 1059, CM 1060, CM 1061, CM 1061-1, CM 1062, CM 1062-1, CM 1062-2, CM 1063 e CM 1063-1.



Estas vias de um modo geral apresentam-se em bom estado de conservação ao nível dos respectivos pavimentos, no entanto ao nível do seu perfil transversal, principalmente nos aglomerados urbanos e troços com uma maior ocupação marginal apresentam algumas deficiências no que se refere ao perfil transversal pois em muitas destas situações não existem passeios.

Neste sentido torna-se importante a definição de novos alinhamentos, mais adequados á função de atravessamento que as vias possuem, tendo presente a necessária qualificação do espaço público, mormente, em áreas urbanas.



**Figura 1.1.** Representação esquemática da hierarquia viária do concelho de Valença.  
 preto: vias colectoras | vermelho: vias distribuidoras principais  
 verde: vias distribuidoras secundárias de nível 1 | azul: vias distribuidoras secundárias de nível 2.

#### G.4. Perfis Tipo Propostos Segundo o Tipo de Vias

Figura 1.1. Perfis Tipo Propostos Segundo o Tipo de Vias

	Espaço Urbano (Valença – Área Urbana Imediata e Alargada)	Espaço Urbano (Aglomerados Secundários)	Espaço Rural
<b>Rede Viária Nacional</b>	Perfis definidos pela EP (Estradas de Portugal) ou pela EP e Câmara Municipal de Valença.		
<b>Vias Distribuidoras Secundária Nível 1</b>	Faixa de Rodagem 7,5 m Estacionamento Longitudinal 2,25 m Passeios 3.00 m Caldeira para Árvores 1,00 (opcional) Possibilidade de Inserção de Ciclovia 2 sentidos 1,50 m (opcional) (1)		
<b>Vias Distribuidoras Secundária Nível 2</b>	Faixa de Rodagem 6,5m Estacionamento Longitudinal 2,5 m Passeios 2 x 2,25 m Caldeira para Árvores 1,00 (opcional) Possibilidade de Inserção de Ciclovia 2 sentidos 1,50 m (opcional) (1)		
<b>Caminhos de Servidão e Acessos Locais</b>	Faixa de 6,00 m Berma ou passeio de 1,50m		Via de 2 sentidos de tráfego com faixa de 3,00 m Berma de 1,50m

(1) A aplicação destes dados depende do volume de tráfego, das condições físicas do território e, da necessidade de promover meios de locomoção alternativos como a bicicleta.

Este capítulo pretende estabelecer perfis tipo, transversais, de forma a servirem de indicação para soluções correctivas das debilidades apresentadas ou na realização de novas vias e na qualificação das mesmas quer no meio rural quer no meio urbano.

A definição de novos arruamentos ou a qualificação dos existentes dentro de áreas com uma morfologia urbana contínua, ou na ausência desta pode mediante a realização de estudos de sistemas de circulação para cada situação adoptando soluções alternativas tendo por base os valores mínimos e os definidos por lei.



## H. Pedreiras

Uma das intervenções territoriais de maior impacte na paisagem são as pedreiras. Sem que, no início de elaboração do PDM, fosse possível estabelecer um ponto de situação sobre a legalidade de todas as que se encontram em laboração ou em intervalo da mesma, foi, após um conjunto de reuniões entre a equipa do plano, Câmara Municipal e Ministério da Economia, possível estabelecer o quadro que a seguir se apresenta, sobre aquelas que se encontram legalmente instruídas para a exploração.

**Quadro 1.1.** Quadro síntese da situação da exploração de pedreiras no Concelho de Valença.

N.º Pedreiras	Nome	Substância	Freguesia	Situação	Explorador	Entidade Licenciadora
5500	Lage da Bouça da Gralheira	Granito Ornamental	Boivão	Em Laboração	ETESPO Rochas Ornamentais, Lda	CM
5152	Maceira ou Banela ou Costa do Incarnadouro	Granito Ornamental	Boivão	Em Laboração	Pedra do Minho, Granitos, Lda	ME
5151	Tomada do Parachão	Granito Ornamental	Boivão	Parada	Manuel Esteves Fernandes	CM
5149	Lage do Rouxinol	Granito Ornamental	Boivão	Em Laboração	Pedra do Minho, Granitos, Lda	CM
5154	Tocas do Vinho	Granito Ornamental	Boivão	Parada	Manuel Fernandes Fernandes	CM
5325	Tocas do Vinho n.º 2	Granito Ornamental	Boivão	Em Laboração	Augusto Ferreira Fernandes; Cabaleiro Nogueira & Fernandez, Lda	CM
5148	Azenha da Bouça	Granito Ornamental	Cerdal	Em Laboração	Granitos Branco Imperial, Lda.	ME
5471	Passos	Saibro e Argila	Cerdal	Em Laboração	INERCER, Godos e Areias, Lda	ME
5769	Lage do Monte do Cabo	Granito Ornamental	Friestas	Em Laboração	José António Lemos Romero	ME
5153	Penedo da Linhaça	Granito Ornamental	Gondomil	Parada	Manuel Fernandes Fernandes	CM
5321	Lage da Maceira	Granito Ornamental	Gondomil	Parada	Monteiro & Ribas S.A.	CM
5633	Lage Negra	Granito Ornamental	Gondomil	Em Laboração	Granitos São Martinho, Lda	ME
6028	Baldios de Chãos	Granito Ornamental	Sanfins	Em Laboração	Granitos J. Ferreira, Lda	ME
5305	Lage do Salgueirinho	Granito Ornamental	Sanfins	Em Laboração	Monteiro Ribas, Indústrias, AS	ME
5155	Monte Ventoso	Granito Ornamental	Sanfins	Em Laboração	Rosa Faro – Exploração e Transformação de Granitos, Lda.	CM
5270	Eiras n.º 2	Granito Ornamental	Sanfins	Em Laboração	Mármore Longarito, Lda.	ME
5368	Lordelo n.º 2	Granito Ornamental	Boivão	Parada	Graniperda, Lda	CM
6516	Monte do Cabo	Granito Ornamental	Friestas Lara (Monção)	Em Laboração	Ganitos Santa Fé, Lda.	ME

As pedreiras 5471 e 5769 encontram-se num processo de solicitação de ampliação das suas áreas licenciadas ao abrigo do art.º 5º do Decreto-Lei 340/2007 de 12 de Outubro.

Pelo número de pedreiras em funcionamento e pelo efectivo impacte na paisagem, nas povoações, onde o pó residual deixa marcas nas habitações e nas estradas do concelho pelo movimento de veículos pesados de carga, é estratégia da Câmara Municipal apenas manter em elaboração as pedreiras que já possuem licença, consequentemente sem criar novas áreas industriais de exploração de inertes.



**Figura 1.1.** Aspecto da laboração de uma pedreira.

## I. Anexo

### **Declaração Europeia dos Caminhos de Santiago**

( CE – Declaração de 23.11.87 )

“ O Conselho da Europa propõe a revitalização dos Caminhos de Santiago. Estes caminhos altamente simbólicos no processo de construção europeia servirão de referência e exemplo a acções futuras. Para tal apelamos às autoridades, instituições e indivíduos a:

1.

Prosseguir os trabalhos de identificação dos Caminhos de Santiago em todo o território europeu;

2.

Estabelecer um sistema de sinalização dos principais pontos do itinerário através da utilização do emblema proposto pelo Conselho da Europa;

3.

Desenvolver uma acção coordenada tendente a restaurar e a valorizar tanto o património arquitectónico como o natural, situados nas proximidades destes caminhos;

4.

Lançar programas de animação cultural a fim de redescobrir o património histórico, literário, musical e artístico criado pelas peregrinações a Santiago de Compostela;

5.

Promover a implementação de programas de intercâmbio permanente entre as cidades e as regiões situadas ao longo dos caminhos;

6.

Estimular, no quadro deste intercâmbio, a criação artístico - cultural contemporânea a fim de renovar esta tradição e testemunhar os valores intemporais da identidade cultural europeia;

7.

Que a fé que, ao longo dos tempos, animou os peregrinos e, para além das diferenças e interesses nacionais, os reuniu numa aspiração comum, nos inspire hoje, e muito particularmente os jovens a percorrer estes caminhos, em ordem a construirmos uma sociedade fundada na tolerância, no respeito, na liberdade e na solidariedade. ”



## J. Referências

Conde, Almada (2000), “A Caminho de Santiago: Roteiro do Peregrino”, Lello Editores, Porto

Castro, Alberto Ferreira (1994 ), “A Praça Forte de Valença do Minho”, Câmara Municipal de Valença, Valença

C.M. Valença e Planestra (1995), “Plano Director Municipal de Valença”, Câmara Municipal de Valença, Valença

Dematteis, Giuseppe (1998), “Suburbanizacion y periurbanizacion. Ciudades Anglosajonas y Ciudades Latinas”, Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, Barcelona

Morais, Bouça (2001), “O Terminal Multimodal Transfronteiriço (TMT): A Logística de Transportes – Factor de Competitividade”, Al Minho, Viana do Castelo

Portas, Nuno et al (2002), “Políticas Urbanas: Documento de Apoio”, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

Rocha, J. Marques (1991), “Valença”, Edição de autor, Gondomar